UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

SIMONE DE SOUZA LIMA

O PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR: PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO PROJETO AVANÇAR

JUIZ DE FORA
2015

SIMONE DE SOUZA LIMA

O PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR: PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO PROJETO AVANÇAR

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella

JUIZ DE FORA

2015

SIMONE DE SOUZA LIMA

O PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR: PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO PROJETO AVANÇAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella (Orientador)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico esta conquista aos meus pais (*in memorian*) Edelita e Laureno, pois mesmo na ausência deles é possível sentir o auxílio e a proteção. Tenho orgulho de ser filha de pessoas que foram exemplos de integridade e determinação, base da minha formação. Em especial, à minha mãe que sempre acreditou nos meus sonhos, foi um exemplo de pessoa aguerrida na luta diária, me fez aflorar um sentimento especial de ser “mãe da minha mãe”, quando ficou acometida pelo Mal de Alzheimer nos seus últimos anos de vida.
Amo vocês para sempre!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que renova as minhas forças e a minha fé a cada dia de minha vida.

Ao Governo do Estado do Amazonas pela iniciativa de proporcionar este Curso de Mestrado Profissional aos servidores da educação.

Ao Orientador Professor Doutor Alexandre Chibebe Nicolella, um agradecimento especial, pela atenção, apoio e colaboração pontual.

A todos os profissionais entrevistados “atores implementadores da política” que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Aos meus superiores diretos, Professora Vera Lúcia Lima e Professor Mestre Eriberto Façanha, por terem me concedido o apoio e a atenção no momento crucial do meu trabalho, na reta final.

Ao meu companheiro e amigo Raimundo Coelho dos Santos, pela compreensão das ausências, mesmo estando presente. E, por ter me dado a oportunidade de ter momentos felizes em família com os meus enteados Romário, Raísa, Ádila, Alessandra e Marcos Vinícius.

Aos colegas de Mestrado, meus amigos, Raimundo José Pereira Barbosa e Maria Francisca Mendes de Andrade pela cessão dos dados e relatórios de suas pesquisas para subsidiarem minha dissertação, sem os quais não seria possível desenvolver as análises.

Aos amigos que acreditaram e me deram força para continuar em frente.

Aos colegas do Mestrado pela cumplicidade e do compartilhamento das mesmas angustias, medos, anseios, expectativas e frustrações, e aos novos laços de amizade que foram construídos durante o curso e que me ajudaram a superar as minhas limitações.

A todos os meus sinceros agradecimentos!

O que torna a educação possível e necessária é o fato da modificabilidade humana. O homem é um ser que se transforma. Não a transformação meramente exterior, crescimento ou decadência que é próprio do vivo em geral, mas a transformação interior, que faz dele um ser histórico (BARROS, 2004, p.04).

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar a operacionalização e implementação da política de Correção de Fluxo Escolar do Amazonas – o Projeto Avançar, com o foco específico na operacionalização e implementação desta política com vista ao contexto pedagógico, na formação de professores que atuam na classe de aceleração. O Projeto Avançar foi criado em 2005, pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas e destina-se aos estudantes do Ensino Fundamental com distorção idade-ano de escolaridade de pelo menos dois anos, que poderão constituir grupos diferenciados de atendimento, conforme o nível de alfabetização e série/ano escolar que frequentam nos anos iniciais e finais. O principal objetivo desta política é de regularizar o fluxo escolar da rede estadual com a viabilização de alternativas pedagógicas fundamentadas em aprendizagem significativa e no fortalecimento da autoestima do aluno. A presente pesquisa tem como objetivo central verificar se as ações delineadas na proposta do Projeto Avançar, com base nas finalidades e orientações referentes ao contexto pedagógico, atendem às expectativas de aprendizagens e ás estratégias de ensino para os alunos com atraso escolar dos anos finais do ensino fundamental. Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por uma metodologia qualitativa que consistiu-se na análise documental, realização de entrevista com roteiro semiestruturado com os atores atuantes diretamente no programa na Secretaria de Educação e utilização dos dados coletados pelos mestrandos Maria Francisca Andrade e Raimundo José Pereira Barbosa do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) da mesma área de pesquisa com o foco da investigação na escola e coordenadoria regional de educação. Como fundamentação teórica, buscou-se suporte nos estudos de Condé (2012), Mainardes (2006), Lück (2000), Gatti (2010), Nóvoa (1992), Candau (1997) e Prado (2000). Os instrumentos metodológicos e os referenciais teóricos forneceram subsídios para a compreensão dos fatos, trouxeram elementos relevantes que possibilitou a identificação de algumas fragilidades da política de correção de fluxo escolar desenvolvida pela SEDUC/AM e em relação aos principais desafios a serem superados para a efetivação do programa. A partir dos resultados da pesquisa, em caráter sugestivo, propõe-se um Plano de Ação Educacional (PAE) que consiste em algumas recomendações de melhorias ao êxito desta política que possibilitará maior sucesso e oportunidades educacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Formação de Professores; Correção de Fluxo Escolar.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the operation and implementation of the Amazon School Flow Correction Policy - Avançar Project, with specific focus on the operation and implementation of this policy aiming the pedagogical context, on the training of teachers who work with accelerated classes. Avançar Project was created in 2005 by the Education Secretariat and Amazon State Teaching Quality and it is intended for students of Elementary School with schooling age-grade distortion of at least two years, which may build different groups of service according to the level of literacy and grade / school year who attend the initial and final years. Its main goal is to regulate the school flow of the state system with the viability of educational alternatives based on meaningful learning and strengthening the self-esteem of the student. This research has as a fundamental goal to verify whether the outlined actions on the proposal of Avançar Project, based on the purposes and the guidelines concerning the pedagogical context, support the learning expectations and the teaching strategies for students lagging behind the final years of elementary school. For the development of the research, it was chosen a qualitative methodology consisted of document reviews, semi-structured interviews with active actors directly with the program at the Education Secretariat and using the data collected by the Masters students Maria Francisca Andrade and Raimundo José Pereira Barbosa from the Professional Master's Degree in Management and Evaluation of Public Education of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) course from the same area of research with the focus of the investigation at the school and at the regional education coordination. As a theoretical foundation it was searched a support on the studies of Condé (2012), Mainardes (2006), Lück (2000), Gatti (2010), Nóvoa (1992), Candau (1997) and Prado (2000). The methodological tools and theoretical references provided the comprehension of the facts, as well as brought relevant elements that allowed the identification of some weaknesses of the school flow correction policy developed by SEDUC / AM and about the main challenges to be overcome for the program effectiveness. From the results of the research, in suggestiveness, it is proposed a Pedagogical Action Plan (PAE) consisted of some recommendations of improvements to the success of this policy which will enable greater success and educational opportunities.

Keywords: Public Policies; Teachers Training; School Flow Correction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Progressão Final do Projeto Avançar, Anos Finais do Ensino Fundamental. 42
Figura 2 Estrutura do Gerenciamento do Avançar 51
Figura 3 Organograma da estruturação das CDE e CRE..... 53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Procedimentos adotados na organização das Classes.....36
Quadro 2 - Aspectos Pedagógicos da Proposta do Projeto Avançar 38
Quadro 3 - Adoção de procedimentos dos atores do Projeto Avançar.....40
Quadro 4 - Matriz Curricular do Projeto Avançar, a partir de 2013.....45
Quadro 5 - Políticas Públicas – Fases e Questões 67
Quadro 6 - Fases do Projeto Avançar 68
Quadro 7 - Plano de Ação sobre a Estrutura Gerencial do Projeto na Secretaria.94
Quadro 8 - Plano de Ação da criação da cartilha digital de orientações pedagógicas para adesão do Projeto Avançar 95
Quadro 9 - Plano de Ação da Formação de Professores para atuar no Programa de Correção de Fluxo Escolar 96
Quadro 10 - Plano de Ação da Capacitação de Gestores e Pedagogos das escolas 96
Quadro 11 - Cronograma da Capacitação para Gestores, pedagogo e apoio pedagógicos 97
Quadro 12 - Plano de Ação para capacitação de Supervisores Pedagógicos das Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação do Amazonas.....98
Quadro 13 - Criação da rede de experiênica das escolas com o Projeto Avançar98
Quadro 14 - Plano de Ação da ampliação do Grupo de Trabalho (GT) 99
Quadro 15 - Plano de Ação realização de um seminário sobre Correção de Fluxo Escolar aos professores do Projeto Avançar.....100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Taxa Distorção Idade-Série por Unidade da Federação, Ensino Fundamental - 2014. 25

Tabela 2 Média nacional proposta para o Ideb até 2021 30

Tabela 3 Matrícula inicial do Projeto Tempo de Acelera (TPA) em Manaus 32

Tabela 4 Municípios que ofertam o Projeto Avançar – 2015.....35

Tabela 5 Número de Avaliações Mínimas por Bimestre – Projeto Avançar 43

Tabela 6 Projeto Avançar, Atendimento das Coordenadorias – 2014.....54

Tabela 7 Resultados Projeto Avançar Geral - Aprovação 2008 a 2014 56

Tabela 8 Resultados Projeto Avançar Geral – Reprovação e Abandono de 2008 a 2014 57

Tabela 9 Resultados do Projeto Avançar - Geral/Amazonas 2007 59

LISTA DE ABREVIATURAS

AV	Avançou
AVM	Avançou Muito
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social
CBF	Constituição Federal Brasileira
CDE	Coordenadoria Distrital de Educaçãol
CEE/AM	Conselho Estadual de Educação do Amazonas
CETEB	Centro de Ensino Tecnológico de Brasília
CENF	Gerência de Ensino Fundamental
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPAN	Centro de Formação Padre José de Anchieta
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CFE	Constituição da República Federativa do Brasil
DEPPE	Departamento de Políticas e Programas Educacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT	Grupo de Trabalho
HTP	Horário de Tempo Pedagógico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / Lei nº. 9.394/96
MEC	Ministério da Educação
NAV	Não Avançou
ONU	Organização das Nações Unidas
PADEAM	Plano de Aceleração do Desenvolvimento da Educação Amazonas
PAE	Plano de Ação Educacional
PAR	Plano Plurianual
PEE	Plano Estadual de Educação

PPE	Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGESTÃO	Programa de Capacitação a distância para Gestores Escolares
PROFUNCIONÁRIO	Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
PROMEDLAC	Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe
PTA	Projeto Tempo de Acelerar
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEDUC/AM	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino
SIGEAM	Sistema de Integração de Gestão Educacional do Amazonas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
1 PANORAMA DO PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR – PROJETO AVANÇAR 20
1.1 Breve contextualização dos programas de correção de fluxo escolar no Brasil 211
1.1.1 Correção de fluxo escolar e a legislação educacional 27
1.2 A implantação do projeto Avançar 33
1.2.1 Síntese Geral da Proposta do Projeto Avançar **36**
1.2.1.1 Aspectos Pedagógicos do Programa *36*
1.2.1.2 Livro Didático *46*
1.2.1.3 Formação de Professores do Projeto Avançar: Dois Momentos *48*
1.2.2 Operacionalização do Projeto Avançar **49**
1.2.2.1 Processo de Implantação e Acompanhamento do Projeto Avançar na Secretaria de Educação 51
1.2.2.2 Processo de implementação do Projeto Avançar junto às Coordenadorias *52*
1.2.2.3 Processo de implementação do Projeto Avançar junto às escolas *55*
1.2.3 Resultados alcançados pelo Projeto Avançar do Amazonas **55**
1.2.4 Síntese da problematização do caso de gestão estudado **60**
2 O PROJETO AVANÇAR E SUAS IMPLICAÇÕES: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA 61
2.1 Concepções Teóricas 61
2.2 Percurso Metodológico 63
2.3 Análise do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar mediante modelo de avaliação de políticas 66
2.4 Análise e interpretação dos Dados 70
2.4.1 A Trajetória Profissional e o Projeto Avançar **70**
2.4.2 Acompanhamento do Projeto Avançar **72**
2.4.3 Material Didático **74**
2.4.4 Formação de Professores **77**
2.5 Análise Conclusiva 87
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL 89
3.1 Retomada da questão: achados e propositivos 89

3.2 Ações propostas para melhor implementação do projeto Avançar – Plano de Ação Educacional.....91
3.2.1 Implantação de uma estrutura gerencial ao Projeto Avançar na Secretaria de Educação
.....933
3.2.2 Criação da Cartilha Digital de Orientações Pedagógicas e Metodológicas do Projeto Avançar
....944
3.2.3 Formação Inicial de Professores para atuar no Programa de Correção de Fluxo Escolar.....955
3.2.4 Capacitação de Gestor, Pedagogo e Apoio Pedagógico das escolas.....96
3.2.5 Capacitação da CDEs e CREs.....97
3.2.6 Criação da Rede de Comunicação Formativa do Projeto Avançar.....98
3.2.7 Ampliação do Grupo de Trabalho (GT) do DEPPE 99
3.2.8 Realização de um seminário sobre Correção de Fluxo Escolar aos professores do Projeto Avançar.....990
CONSIDERAÇÕES FINAIS 102
REFERÊNCIAS..... 105
APÊNDICES.....109

INTRODUÇÃO

O presente caso de gestão tem como objetivo descrever e analisar o Projeto Avançar, com foco específico na operacionalização e implementação desta política, com vista ao contexto pedagógico, na capacitação de professores que atuam no programa.

O Projeto Avançar é uma política educacional idealizada pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC/AM) cuja finalidade é regularizar o processo escolar dos alunos do ensino fundamental com distorção idade-ano, através de uma proposta pedagógica diferenciada, esta política atua como eixo principal na função equalizadora, garantindo aos jovens a igualdade de oportunidades para aquisição de novos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem a eles novas inserções no mundo e na vida social (AMAZONAS, 2005).

Vale ressaltar que o interesse em desenvolver esta pesquisa partiu da experiência profissional da pesquisadora, que atuou de 2010 a 2014 como supervisora e coordenadora pedagógica na Coordenadoria Distrital de Educação (CDE) no acompanhamento de escolas participantes do Projeto Avançar. Nelas foram observadas, através de visitas *in loco,* diferentes práticas pedagógicas por falta de um entendimento ou conhecimento da concepção curricular do programa, em especial, por parte dos professores. Assim, a dificuldade na execução do programa, em sala de aula, refletia em baixo rendimento, elevada infrequência e abandono dos alunos das turmas do Projeto. Em um novo prisma, hoje atuando como técnica da Gerência do Ensino Fundamental (GENF) da SEDUC/AM, percebeu-se que existe uma fragilidade na adoção de procedimentos e tomadas de decisões de caráter operacional por parte da Secretaria de Educação junto às escolas que implementam o programa, o que nos leva a intuir que sem o apoio ao trabalho pedagógico, em especial à prática docente, as condições desta Política Educacional se tornam ineficientes.

O Projeto Avançar foi, inicialmente, implementado em algumas escolas da Rede Estadual do município de Manaus em que a distorção se apresentava em maior índice, sendo que, em 2007, foi estendida às demais escolas com demanda, inclusive dos demais municípios do Amazonas. Atualmente, participam 82 escolas,

dentre elas, 50 estão situadas na zona urbana da cidade de Manaus e 32 escolas localizadas em 22 municípios do Estado.

Considerando sua importância, entendemos que a política precisa ser bem definida e compreendida por todos os atores da Secretaria de Educação que a pensam e a operacionalizam, e também aqueles que estão na instituição escolar, em que ela é posta em ação. Percebe-se que, no contexto escolar, gestor, pedagogo e professores ainda enfrentam dificuldades na implementação do projeto, inicialmente, por não conhecerem ou entenderem a proposta, e por obterem uma concepção diferente da proposta do projeto mediante à realidade vista na escola. A *práxis* pedagógica vivenciada pelos professores nos remeteu ao foco desta pesquisa para a formação docente, que investida de conhecimentos, alternativas e estratégias possa garantir a efetividade do programa, e com isso possibilitar o crescimento intelectual do aluno.

Assim sendo, a responsabilização de cada instância institucional, através das ações propostas pelo programa, faz-se necessária à sua aplicabilidade tanto no eixo gerencial quanto no pedagógico.

Outro aspecto importante para a realização da pesquisa está relacionado à continuidade do Projeto Avançar, conforme a Resolução nº 01/2015 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas (AMAZONAS, 2015b), que em seu art. 1º prorroga o funcionamento do projeto nos anos finais do Ensino Fundamental, iniciando em 2015 até o fim do ano letivo de 2019. Além disso, a referência do Projeto Avançar no Plano de Aceleração do Desenvolvimento da Educação Amazonas (PADEAM), objetivando a ampliação e melhoria do sistema público de educação do Estado, que contará com o investimento de 273 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de 121,826 milhões de dólares por parte do Governo do Amazonas.

É importante ressaltar que o PADEAM possui dois pilares de investimentos. Um, na área de infraestrutura, que prevê a construção de centros e escolas de educação em tempo integral e a ampliação do Programa Ensino Médio Mediado por Tecnologias através do Centro de Mídias. Outro, no contexto pedagógico, visando favorecer a aceleração da aprendizagem por meio da expansão de programas como Reforço Escolar e o Projeto Avançar, os recursos preveem o investimento na qualificação profissional da rede de ensino e de assistência técnica pedagógica a professores e escolas.

À vista do exposto, o objetivo desta pesquisa é analisar se as diretrizes apresentadas na proposta do Projeto Avançar referente à formação dos professores estão sendo contempladas e são suficientes para preparar os docentes na sua prática pedagógica em uma proposta diferenciada de aceleração de estudos, e sua relação com o gerenciamento da SEDUC, coordenadoria e escola.

Dessa forma, para desenvolvimento desta pesquisa, optou-se por uma metodologia de análise documental, pesquisa qualitativa e estudo que possibilita uma análise dos fatos e dos atores envolvidos. Neste contexto, serão considerados os dados produzidos pelos institutos oficiais de pesquisas nacionais e do Sistema de Integração de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM). Também serão analisados documentos norteadores do programa, resoluções, pareceres e pesquisas referentes ao Projeto Avançar que serviram de apoio para a descrição do presente caso.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram exibidas a percepção dos atores, por meio de entrevista com roteiro semiestruturo, que atuam na operacionalização do Projeto Avançar na SEDUC/AM, direcionada a um Diretor de Departamento, dois Gerentes e um Técnico Institucional. Foram utilizados os dados coletados pelos mestrandos Maria Francisca Andrade[1] e Raimundo José Pereira Barbosa[2] do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que realizaram suas pesquisas com foco no Projeto Avançar.

A organização desta dissertação está estruturada em três capítulos, para promover a descrição do objeto de estudo, sua análise e posterior apresentação do plano de intervenção.

O Capítulo I tem por finalidade descrever o caso de gestão. Para isso, em primeiro momento, o texto apresenta uma breve contextualização do programa de correção de fluxo escolar no Brasil e a legislação educacional de algumas mudanças centrais ocorridas na Educação Básica e as políticas públicas voltadas aos estudantes com distorção idade-ano. Em seguida, apresenta a descrição do Projeto Avançar como uma política educacional da SEDUC/AM, os aspectos estruturantes

[1] Maria Francisca Andrade é psicóloga e teóloga, atua no apoio pedagógico na EE Júlia Bittencourt, sua pesquisa tem como o tema – Uma Proposta de Intervenção Pedagógica para Correção de Fluxo Escolar na Escola Estadual Júlia Bittencourt.

[2] Raimundo José Barbosa é pedagogo, atua na supervisão pedagógica dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Coordenadoria Distrital de Educação 04, sua pesquisa tem como tema – Projeto Avançar: Os desafios da implementação em uma coordenadoria distrital de educação da SEDUC/AM.

da proposta curricular na qual a Secretaria de Educação tem um papel importante na adoção de procedimentos e decisões de caráter operacional junto às escolas. Na sequência, uma síntese geral da Proposta do Projeto Avançar envolvendo os aspectos legais e pedagógicos, alguns resultados apresentados em sua trajetória. Por fim, uma síntese da problematização do caso de gestão estudado com foco nos subsídios que a SEDUC/AM tem proposto na formação do professor.

O Capítulo II apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa e análise dos dados pesquisados com interface aos aportes teóricos e de pesquisas realizadas sobre o mesmo tema. Inicialmente, será apresentada uma análise à luz do modelo do ciclo de políticas proposto por Condé (2012) e Mainardes (2006) que permitirá uma melhor compreensão sobre as políticas educacionais. Bourdieu (1998) e Peregrino (2010) nos conduzirá a uma reflexão sobre o instrumento de reprodução e legitimação social, no sentido da escola estar preparada para atuar diante de novos contextos sociais e culturais. Os estudos Gatti (2010) e Nóvoa (1992) apresentam a importância da formação docente como elemento de crescimento profissional e de melhoria do processo de ensino-aprendizagem, importantes para uma análise do programa de correção de fluxo escolar ora pesquisado.

No Capítulo III, será proposto um Plano de Ação Educacional (PAE), que permite o alinhamento de todas a ações propostas com o foco nos objetivos e metas voltadas ao aprimoramento do Projeto Avançar, na otimização e operacionalização do Programa, de forma que possa contribuir na superação das fragilidades verificadas no decorrer da pesquisa, a fim de conduzir a novos rumos ou contribuir com novas ideias.

1 PANORAMA DO PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR – PROJETO AVANÇAR

Neste capítulo, para descrever o caso pesquisado, fez-se um esboço da situação da distorção idade-ano no contexto educacional brasileiro, um estudo da legislação da educação brasileira vigente e das leis e documentos oficiais que amparam o Projeto Avançar (Pareceres, Normativas, Proposta Curricular do Programa de Correção de Fluxo, Relatórios). Buscou-se também informações nos dados oficiais, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Sistema de Integração de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM) para apresentar a conjuntura da distorção idade-ano no âmbito nacional, local e específico do Projeto Avançar com relação ao desempenho escolar.

A pesquisa documental nos permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do contexto, da temporalidade e do surgimento da política. Para Cellard (2009) apud Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Esse tipo de recurso nos ajuda a entender melhor o processo completo que envolve o caso pesquisado, apresenta as nuances do contexto socioeconômico e político em que foi pensado, desenhado, projetado e implantado o Projeto Avançar no Amazonas.

Neste sentido, a pesquisa documental, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Também será apresentada de forma mais detalhada, como ocorreu a criação do Projeto Avançar, a sua implantação com ênfase na proposta pedagógica.

Por uma questão cronológica dos fatos, a próxima seção versará sobre o contexto histórico educacional que antecedeu e marcou a criação dos programas de correção de fluxo no Brasil, pois pode trazer elementos importantes para a compreensão do Projeto Avançar do Amazonas, das suas intenções e orientações.

1.1 Breve contextualização dos programas de correção de fluxo escolar no Brasil

Os programas de correção de fluxo escolar são importantes políticas educacionais, pois visam atender a um universo de estudantes que se apresentam em distorção idade-ano e necessitam de um atendimento específico.

Em 2014, mais de um milhão e 200 mil alunos abandonaram a escola durante o ano letivo. Essa realidade é retratada nos dados conhecidos como taxas de rendimento. Indicadores do INEP revelam que os percentuais de alunos com reprovação ou abandono, em 2014, nos anos finais do Ensino Fundamental foram, respectivamente, de 11,7% com 1.489.710 reprovações e de 3,5% com 450.317 abandonos (BRASIL, 2015a). Índices altos de reprovação e abandono reproduzem o avanço da evasão escolar, resultando assim, em muitos estudantes fora da escola, com grande possibilidade do afastamento definitivo dos estudos ou da retomada na condição de distorção idade-ano.

Diante desse contexto, é perceptível que a distorção idade-ano está muito presente nas escolas públicas do país, não se trata de um processo isolado, mas de um conjunto de fatores intra e extraescolares que refletem nos resultados negativos e que conduzem ao insucesso escolar.

A educação brasileira, a partir da década de 1980, tem vivenciado profundas transformações decorrentes da amplitude das reformas educacionais no contexto internacional, em especial, na América Latina, cujos moventes são os princípios da democratização do ensino. Percepções que apontam para a necessidade de consolidação de um novo modelo educacional e da adoção de novas políticas públicas que auxiliam no enfrentamento dos problemas educacionais, em que se encontra as altas taxas de distorção idade-ano desvendadas no sistema educacional brasileiro.

Nessa direção, algumas mudanças foram propostas e implementadas, marcadas pela expansão do sistema educacional, o fortalecimento da concepção da universalização do ensino fundamental, o ideal da escolarização como direito do cidadão e a busca pela democratização da educação como oportunidades para todos, fortalecidas nos pressupostos da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 (BRASIL,1988), que projeta a educação como um direito social, e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996),

que assegura o direito ao ensino fundamental por parte daqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Com a obrigatoriedade do ensino, descritos em alguns textos legais, principalmente na Constituição Federal de 1988, os indivíduos em busca de inserção social, precisam ir para a escola, e o nível de escolaridade passa a ser um impulso para a conquista da cidadania. É importante ressaltar que a democratização do acesso à escola coincide com o processo de redemocratização no Brasil, evidenciando, nessa relação, a presença de um conteúdo político. No entanto, a massificação do acesso ao ambiente escolar não revelou a melhoria na aprendizagem dos alunos, pois trouxe novos desafios.

A mudança no perfil dos discentes, decorrente da saída da classe média e a entrada de crianças de famílias pobres na escola pública, ensejou novas exigências para uma escola despreparada para lidar com isso. (PEREGRINO, 2010). Essa mudança de perspectiva acomodou a "desinstitucionalização da escola" que, sobrecarregada pela ampliação de novas demandas e funções, fortalece a "precarização da educação" e, dessa forma, a "gestão da pobreza" penetra a instituição escolar, transformando os alunos em "habitantes" e não em estudantes.

Então, como não há um preparo da escola em lidar com esses alunos, surgem as dificuldades no processo educacional que recaem em resultados negativos. Como destaca Fanfini (2000 apud PEREGRINO, 2010, p.93):

> [...]esse processo, muitas vezes, não vem acompanhado de investimentos qualitativos e reforçam os problemas educacionais, como a retenção escolar e a distorção idade-série, acabam por ser recorrentes no cenário educacional.

Nesse sentido, não basta garantir somente o acesso do aluno à escola, é preciso assegurar as condições para a sua permanência com a oferta de um ensino de qualidade. Assim, os resultados apontavam a necessidade de criar uma política voltada ao enfrentamento do fracasso escolar e a construção de uma escola democrática e inclusiva.

Dados do MEC de 1996, no Brasil, indicam que mais de 63% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental estavam fora da faixa etária escolar condizente, sendo que, a média para a conclusão desta etapa ocorria em torno de 11 a 12 anos, isso quando acontecia, devido às altas taxas de evasão escolar e de

reprovações, sobretudo nas escolas públicas (REALI e col., 2004). Evidenciando-se, assim, um sistema público fragilizado, pois garante ao aluno, a sua entrada, mas não a permanência até o fim de sua escolarização básica

Portanto, na intenção de minimizar ou solucionar a problemática do fracasso escolar, surgiram várias ações desenvolvidas em diversos pontos do país, dentre elas, o Programa de Correção de Fluxo Escolar que apresentava como proposta, uma intervenção destinada aos alunos com histórico de repetências sucessivas, fracassos acumulados e autoconceito fragilizado, visando proporcionar melhores condições para a recuperação do aluno em situação de defasagem na aprendizagem e em relação à idade/série, possibilitando a ele um real avanço escolar. Segundo Sampaio (2000, p. 61),

> As classes de aceleração podem ser entendidas como rota alternativa e provisória para pôr em marcha as possibilidades desses alunos, alavancar seu processo de aprendizagem e permitir sua reinserção no percurso regular. Em algum ponto eles tropeçaram e têm o direito de retomar seu caminho, tendo acesso aos instrumentos de compreensão de mundo, ao convívio com seus pares de idade, beneficiando-se realmente do trabalho formador de seus educadores (SAMPAIO, 2000, p.61).

Assim, tais estratégias foram desenvolvidas em escala nacional, a partir de 1995, sob a coordenação do MEC. Em resposta às iniciativas de indução adotadas por esse ministério, houve expansão das ações de correção de fluxo escolar em vários municípios brasileiros. Em 1997, com o foco na solução desse problema crônico, o MEC criou o Programa de Aceleração de Aprendizagem, implementado em diferentes localidades. O programa contou com o apoio e a parceria do Instituto Ayrton Senna, da Petrobrás e do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além do apoio técnico de organizações não-governamentais, como, o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (CETEB) e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). No período entre 1997 e 1999, foram alocados recursos para investimentos em ações destinadas à capacitação de professores e à produção e distribuição de materiais didáticos para as classes de aceleração criadas por esse programa. (SAMPAIO, 2000). Com isso, intensificando a expansão do programa no país.

Com a inserção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)[3], em 2005, pelo Ministério da Educação, como indicador para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação[4], no eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação que trata da educação básica, a temática correção de fluxo escolar ganhou destaque nos fóruns educacionais em todo o país.

Os Programas de Correção de Fluxo Escolar são estratégias utilizadas para adequar a série à idade dos alunos que deve resultar, em determinado espaço de tempo, em um fluxo regularizado, com a maioria dos alunos matriculados nas séries correspondentes à sua idade, e em condições de aprendizagem e aprovações nas séries seguintes (MENEZES, 2002). São programas que visam combater a distorção idade-ano[5] , com base numa estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para alunos em defasagem escolar que foram ganhando espaço, como já vimos, nos sistemas públicos de educação.

A Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que organiza a oferta de ensino no país, situa o ingresso da criança na escola aos 6 anos de idade no 1º ano do Ensino Fundamental, que tem duração normal de 9 anos, para uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno.

O sistema ideal é visto como aquele em que todas as crianças e adolescentes tenham o acesso à escola na idade prevista, não desperdiçando tempo com repetências, abandonos e, ao final de tudo, obtenham uma aprendizagem com qualidade, aplicando os saberes escolares no cotidiano de trajetória de sua vida, possibilitando escolhas e oportunidades. No entanto, a realidade das escolas públicas não atendem a esses requisitos e, muitas das vezes, não levam em consideração o capital cultural do aluno. Esse não conhecimento da experiência prévia do aluno ou bagagem cultural, por parte dos docentes, faz com que muitos estudantes desistam da escola em razão de não se sentirem culturalmente integrados à comunidade escolar.

---

[3] IDEB trata-se de um índice que pretende narrar e se mostrar como uma medida da qualidade da educação no Brasil.

[4] Foi implementado pelo Decreto nª 6.094 em 2007, trata-se de um conjunto de 28 diretrizes propostas aos municípios para melhorar a educação no Brasil.

[5] O valor da distorção é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando, então a distorção idade-ano ocorre quando essa diferença for de dois anos ou mais.

A distorção idade-ano é uma realidade brasileira, uma vez que são evidenciadas altas taxas em todos as regiões do país. No entanto, os maiores índices estão concentrados nas regiões Norte (29,8%) e Nordeste (27,5%). Na tabela 1, a seguir, é possível visualizar a situação de distorção idade-ano no país.

Tabela 1 - Taxa Distorção Idade-Série por Unidade da Federação, Ensino Fundamental - 2014

Região	Estados	Educação Básica	Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano
NORTE Total – 29,8% 1º ao 5º ano – 23% 6º ao 9º ano – 39,3%	Rondonia	25	37,4
	Acre	27,3	30
	Amazonas	**30,1**	**39,1**
	Roraima	20,2	28,1
	Pará	33,3	43,7
	Amapa	26,3	33,4
	Tocantins	20,2	29,7
NORDESTE Total – 27,5 1º ao 5º ano – 19,9% 6º ao 9º ano – 36,9%	Maranhão	24,8	35
	Piauí	30	38,3
	Ceará	19,3	27,2
	Rio Grande do Norte	28	40,8
	Paraiba	27,9	36,8
	Pernambuco	24,8	32,6
	Alagoas	31,6	42,6
	Sergipe	33,7	45,4
	Bahia	32,7	42,7
SUDESTE Total – 13,2% 1º ao 5º ano – 8,5% 6º ao 9º ano – 18,7	Minas Gerais	13,8	22
	Espírito Santo	20,4	29
	Rio de Janeiro	25,7	32,7
	São Paulo	7,3	10,7
SUL Total – 16,1% 1º ao 5º ano – 9,9% 6º ao 9º ano – 24%	Paraná	12,6	18,9
	Santa Catarina	13	20,2
	Rio Grande do Sul	21,8	31,7
CENTRO-OESTE Total - 16,5% 1º ao 5º ano – 11,2% 6º ao 9º ano – 23,1%	Mato Grosso do Sul	25	34,7
	Mato Grosso	7,4	10
	Goias	16,9	23,6
	Distrito Federal	17,5	25,5

Fonte: Brasil (2015).

Com relação ao Ensino Fundamental, verifica-se uma taxa de distorção idade-ano alta, que sinaliza a necessidade de se empreender esforços para a melhoria da qualidade do ensino nesta etapa da educação básica.

O Amazonas apresenta um dos maiores índices de distorção idade-série no Ensino Fundamental, estando entre os seis estados do país com taxas mais elevadas. Isto significa que existe um público representativo nas escolas que

necessita de um atendimento específico, cabendo, desta forma, uma reforma a favor da inclusão social.

Os dados mostram que, em 2014, dos 26 estados do território nacional, 21 estados e o Distrito Federal apresentaram em seus índices, taxa de distorção idade-ano acima de 15% no Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. E, entre eles, seis estados possuem resultados acima de 30% de seus alunos matriculados nesta etapa de ensino com atraso escolar superior a dois anos.

Referente aos anos finais do Ensino Fundamental, a situação é ainda mais crítica, uma vez que, todos os estados e o Distrito Federal estão com taxas de distorção acima de 10%. Os estados de Sergipe (45,4%), Pará (43,7%) e Alagoas (42,6%) estão no extremo desses resultados. O Amazonas apresentou o percentual de 39,3% de taxa de distorção nos anos finais do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, faz-se necessário entender que a efetivação das ações com o enfoque em uma política pública com vistas na correção de fluxo escolar não é simples, especialmente para um país que tem uma dimensão territorial muito extensa, com suas especificidades, vários contextos históricos e políticos que influenciam diretamente no contexto educacional. Diante desse cenário, vale ressaltar que o desenvolvimento socioeconômico de um país está relacionado ao desempenho de seu sistema educacional, pois a educação e a acumulação de capital humano são considerados essenciais no processo de crescimento econômico.

Segundo Prado (2000, p.49), “repetência, evasão e abandono são problemas crônicos, que sempre estiveram na história da educação escolar brasileira”. São eles que evidenciam a distorção idade-ano que atinge muitos alunos e os levam à perda da autoestima, e ao mesmo tempo, onera o sistema educacional com gastos extras. Portanto, é fundamental a criação de políticas voltadas à correção de fluxo escolar com o propósito de resgatar esse público estudantil na regularização e conclusão de seus estudos.

É nesse contexto que está em voga a educação no aspecto legal, como direito do cidadão. Na próxima seção, serão descritas as mudanças que ocorreram na legislação educacional com vista à correção do fluxo escolar e no enfrentamento do fracasso escolar no sistema educacional brasileiro.

1.1.1 Correção de fluxo escolar e a legislação educacional

No Brasil, a preocupação com a correção do fluxo escolar foi evidenciada com mais afinco após a democratização da escolarização, expressa na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que trata não apenas da garantia do acesso, mas da garantia da qualidade da educação. Com isso, as condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didático-pedagógicos e a baixa qualidade do ensino nas escolas podem ser sinalizadas como causas possíveis para a evasão escolar e a reprovação, que por sua vez, potencializa a distorção idade-ano.

Assim, os programas que têm como perspectiva o atendimento a alunos com distorção idade-ano desenvolvem as ações com base no princípio da aceleração dos estudos, priorizando a aprendizagem no que é essencial, e são adotados na legislação brasileira como forma de garantir e minimizar débitos históricos junto à população. Essas ações são efetivadas em vários espaços e localidades do país, sendo que cada um apresenta certas especificidades, nuances próprias da realidade local e histórica das diversas regiões, bem como de cada instituição escolar.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 1996, (BRASIL, 1996) respalda legalmente uma proposta pedagógica de aceleração, quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar. Vale ressaltar que, além de uma intervenção pedagógica, trata-se de um investimento na educação dos municípios, visto que, a melhora nos índices nacionais aferidos pelo Ministério da Educação pode atrair maiores investimentos por parte do Governo Federal.

A LDBEN 9.394/1996 em destaque, nos artigos 23 e 24, incisos II e V, apresenta oferta diferenciada aos alunos que apresentam defasagem escolar:

> Art. 23 - A educação básica pode organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
> Art. 24 - A educação básica nos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
> I - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:
> V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
> b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

> c) possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (BRASIL, 1996).

O Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação[6] (BRASIL, 2007) destaca a necessidade de sanar as lacunas de aprendizagem e melhorar o desempenho dos alunos, possibilitando a recuperação do tempo perdido ao longo de sua trajetória escolar. Em seu texto, aponta que o país pode não atingir as metas de conclusão do Ensino Fundamental e médio até o ano de 2022, caso não encontre uma solução para as questões relativas ao atraso escolar, como o ingresso tardio, a repetência e o abandono.

Com a instituição do Plano supracitado, surge uma preocupação por parte dos governos no enfretamento dessas questões, na criação de políticas públicas voltadas à superação dos desafios que ainda implicam nos resultados educacionais, preocupação expressa nas metas quatro e cinco que visam respectivamente combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial e, combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não frequência do educando e sua superação.

Conforme subsídios contidos no Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (BRASIL, 2007), o Governo Federal estabeleceu vinte e oito diretrizes como bases a serem cumpridas, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica no país. As diretrizes foram inspiradas nos municípios que apresentaram médias superiores a cinco (5.0) no índice de Desenvolvimento da Educação Básica[7] (IDEB), assim como nos relatos[8] de boas práticas adotadas por trinta e três escolas de ensino fundamental localizadas em comunidades pobres em quatorze estados brasileiros, consideradas como modelo.

O Ministério da Educação, por intermediação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação[9] (FNDE), oferece assistência financeira a projetos educacionais com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino brasileiro. Os

---

[6] O Plano de Metas Compromisso Todos pela educação é um conjunto de 28 (vinte oito) diretrizes que devem ser seguidas pelos municípios para melhorar a educação no Brasil.

[7] IDEB - Criado em 2007 pelo Inep, formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino

[8] Tais relatos foram extraídos do estudo intitulado “Aprova Brasil: O Direito de Aprender”, desenvolvido pela UNICEF.

[9] FNDE - É responsável por captar e distribuir recurso financeiros a vários programas do Ensino Fundamental.

recursos são provenientes do salário-educação e destinam-se à educação básica, inclusive no desenvolvimento de programas específicos como a educação de jovens e adultos, educação especial, áreas remanescentes de quilombos e educação indígena, programas de aceleração da aprendizagem, paz nas escolas, transporte e saúde do escolar e outros que visam à inclusão educacional e social.

Em relação à correção do fluxo escolar, como mencionado anteriormente, o MEC criou o Programa de Aceleração da Aprendizagem em 1997, para assegurar o atendimento aos alunos do Ensino Fundamental que apresentavam defasagem idade-ano de dois ou mais anos com o intuito de possibilitar ao sistema público condições de reverter a situação de fracasso escolar, oferecendo aos alunos oportunidades para superar as dificuldades de aprendizagem. Os recursos são destinados à capacitação de professores e confecção de material didático e sua liberação está condicionada aos índices de defasagem na rede pública do estado ou do município.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído através da lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), de duração decenal como preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu art. 214, traz vinte metas com diversas estratégias para a maior organicidade da educação nacional, visando ao compromisso com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades históricas no país, por meio de uma nova postura, construindo formas de colaboração cada vez mais orgânicas entre os sistemas de ensino (BRASIL, 2014). Destacam-se as metas 2 e 7, que abordam o ensino fundamental e o aprendizado adequado na idade certa.

> **META 2 - Ensino Fundamental** - Até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.
>
> **META 7 - Aprendizado adequado na idade certa,** Estimular a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (BRASIL, 2014, p. 19-31).

A média nacional prevista para o IDEB até 2021 é um desafio, que vai exigir, para sua concretude, um envolvimento dos Entes Federados, cada um, com sua

responsabilidade, em cada nível de ensino. A tabela 2, a seguir, apresenta a média nacional proposta para o IDEB até 2021:

Tabela 2 - Média nacional proposta para o IDEB até 2021

Etapa de Ensino	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: BRASIL (2013).

Nessa perspectiva, o Plano Estadual de Educação de cada unidade necessita ser alinhado ao PNE, para que corroborem na concretude das metas propostas nos prazos estabelecidos que constituem em um grande desafio no contexto nacional, devido à especificidade local de cada região, do contexto político e socioeconômico.

O Ensino Fundamental é uma etapa que tem grande importância devido ao seu papel na introdução e consolidação da leitura e da escrita, assim como do conhecimento matemático, domínios importantes para a vida do aluno na continuidade de seus estudos na educação básica. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, §1º e 2º, a educação básica configurou-se como direito público subjetivo[10], implicando a sua não oferta ou oferta irregular em responsabilidade da autoridade competente.

Nessa direção, dados do MEC revelam que a expansão da oferta no Ensino Fundamental atingiu a 97% das crianças de 7 a 14 anos em 2000. Isso demonstra um avanço, mas impõe novas questões à formulação de políticas educacionais na melhoria da qualidade da educação.

Dentre as questões, está a queda sistemática no rendimento médio apurado nos testes do Sistema de Avaliação da Educação Básica[11] (SAEB) nos últimos anos, resultado que pode ser atribuído em parte não só à carência do próprio sistema de ensino, mas também ao aumento da heterogeneidade[12] dos alunos que o compõe. Os indicadores utilizados no diagnóstico do sistema educacional no Brasil são

[10] O **Direito Subjetivo** - se caracteriza por ser um atributo da pessoa. Este faz dos seus sujeitos titulares de poderes, obrigações e faculdades estabelecidos pela lei.

[11] SAEB – Conforme portaria nº 931, de 21 de março de 2005 é composto por dois processos: A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

[12] Heterogeneidade - é um movimento maior, mais amplo, de cunho político e social, pautado nos princípios democráticos, que preconizam a igualdade de acesso às oportunidades e o combate à exclusão social.

medidas isoladas de fluxo e desempenho nas avaliações, mas fundamentais para analisar um contexto.

Depreende-se, assim, que as políticas públicas de correção de fluxo escolar são importantes, como medidas educacionais para se combater o fracasso escolar e para a efetiva educação pública inclusiva.

Vale ressaltar que a equidade é uma das facetas de todas as reformas a favor da melhoria da qualidade e sobretudo da inclusão social, por isso, é apresentada por diferentes dimensões e significados como uma discriminação positiva, buscando criar oportunidades que favoreça a inclusão de determinada parte da população, como podemos perceber nas políticas de ações afirmativas.

Nesse sentido, podemos considerar que os resultados diferenciados dentro do mesmo sistema educacional, em grande medida, são diferenças por falta de equidade, isso ocorre porque não há os mesmos níveis de financiamento para todos, porque os professores não possuem as mesmas habilidades nem o mesmo nível de formação, as escolas não são equipadas da mesma maneira, os alunos não têm o mesmo acesso. Então, a incorporação da noção da equidade deveria estar produzindo muitas reformas diferenciadas dentro do sistema para tentar combater essa desigualdade de resultado.

As diferenças são produzidas devido ao atendimento igualitário e padronizado manisfetados nos sistemas estaduais e municipais de educação. Na busca da igualdade posta nos manifestos e na legabilidade, se cria uma desigualdade reproduzida por resultados diferenciados.

Brooke (2012), por sua vez, diz que, a partir do momento em que se sabe quais são os grupos ou populações que precisam de mais do que esse padrão para ter os resultados que eles teriam condições de produzir, teria que começar novamente o processo de diferenciação, é isso que não é feito com tanta convicção, porque tratar a pessoa de forma diferente contraria o valor mais arraigado que é a igualdade no sentido formal.

Nesse sentido, a função reparadora das propostas de correção do fluxo escolar deve ser vista como uma oportunidade concreta da presença de jovens e adultos na escola, como uma alternativa viável em função das suas especificidades socioculturais. Assim, pensar uma política de forma equitativa é uma alternativa para garantir o processo de inclusão social através da permanência maior de todos os grupos e classes sociais na escola.

Com relação à implementação de programas de correção de fluxo escolar no Amazonas, na década de 2000, foi realizado um atendimento expressivo de alunos da Rede Estadual de Ensino com defasagem escolar através do Projeto Tempo de Acelerar (PTA) instituído em caráter emergencial na correção da distorção com a superação da questão do fracasso escolar. O PTA foi desenvolvido no período de 2001 a 2008, com o objetivo de atender ao público acima de 15 anos de idade do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e do Ensino Médio da Rede Pública Estadual.

Sua concepção ocorreu através de um acordo técnico entre o Governo do Estado e a Fundação Roberto Marinho. A metodologia aplicada em módulos por videoaulas atingiu um público de 46.156 alunos, em 2003, sendo 23.006 alunos no Ensino Fundamental e 23.006 alunos no Ensino Médio, somente no município de Manaus. A evidência de alguns dados do atendimento de alunos no PTA, citado na Tabela 3, a seguir, demonstra a abrangência do atendimento do projeto no período de 2001 a 2008, período em que foi implementado nas escolas.

Tabela 3 - Matrícula inicial do Projeto Tempo de Acelera (PTA) em Manaus

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE TURMAS
	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS		
2001	337	13.497	339	13.554	27.051	676
2002	539	21.558	452	18.101	39.659	991
2003	1.260	46.156	480	23.006	69.162	1740
2004	422	16.872	475	18.370	35.242	897
2005	5	156	111	4232	...	...
2006	0	0	204	7908	7908	204
2007	0	0	162	6.505	6.505	162
2008	0	0	40	1653	1.653	40

Fonte: Amazonas (2010).

A organização curricular do PTA permitia ao aluno a conclusão do Ensino Fundamental ou Ensino Médio em apenas um ano de estudo, fator preponderante ao tempo médio de escolarização da Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, a partir de 2006, o PTA passou atender somente ao Ensino Médio até o término do acordo técnico firmado entre a Secretaria de Educação e a Fundação Roberto Marinho.

Com as altas taxas de distorção idade-ano no estado, em especial, no munícipio de Manaus, notou-se a necessidade da implementação de um novo

programa específico da SEDUC/AM no atendimento desses alunos, surgindo, assim, o Projeto Avançar de forma muito restrita em comparação ao amplo atendimento do PTA. Na próxima seção, será apresentado como se deu o processo de implementação do Projeto Avançar e as suas especificidades.

1.2 A implantação do Projeto Avançar

O Projeto Avançar foi pensado pela SEDUC/AM como uma estratégia de intervenção pedagógica, com a finalidade de realizar, em um ano, o avanço de estudos para os jovens do Ensino Fundamental por meio de uma metodologia alternativa e adequada para esse público, possibilitando a todos a recuperação do tempo perdido no decorrer de sua trajetória escolar. O Documento Base do projeto propõe que os resultados das ações previstas assegurem a correção do fluxo escolar e que sejam efetivados, tendo como eixo a função equalizadora, garantindo aos jovens a igualdade de oportunidades para aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem a eles novas inserções no mundo e na vida social (AMAZONAS, 2005).

Instituído em caráter emergencial, o Projeto Avançar foi implantado inicialmente na cidade de Manaus, por ser este o município que apresentava as maiores taxas de distorção idade-ano.

Em 2003, ano em que o Projeto Avançar foi desenhado, a Rede Estadual de Educação apresentava uma realidade muito crítica em relação à distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental, uma vez que representava 64,1% dos alunos matriculados, que contabilizava 68.474 mil alunos (AMAZONAS, 2005).

O Projeto Avançar é um dos projetos estruturadores do Governo do Estado do Amazonas, conforme define seu Documento Base.

> O Projeto Avançar, é um compromisso político do Governo do Estado do Amazonas em reverter um dos quadros mais graves da educação nacional: o da defasagem idade-ano, oferecendo condições necessárias ao desenvolvimento do Programa (AMAZONAS, 2005, p.1).

As alternativas pedagógicas na implementação de classes de aceleração é vista como um processo de ensino- aprendizagem de forma a afiançar a todos os estudantes, não apenas a democratização do acesso à escola, mas também a permanência e a conclusão do Ensino Fundamental. Assim, é proposto materiais

didáticos específicos para orientar sua implementação como o Documento Base do Projeto, editado em 2005, e os livros didáticos para os alunos e o livro do professor como suportes pedagógicos.

A partir de 2008, iniciou-se a expansão do programa para outros municípios do Estado, como Maués, Japurá e Itacoatiara, no atendimento aos alunos com distorção idade-ano nas escolas urbanas.

A expansão da oferta nos municípios e do aumento da adesão das escolas no programa é algo limitado mediante ao número expressivo aproximado a 41% de distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental que foram evidenciados nas escolas públicas em todo o Amazonas (BRASIL, 2014). Em alguns municípios, o índice ultrapassa a 50% de alunos matriculados na rede pública na situação de distorção idade-ano. A rede estadual de ensino acompanha os altos índices nas áreas urbanas e rurais, situados em principalmente nos municípios de Atalia do Norte -51,2%, São Paulo de Olivença – 50,8%, Japurá – 62,8%, Maraã – 58,6%, Uarini – 54,7%, Juruá – 53,2%, Jutaí - 61,4% e Pauini – 59,7%.

Propor a correção de fluxo escolar na rede de ensino estadual requer adoção de uma política pública bem definida, com disposição de um planejamento preciso e muito empenho operacional, técnico e pedagógico para a obtenção de bons resultados.

Em 2015, o projeto foi implementado nas escolas públicas estaduais em 24 municípios do Amazonas com atendimento restrito mediante ao contexto atual. O município de Manaus apresenta a maior concentração de alunos participantes no Projeto Avançar nos anos finais do Ensino Fundamental, foram matriculados na Fase 3[13] exatos 692 alunos e na Fase 4[14] participaram 1.833 alunos.

Nos municípios do interior do estado a formação de turmas do Projeto Avançar, Fase 3 e Fase 4, ainda são ínfimas mediante a demanda. O que nos leva a induzir, que a falta de um gerenciamento do programa comprometa o acesso do aluno no projeto. A tabela 4 apresenta o número de municípios participantes no programa.

[13] Fase 3 – Atende a alunos do 6º ano do Ensino Fundamental no projeto.
[14] Fase 4 – Atende a alunos do 7º e 8º ano do Ensino Fundamental no projeto.

Tabela 4 - Municípios que ofertam o Projeto Avançar – 2015

Municípios	Nº de Escolas	Turmas	Anos Iniciais		Anos Finais	
			Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Amaturá	1	2	1	1		
Anori	1	1		1		
Autazes	1	2	1	1		
Barreirinha	1	1		1		
Boa Vista do Ramos	1	2	1		1	
Boca do Acre	1	2			1	1
Borba	1	1	1			
Careiro da Varzea	1	1	1			
Codajas	1	1	1			
Ipixuna	2	5	1	1	2	1
Iranduba	1	1			1	
Itacoatiara	2	4				4
Japurá	1	2				2
Lábrea	1	5			2	3
Manaus	51	153	5	29	37	82
Maués	1	2		1	1	
Rio Petro da Eva	1	1				1
Silves	1	1				1
São Gabriel da Cachoeira	1	13	12	1		
São Paulo de Olivença	5	15		6	2	7
São Sebastião do Uatuamã	1	1		1		
Tapuã	2	3		3		
Tefé	3	2		1		1
TOTAL	**83**	**220**	**24**	**46**	**47**	**103**

Fonte: Amazonas (2015a).

Vale ressaltar que dos 62 municípios do Amazonas, apenas 23 ofertam turmas do Projeto Avançar em suas escolas. No Estado, ainda existem muitas crianças e jovens afastados da escola devido à complexidade do acesso. As comunidades ribeirinhas, do campo, povos da floresta são isolados geograficamente, mesmo assim, algumas recebem o atendimento educacional diferenciado por mediação tecnológica, a distância com mediador local, em outras modalidades de ensino. Outro ponto a se observar é que, mesmo nas áreas urbanas dos municípios, a oferta de turmas do Projeto Avançar é muito restrita, não contempla a todos os alunos, mesmo aqueles com o perfil para ingressar nas turmas de aceleração, ainda continuam estudando nas salas de aulas convencionais na Rede de Ensino.

Além do entendimento do contexto educacional de que emergiu o programa, é importante conhecer a proposta que o norteia, o que será tratado na próxima seção, para obter subsídios necessários a uma análise referente ao que foi proposto e ao que está sendo executado, do desenho à aplicabilidade.

1.2.1 Síntese Geral da Proposta do Projeto Avançar

Nesta subseção será apresentada a síntese da Proposta do Projeto Avançar, enaltecendo não só os aspectos pedagógicos que envolvem a estruturação do programa para o seu funcionamento no contexto escolar, como também será observado o livro didático que foi proposto no programa como apoio pedagógico elementar.

1.2.1.1 Aspectos Pedagógicos do Programa

O Projeto Avançar é organizado nos anos finais do Ensino Fundamental por duas categorias, Fase 3 e Fase 4, que são agrupadas de acordo com a organização das turmas conjugadas por dois critérios, a idade de 15 a 18 anos e escolaridade de 6º ao 8º ano. A proposta não alcança os concluintes desta etapa, isto é, alunos matriculados no 9º ano.

O propósito inicial é verificar o nível de domínio da leitura, da escrita e do cálculo matemático dos alunos, para que seja elaborado um Plano de Ação visando atender às necessidades e corrigir as deficiências identificadas.

A identificação dos alunos para a formação das turmas deverá ocorrer por meio do levantamento das escolas, das Coordenadorias Distritais e Regionais e da SEDUC/AM.

No quadro 1, a seguir, apresentam-se os procedimentos adotados para a organização das classes do Projeto Avançar:

Quadro 1- Procedimentos adotados na organização das Classes

Procedimentos	Organização
Identificar os alunos do 6º ao 8º ano com defasagem idade-ano superior a dois anos, por ano e idade.	6º ano – 15 a 21 anos 7º e 8º ano – 15 a 21 anos
Verificar o nível de domínio da leitura, da escrita e cálculo matemáticos destes alunos.	Elaborar o Plano de Ação
Distribuir os alunos nas Fases do Projeto de acordo com o ano escolar de origem (ano escolar que está matriculado).	FASE 3 – alunos do 6º ano FASE 4 – alunos do 7º e 8º ano

Fonte: Amazonas (2005).

No tocante aos professores responsáveis pelo Projeto, devem ser profissionais que influenciam diretamente na formação dos alunos a partir de seus desempenhos balizados em conhecimentos, habilidades e atitudes. Considera-se

que professores bem formados e informados são fundamentais para a orientação competente de seus alunos, principalmente, de um público crescido, cunhado pelos fracassos decorrentes da própria escola, evidenciados nas multirrepetências.

Segundo Nóvoa (1992, p.18) as decisões no domínio educativo restrito têm oscilado entre o nível demasiado global do macrossistema e o nível demasiado restrito do microssistema que é a sala de aula. Emerge hoje em dia um novo conceito de instituição escolar, essa espécie de entre-dois em que se decidem grande parte das questões educativas, definem aqui os contornos de uma territorialidade própria na qual a autonomia dos professores se pode concretizar.

Para Lawan (2001), o ensino é a chave para novas formas de aprendizagem, e a educação proporciona a abertura para escolhas e mudanças. Assim, nesse processo de ensinar e buscar a educação encontra-se o professor, que é um trabalhador da educação. Nessa função, tem desempenhado novos papéis e tarefas na sociedade contemporânea, que se diferenciaram nos últimos tempos, requerendo uma atenção especial ao processo de formação e desenvolvimento do trabalho desse profissional quanto ao atendimento das expectativas dos alunos.

Como um ponto de partida, a formação de professores deve ser concebida como um dos componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção. Ressalta-se que a formação não somente faz-se antes da mudança, mas, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola. (NÓVOA, 1992).

Com base no documento norteador do Projeto Avançar, serão destacados no quadro 2, os aspectos pedagógicos do programa. É importante destacar que a principal diferença entre as turmas regulares e as que devem superar defasagens está na metodologia de ensino. O contexto pedagógico do Projeto Avançar, conforme apresentado no Quadro 2, direciona para uma estratégia pedagogia diferenciada na promoção de aprendizagens significativas para a superação das dificuldades dos alunos, visando à recuperação de seus estudos e à sua autoafirmação frente a um mundo em constante transformação.

Quadro 2 - Aspectos Pedagógicos da Proposta do Projeto Avançar

Objetivos	**Geral** : Regularizar o processo escolar dos alunos do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental com distorção idade-ano escolar. **Específicos**: 1. Viabilizar alternativas pedagógicas fundamentadas em aprendizagem significativa a partir do Currículo Básico e no fortalecimento de autoestima do aluno. 2. Promover o aluno, ao final do ano letivo para o ano em que apresente condições de prosseguimento regular de estudo.
Finalidade	Promover em um ano o avanço de estudos para os jovens com distorção idade-ano na rede estadual de ensino.
Metodologia	Diferenciada aos educandos do projeto, permitir uma articulação associada entre a teoria e a prática através de uma aprendizagem significativa. Embasada na filosofia sócio-interacionista que visa buscar aprender a aprender, respeitando o ritmo de aprendizagem do aluno. Desenvolvimento de projetos interdisciplinares.
Proposta pedagógica	Com base nos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como eixo a função equalizadora desta modalidade de ensino, garantindo aos jovens a igualdade de oportunidades para aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências.
Livros Didáticos	Recursos pedagógicos, que servem de subsídios pedagógicos para o educador no desenvolvimento de sua práxis. Para cada componente curricular que visa possibilitar aos jovens a formação básica e o seu desenvolvimento global.
Avaliação	Avaliação continua e cumulativa, devendo ocorrer com enfoque cognitivo dentro de uma perspectiva de processo diagnóstico, contínuo e formativo. Ressignificar a aprendizagem dos alunos. Proporcionar a recuperação paralela
Conselho de Classe	**Bimestral** – fazer um levantamento quanto ao desempenho de cada aluno do referido programa. **Final** – avaliar qual o ano (série) de destino que o aluno cursará no próximo ano, através da ponderação dos conceitos e consenso dos professores.
Encontro Bimestral	Analisar e avaliar a participação, assiduidade e as considerações de ensino e de aprendizagem de cada aluno.
Concepção de Currículo	Com enfoque a preparação dos alunos para enfrentar um mundo dinâmico em constante transformação.

Fonte: Amazonas (2005).

Dentre os aspectos pedagógicos apresentados no Projeto Avançar, evidenciam-se a sua metodologia que busca articular a teoria com a prática; a aquisição de livros didáticos adequados para atender aos alunos do programa com base na proposta pedagógica em que os conteúdos são os mesmos previstos para o nível; a avaliação com predominância no caráter formativo; a realização de reuniões e encontros periódicos na escola com os professores envolvidos no programa e com equipe gestora no intuito de realizar o diagnóstico do desempenho escolar dos alunos.

É importante ressaltar que o professor é peça fundamental para implementação da política em questão, entretanto, outras ações precisam ser

observadas para a garantia do sucesso do programa, como a formação docente e o material didático adequado, para que este possa aproximar mais este profissional dos alunos com grande defasagem de aprendizagem que precisam de uma atenção especial.

Vale destacar que a forma pelos quais os professores interpretam e traduzem a proposta curricular do Projeto Avançar, no momento de sua implementação, depende de todo um contexto no qual o programa está inserido, da maneira que foi concebido na escola e na concepção do professor.

Assim, entende-se que políticas públicas não são impermeáveis, Ball (2007 apud Mainardes e Marcondes, 2009) afirma que elas são influenciadas e modificadas no contexto da prática. No contexto das ideologias, interesses, propósitos e concepções, próprios da subjetividades dos diversos atores, se recriam e ganham novo formato. Também pode ocorrer a rejeição dessa política se for investida de maneira *top down*, de cima para baixo, de forma ordenada ou imposta, sem a compreensão da sua totalidade, principalmente pelo atores do "chão da escola", ou seja, do lugar da ação.

Visando apoiar as atividades do programa, algumas ferramentas foram propostas inicialmente, como o Relatório Descritivo que resulta da análise do aproveitamento global do aluno, dos aspectos cognitivo, afetivo e social. Com isso, os conceitos bimestrais resultam da análise do aproveitamento do aluno através da ponderação dos conceitos obtidos nos componentes curriculares.

O trabalho de capacitação, feito pelas equipes da SEDUC/AM e Coordenadorias, tem como pressuposto básico o envolvimento da equipe gestora e, principalmente, de professores. O eixo do trabalho é a gestão pedagógica do projeto, com o foco informativo sobre a organização do programa, aspecto legal, metodologia, planejamento e sistema de avaliação. A capacitação formativa do contexto metodológico específico do programa, na elaboração de material didático, é uma das reivindicações dos professores que atuam no programa.

Diferente do proposto no documento orientador do programa, o professor é lotado nas turmas de aceleração através da complementação da carga horária de trabalho, não existindo uma seleção específica de professores para atender a este público estudantil com base numa metodologia diferenciada.

Considerando que um programa de tal relevância exige mudanças urgentes na cultura das escolas, no sentido de orientar e redimensionar todo o trabalho para a

aprendizagem do aluno, se faz necessário um esforço coletivo, que consiste em enfrentar e propor soluções para os problemas detectados e priorizados na escola, bem como, na adoção de procedimentos envolvendo vários segmentos da Secretaria de Educação.

Neste caso, o esforço coletivo é a construção de uma gestão democrática e participativa, com a participação de toda a comunidade escolar na organização do trabalho pedagógico, sob a liderança do gestor e pedagogo para o sucesso da política educacional em questão. Envolve, também, a participação de toda a equipe da Secretaria de Educação que coordena o projeto, das Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação que realizam o assessoramento e o acompanhamento das ações desenvolvidas nas escolas da sua circunscrição.

O quadro 3, a seguir, apresenta os procedimentos adotados pelos atores na condução do Projeto Avançar envolvendo ações da SEDUC, passando por diversos órgãos até chegar à escola:

Quadro 3 - Adoção de procedimentos dos atores do Projeto Avançar

Órgãos	Procedimentos
DEPPE e GENF	– Adoção de procedimentos e a tomada de decisões de caráter operacional junto com a escola.
GENF	– Condução das ações de execução. – Promoção de reunião pedagógica, subsidiando gestores, pedagogos e professores. – Acompanhamento junto a equipe pedagógica do desempenho das classes do Projeto;
CDE	– Coordenação, implementação, assessoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas nas unidades escolares (Lei Delegada nº 78 de 18/05/2007).
ESCOLA	**GESTOR ESCOLAR** – Integrar o programa de correção de fluxo ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. **GESTOR ESCOLAR e PEDAGOGO** – Selecionar os educadores – Promover reuniões periódicas com a comunidade escolar. – Apoiar o corpo docente no desenvolvimento dos trabalhos e projetos interdisciplinares. – Acompanhar o rendimento escolar dos alunos e buscar sempre com a comunidade escolar alternativas para a melhoria do processo. – Fomentar subsídios para que o professor desenvolva a sua prática pedagógica em sala de aula. – Selecionar os educadores para atuar no Projeto. **PROFESSOR** – Estimular a autoestima dos estudantes, acreditando em suas potencialidades, aplicando a metodologia preconizada e viabilizar condições que garantam o sucesso de todos os alunos matriculados no referido programa.

Fonte: Amazonas (2005).

A implementação de uma política é o teste da realidade, o lugar da ação. Logo, nos parece difícil. Primeiro, porque depende de muitas variáveis, do gestor

adequado ao desenho bem formulado, dos atores engajarem-se aos objetivos e metas. E, também, porque é a hora de verificar o quanto a política é crível, como ela vai se otimizar e ainda porque ela precisa passar no teste dos usuários finais, os beneficiários de determinada ação.

Para Condé (2012) as políticas públicas podem parecer uma caixa preta, fechada a cadeado. Não tem um sentido metaforicamente ético, ainda que assim às vezes possa parecer, mas em questão de desenho, conteúdo e processos. Daí a importância do desenho do projeto ser claro e objetivo, com metas bem definidas e alinhadas para que todos os atores envolvidos no processo de execução (implementação) e acompanhamento (monitoramento) possam contribuir para a efetivação e sucesso do programa, e com isso também, ter mais conhecimento e segurança no desempenho de suas funções.

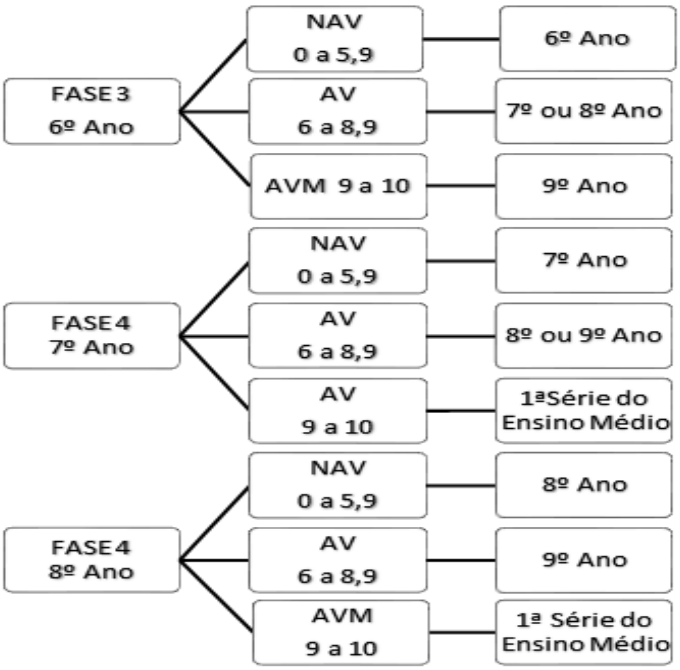
Tais contribuições são essenciais, permitindo ampla visão do sucesso das intervenções e reflexão sobre as práticas que auxiliam também para que as lições aprendidas sejam incorporadas às atividades de acompanhamento e propiciem a formulação e a execução de novas intervenções, que devem ser integradas no processo de tomada de decisões, nos seus diversos níveis, desde o político até o operacional.

Em relação ao critério de avaliação utilizado no Projeto Avançar, na verificação do desempenho de seus alunos, se utiliza dos mesmos critérios proposto às turmas convencionais do ensino regular, principalmente, quanto ao número de avaliações mínimas previstas para cada componente curricular, conforme citado na Resolução nº 48, de 27 de março de 2015, do Conselho Estadual de Educação do Amazonas (AMAZONAS, 2015c).

As notas adquiridas no decorrer do bimestre letivo são transcritas no SIGEAM e transformadas através da equivalência, em conceitos[15]. Somente no final do ano letivo, os conceitos serão quadrantes de parâmetros para a definição da progressão do aluno. Conforme descrito na figura 1, a seguir, que mostra o esquema com a progressão final da turmas da fase 3 e da fase 4, na qual são apresentados o ano de origem (série), os agrupamentos da notas e conceitos e a classificação final.

[15] Conceitos adotados para equivalência dos pontos obtidos, sendo eles: Não Avançou (NAV), Avançou (AV) e Avançou Muito (AVM).

Figura 1 - Progressão Final do Projeto Avançar, Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: Amazonas (2014).

No tocante ao processo de avaliação, o que podemos considerar como diferencial no Projeto Avançar é a realização da reunião mensal e bimestral com o propósito de levantar um diagnóstico pedagógico da situação de desempenho e infrequência dos alunos, bem como a proposta de realização de atividades envolvendo a interdisciplinaridade.

O processo de classificação do aluno ocorre no término do ano letivo, após o período da recuperação final[16] e da deliberação do conselho de classe, na Fase 3 (6º ano) e Fase 4 (7º ano), quando o aluno obtém o conceito Avançou (AV), a a pontuação final que definir a progressão do aluno.

Para um bom aproveitamento escolar, o aluno deverá obter pelo menos 60% de aproveitamento, o equivalente a 6,0 pontos de média e 75% de frequência do total de horas letivas, conforme previsto no art. 24, inciso VI, da Lei 9.394/96. No entanto, quanto maior for a nota, melhor será o conceito final, o que garantirá um avanço maior.

Vale ressaltar que avaliar é um ato extremamente complexo, cuja responsabilidade não é competência única do professor, mas deve ser também de

[16] Recuperação final é realizada após o resultado final anual, caso seja necessário, o aluno tem direito a realizar estudos de recuperação em todos os Componentes Curriculares.

todos os elementos integrantes do processo educacional, alunos, pais e administradores. Essa centralização no professor apenas consolida o modelo mundial e as relações de poder, que é plenamente exercida em nossas escolas.

O fracasso escolar é visto então como uma questão individual, próprio de cada aluno e seus problemas. No entanto, não podemos responsabilizar somente ele, nem tampouco o professor, que muitas vezes, não é preparado para esta outra função, a de avaliador. Precisamos, sobretudo, rever os paradigmas da avaliação do desempenho escolar, bem como da educação como um todo, para que a aprendizagem do aluno possa ir além da sala de aula.

O modelo classificatório de avaliação, no qual os alunos são considerados aprovados ou não aprovados, oficializa a concepção de sociedade excludente adotada pela escola. O resultado da avaliação é considerado, portanto, como uma sentença, um veredito oficial da capacidade daquele aluno que fica registrado e é perpetuado para o resto de sua vida.

Como observado no documento oficial vigente, atendendo à Resolução nº 48/2015 – CEE/AM AD REFERENDUM (AMAZONAS, 2015c) que trata do processo de avaliação do ensino e aprendizagem e da recuperação final, a quantidade de avaliações são aplicadas de acordo com cada componente curricular no decorrer do bimestre letivo referente à etapa de forma obrigatória no registro do diário de classe.

No entanto, as avaliações deverão ser aplicadas em quantidades mínimas, conforme Tabela 5, a seguir, que são definidas a partir da carga horária de cada componente curricular e conforme sua matriz curricular. Esses procedimento são aplicados às turmas de aceleração e da mesma forma às turmas convencionais do ensino regular.

Tabela 5 - Número de Avaliações Mínimas por Bimestre – Projeto Avançar

Componente Curricular	Anos Finais - Fase 3 e 4
Língua Portuguesa	4
Arte	2
Educação Física	2
Matemática	4
Ciências	3
História	3
Geografia	3
Língua Estrangeira Moderna	2
Ensino Religioso	2

Fonte: Amazonas (2015a).

É possível perceber que os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática são predominantes no contexto avaliativo, isso é devido a maior carga horária disposta, e, consequentemente, juntos contabilizam a carga maior da responsabilidade pelo desempenho dos alunos.

A participação da equipe gestora da escola na implementação do programa é previsto no suporte à atuação do docente, no acompanhamento dos resultados, na realização de reunião pedagógica para diagnosticar as dificuldades e realizar as intervenções e no apoio às famílias dos alunos, com vistas à eliminação da cultura da repetência e do abandono escolar.

O currículo ocupa um lugar central nos planos educacionais, pois é um elo entre os conhecimentos formais e saberes sociais, ou seja, entre o conteúdo programático e a prática pedagógica articuladas no Planejamento, atende ao proposto no artigo 26 da LDBEN de 1996 (BRASIL, 1996)e segue a mesma organização com base nas áreas de conhecimentos da Base Nacional Comum e Diversificada.

Um aspecto a considerar nos programas de correção de fluxo é a necessidade de um currículo que desenvolva no sujeito as novas capacidades cognitivas, afetivas e sociais apresentadas pela concepção curricular fundamentada nos pilares da educação contemporânea. Nessa nova concepção, o sujeito deverá desenvolver suas capacidades para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver junto, conforme Relatório Dellors (1998), divulgado pela UNESCO, que é uma concepção percebida no documento norteador do Projeto Avançar.

> Dessa forma, a transmissão do conhecimento sócio-cultural, valorizando o acesso a determinadas informações que levem o aluno a aprender a aprender, promovendo o processo de construção do próprio homem, como ser comprometido com o seu contexto social, deve ser a nossa meta (AMAZONAS, 2005, p.20).

Neste contexto, o Programa foi criado pelo governo do Amazonas, como uma proposta de regularização do fluxo escolar dos alunos do Ensino Fundamental, com a perspectiva de complementar as especificidades e interesses desse público.

O programa desenvolvido no Amazonas segue a estrutura curricular proposta no Ensino Fundamental regular, atendendo 1.000 horas anual de atividades escolares, distribuídas nas áreas de conhecimento de Linguagens, Ciências Naturais

e Matemática e Ciências Humanas e Sociais. A disciplina de Ensino Religioso é de oferta obrigatória, porém a matrícula na disciplina é facultativa. A atual versão foi aprovada em 2013, através da Resolução 07/2013-CEE/AM (AMAZONAS, 2013b), conforme exposto no quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Matriz Curricular do Projeto Avançar, a partir de 2013

Legislação	Base	Área de Conhecimento	Componente Curricular	FASE 3		FASE 4		Carga Hoária Total
				S	A	S	A	
Lei Federal Nº 9394/96 Nº 11.275/05 Resolução CNE/CEB Nº 4/10 Nº 7/13 Resolução CEE-AM Nº 78/00 Nº 98/05 Nº 100/5	Base Nacional Comum	Linguagens	Lingua Portuguesa	5	200	5	200	400
			Arte	1	40	1	40	80
			Educação Física	2	80	2	80	160
			Lingua Estrangeira Moderna	2	80	2	80	160
		Ciências Naturais e Matemática	Matemática	5	200	5	200	400
			Ciências	3	120	3	120	240
		Ciências Humanas e Sociais	História	3	120	3	120	240
			Geografia	3	120	3	120	240
		Ensino Religioso	Ensino Religioso	1	40	1	40	80
	TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA			25	1000	25	1000	2000
S – Carga horária semanal A – Carga horária anual								

Fonte: Amazonas (2013b).

Considerando que as classes de aceleração têm um público diferenciado, seria interessante que houvesse uma melhor organização do tempo escolar na escola com outras ações de programas já existentes e disponíveis que são ofertadas através dos Governos Federal e Estadual, como o Programa Mais Educação visando ao reforço escolar, atividades artísticas, culturais e de orientação profissional. A estrutura curricular proposta no projeto é extensa, e não permite o desenvolvimento de um trabalho pedagógico integrado.

Como já foi mencionado, a correção de fluxo requer uma mudança pedagógica, mas a referência de disciplinas e conteúdos permanecem, com isso, costuma haver a seleção dos conteúdos considerados principais para que o aluno possa aprender e prosseguir seus estudos. Nesse sentido, os livros didáticos previstos na proposta do Projeto Avançar podem favorecer, desde que bem estruturados, a uma melhor otimização do trabalho na sala de aula, o que será apresentado na próxima subseção.

1.2.1.2 Livro Didático

As estratégias metodológicas e a abordagem pedagógica do Programa preconizam uma metodologia com base no conhecimento prévio do aluno, no intuito de propor condições de desenvolver suas habilidades e competências no decorrer do processo. Dentre outros recursos propostos, os livros didáticos estão presentes como subsídios pedagógicos ao professor no desenvolvimento de sua prática em sala de aula. Com isso contempla as especificidades, seleção de conteúdos prioritários de cada disciplina inserida na Matriz Curricular do Projeto Avançar.

Além do material disponível ao aluno, é proposto o livro do professor com guias de organização de conteúdos, orientações, procedimentos metodológicos e lista de atividades. Ainda como material didático disponível para o Programa, existem os livros de literatura infanto-juvenil, disponibilizados através do Projeto Rede de Letras, no incentivo ao processo de leitura.

É necessário destacar que a autonomia docente em relação à utilização dos materiais didáticos é importante para a realização da formação na escola, pois, quando as ideias e ações não surgem dos próprios professores, há uma tendência à inibição, ocorrendo somente uma reprodução das ideias dos outros de forma automática, isolada, pontual. Nesse sentido, há necessidade de desafiarmos o educador a refletir sobre a sua prática, propiciando-lhe condições de reavaliá-la e reformulá-la. Esta possibilidade somente ocorrerá se dermos voz ao professor, levando-o a uma prática reflexiva.

Se por meio do livro didático o aluno vai aprender, é preciso que os significados do livro sejam adequados ao tipo de aprendizagem com o que a escola se compromete ou o programa se propõe. Os significados que, em torno do livro didático, o aluno vai construir ou alterar, precisam, por um lado, corresponder aos padrões de conhecimento da sociedade em nome da qual a escola estabelece seu projeto de educação. Por outro, os significados que o livro veicula podem também questionar o conhecimento até então aceito como legítimo (LAJOLO, 1996).

O livro didático na escola, em especial no Projeto Avançar, é um recurso importante ao trabalho do professor e para a aprendizagem do aluno, por facilitar e otimizar o tempo na aceleração e na aprendizagem dos alunos, conforme referendado na proposta:

> O Programa de Correção do Fluxo no Anos Finais do Ensino Fundamental é uma proposta pedagógica com livro didático específico para cada componente curricular, que visa possibilitar aos jovens, a formação básica e o seu desenvolvimento global (AMAZONAS, 2005, p.9).

Mesmo proposto no documento orientador do programa, atualmente as escolas que têm turmas do Projeto Avançar não receberam os livros para subsidiarem os professores e alunos, o que torna mais dificultoso o trabalho do professor que atua em sala de aceleração. Na intenção de suprir o livro específico do projeto, os livros didáticos do PNLD são utilizados pelos professores, que promovem a seleção dos conteúdos de várias séries do Ensino Fundamental, buscando priorizar os conteúdos mais relevantes, para atender às particularidades de cada turma. Não é uma tarefa fácil, para quem lida com outras turmas diferenciadas do Projeto e que não tem mais tempo disponível para essa atividade. O Horário de Tempo Pedagógico (HTP) disponível ao professor não é de exclusividade à preparação de material de aula, são realizadas outras atividades, como, atualização do diário digital, atendimento aos pais e formação continuada.

A falta do material didático na escola e de capacitação do professor mediante ao contexto metodológico implicam diretamente no desempenho do programa, incide a exigir do professor uma atuação ainda mais desafiadora nas turmas de aceleração.

A última distribuição e editoração do livro didático do Projeto Avançar, Anos Finais do Ensino Fundamental ocorreu em 2009. Os livros que passaram por licitação foram distribuídos nas escolas que, na época, ofereciam o Projeto. Eles formavam um kit com três volumes. Sendo que o volume 1 atendia a Ciências e Matemática; volume 2, a Língua Portuguesa e Arte; e, por fim, o volume 3 com História, Geografia e Ensino Religioso. As disciplinas de Língua Estrangeira Moderna (Inglês) e Educação Física não eram atendidas.

Com o passar do tempo e a falta de um novo material, a reserva técnica disponível na Secretaria de Educação foi sendo esgotada. As escolas estão ainda utilizando esse material, quando disponibilizados por outras escolas que não oferecem mais as turmas do Projeto Avançar.

Os professores utilizam esse material sem uma formação metodológica específica, para que possam, de fato, desenvolver nas salas de aulas, práticas inovadoras.

1.2.1.3 Formação de Professores do Projeto Avançar: Dois Momentos

Em 2005, ano de implementação do Programa, ocorreu a primeira capacitação inicial dos professores. Participaram desta etapa todos os professores que atuavam nas turmas de aceleração, incluindo pedagogos, técnicos das equipes das sete coordenadorias e técnicos da Secretaria de Educação. A capacitação foi desenvolvida por técnicos do Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (CETEB).

Este primeiro momento, com duração de 40 horas, abordou as linhas gerais do programa, os pressupostos básicos: desenvolvimento da autoestima, aprendizagens significativas; fundamentos filosóficos e metodológicos; a dinâmica a ser empreendida em sala de aula; os recursos didáticos de apoio ao desenvolvimento do programa; a sistemática de avaliação. Os professores foram agrupados por componente curricular, dessa forma: Ciências e Educação Física; Matemática; Língua Portuguesa e Inglês; Artes, História, Geografia e Ensino Religioso; com o objetivo de capacitar os docentes em procedimentos metodológicos.

O trabalho com as salas de aceleração foi iniciado no segundo bimestre escolar de 2005. Nos procedimentos adotados na organização das salas, foram conjugados os critérios referentes à idade, ao ano de escolaridade e ao domínio da leitura e escrita verificado por meio de avaliação diagnóstica. Para isso, foi necessário dar prioridade, na composição das classes, aos alunos com idade mais elevada, até 17 anos, e identificar os alunos com defasagem idade-ano.

O segundo momento, seguindo o mesmo formato do anterior, ocorreu em 2009, por meio da contratação de uma instituição privada que atuava na capacitação profissional na área educacional.

Em outros momentos, os professores do Projeto Avançar que também atuam nas turmas regulares participam das formações realizadas pela Secretaria de Educação e Coordenadorias. No entanto, as formações não tratam das peculiaridades do programa, mas são oficinas que, em sua maioria, abordam apropriação de resultados e de concepções metodológicas das Avaliações Externas devido as escolas participarem desse processo e da política de bonificação.

Levando em consideração a importância do papel do professor na implementação do Projeto Avançar, é importante que ele tenha uma boa formação,

para entender e ajudar os alunos a superarem essa problemática como é previsto no próprio documento norteador do programa.

> Compreendemos a importância do papel do professor na construção do processo de ensino e aprendizagem porque se o professor tiver condições de lançar mão de estratégias para realizar o seu trabalho de forma a ativar o conhecimento, conseguirá instigar o aluno para o aprendizado (AMAZONAS, 2005, p.18).

Contudo, quanto à formação de professores das escolas que aderiram ao Projeto Avançar, foco desta pesquisa, evidencia-se em seu histórico a ausência de continuidade nessas iniciativas, o que intervém diretamente no processo de ensino e aprendizagem, produzindo resultados negativos no próprio programa.

1.2.2 Operacionalização do Projeto Avançar

A operacionalização do Projeto ocorre no âmbito macroinstitucional em que a Secretaria de Educação realiza o gerenciamento e as Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação dispõem do acompanhamento, e microinstitucional, na instituição escolar, com a implementação do Programa.

A implementação na escola é o momento de verificar o quanto a política é possível, transitável, com base, em seus usuários finais, que, em nossa pesquisa, são os professores e alunos.

É importante destacar que é nesta etapa do ciclo da política – na implementação - que se observa a dinâmica da relação entre as instituições envolvidas. Isto significa que o desenho proposto inicialmente, vai sendo transformado em algo real e que deverá apresentar um bom funcionamento. Outro ponto a se destacar se refere às estratégias normatizadas pelo programa, se são condizentes à realidade local, à compreensão dos atores envolvidos, da comunidade escolar, e em especial, da gestão escolar, no entendimento do processo, da intenção à ação.

A conexão entre as instituições não está presente em nossa realidade, porém faz-se necessária para a fluidez do ciclo da política, do proposto à prática, levando-se em consideração as ações exequíveis ou não, as necessidades de materiais, de infraestrutura e de pessoal. E, até mesmo de um redesenho da proposta, com o mesmo objetivo, mas com uma estruturação diferenciada.

Faz-se entender que no ciclo de políticas se tem a concepção de novas micropolíticas que, consequentemente, incidem em novas propostas e adequações. É na concretude de uma política que são polarizadas os ideais de cada um, no campo de disputas. Daí a necessidade de participação e preparação dos envolvidos na implementação da política para que ela aconteça. Mainardes (1998) destaca que a implementação de políticas se faz pela sua aplicabilidade. Segundo ele:

> Qualquer mudança educativa não se consolida apenas através de atos legais. As leis por elas mesmas, não mudam a realidade e nem transformam a instituição. As políticas decretadas, decididas de forma vertical, sem prévia e ampla discussão com os agentes que as dinamizarão no cotidiano escolar, dificilmente conseguem efetivar-se (MAINARDES, 1998, p.26).

Contudo, garantir a eficácia na implementação de uma política é condição essencial que se assume efetivamente o papel de cada instituição. Toda política envolve planejamento e uma gama de processos e esforços para sua implementação. Para aumentar as chances de que seja bem sucedida, é necessário que sejam realizados o monitoramento e a avaliação, conforme Lück,

> Ele [o monitoramento] estabelece de forma sistemática e contínua, a adoção de práticas de observação, registro dos fenômenos observados, interpretação de significados, identificação de melhorias necessárias, planejamento de ações para essa melhoria e sua implementação (LÜCK, 2000, p.11).

Portanto, para uma boa avaliação, é preciso que todo o processo tenha sido bem acompanhado, a fim de se evitar desvios do objetivo inicial e corrigir possíveis distorções antes do final do processo.

A Figura 2 apresenta os “corresponsáveis” pelo Projeto Avançar, na esfera macroinstitucional e local no processo de gerenciamento, acompanhamento e implementação do Programa.

O Projeto Avançar possui uma estrutura organizacional com alocação da macroinstituição no gerenciamento e acompanhamento que envolve a Secretaria de Educação e as Coordenadorias. E, no âmbito local, a instituição escolar, na implementação. As instituições envolvidas no Programa têm suas responsabilidades com ações diferenciadas, mas que, ao mesmo tempo, precisam ter uma integração para garantir o propósito principal do Programa.

Figura 2 - Estrutura do Gerenciamento do Avançar

Fonte: Amazonas (2015a).

As concepções do Projeto Avançar em cada instituição corresponsável serão apresentadas a seguir, com ações correspondentes, devidamente detalhadas que possibilita melhor compreensão e planejamento na realização de um trabalho integrado e mais dinâmico.

1.2.2.1 Processo de Implantação e Acompanhamento do Projeto Avançar na Secretaria de Educação

A SEDUC/AM possui definidas, atualmente, suas finalidades, competências e estrutura organizacional na Lei Delegada nº 78 de 18 de maio de 2007 (AMAZONAS, 2007a). O Projeto Avançar, tido com uma politica pública visando à correção do fluxo escolar, é assistido através do Departamento de Políticas Públicas e Programas Educacionais (DEPPE).

As funções dos profissionais, que atuam na Secretaria, é de acompanhar e orientar a elaboração de instrumentais, de materiais complementares e da sistemática de acompanhamento pedagógico, de monitoramento e de avaliação do programa. É, suscintamente, a responsabilização da Secretaria de Educação no subsídio operacional à execução do programa nas escolas. A equipe de trabalho da Secretaria responsável pelo Projeto Avançar é composta por apenas uma técnica educacional que coordena, acompanha e realiza o monitoramento de todo o Estado.

O acompanhamento é realizado através dos resultados e do *feedback* das coordenadorias e escolas integrantes do Programa, que são encaminhados à Secretaria de Educação. Os coordenadores pedagógicos se reúnem na SEDUC com a coordenação do Projeto Avançar, com o objetivo de produzir informações sobre a implementação deste nas escolas e evidenciar as dificuldades que surgem no decorrer do ano letivo.

Na estrutura organizacional da SEDUC exibe as Coordenadorias Distritais de Educação que atuam em sete (07) sedes que atendem as escolas na Capital e as Coordenadorias Regionais de Educação atauando nos demais 61 municípios do Estado do Amazonas. Com o crescimento da adesão dos municípios ao Programa é perceptível e urgente a concepção de uma organicidade no gerenciamento do Projeto Avançar na sede da Secretaria de Educação.

O sucesso do programa se deve a uma análise mais detalhada da sua efetividade na correção do fluxo escolar, que percorre do órgão central à sala de aula, da formação do professor às condições de trabalho, do desenho do programa à realidade. É fato que devemos atender a esse público, que está presente em nossas escolas e tem o direito de uma educação com aprendizagens essenciais ao exercício da cidadania, possibilitando o êxito em sua trajetória escolar, após regularização.

1.2.2.2 Processo de implementação do Projeto Avançar junto às Coordenadorias

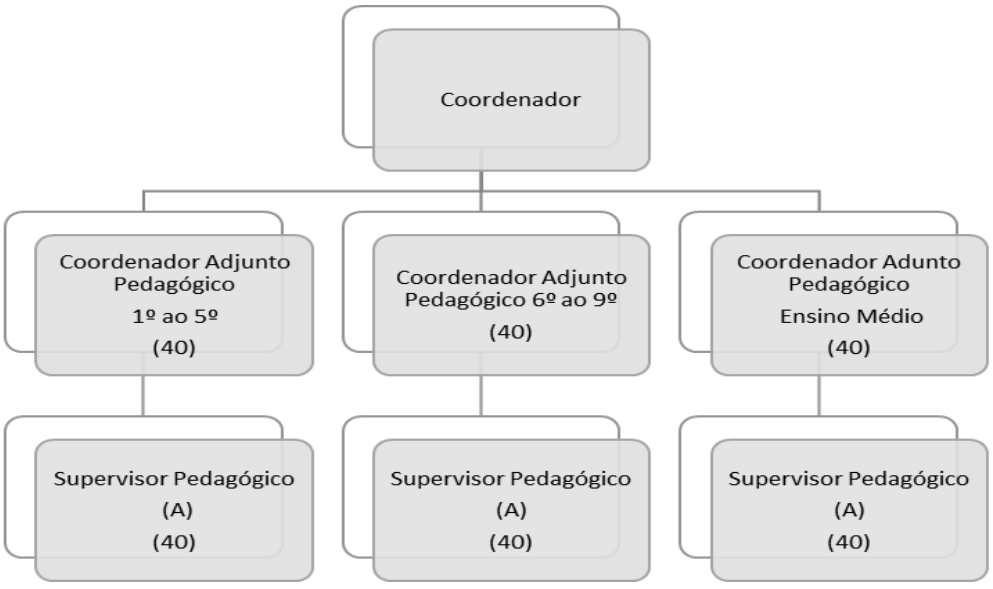
As Coordenadorias, por meio da coordenação pedagógica, têm como propósito apoiar o trabalho no nível local, acompanhar e orientar os profissionais, pedagogos e professores na operacionalização do programa; analisar os planos de aula, de curso e ainda as aulas dos professores ministrantes; elaborar e executar a sistemática de acompanhamento pedagógico, de instrumentais e de materiais complementares inerentes ao programa; elaborar e enviar relatórios à gerência acerca do desenvolvimento do programa.

A Coordenadoria Distrital de Educação (CDE) e a Coordenadoria Regional de Educação (CRE) têm como premissas a coordenação, implementação, assessoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas nas unidades escolares, a partir das diretrizes emanadas dos órgão da Secretaria, bem como representação e intermediação das demandas e propostas das escolas da Rede

Estadual de Ensino junto à Instituição, corresponsabilização no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Ação das Escolas e implementação de Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, participação ativa nas ações referentes ao acesso escolar, lotação de pessoal, distribuição de carga horária, cumprimento do calendário escolar, alcance aos resultados educacionais, assim como no processo de avaliação da gestão escolar.

O acompanhamento do Projeto Avançar através das Coordenadorias é fundamental para a implementação deste nas escolas. Percebe-se uma melhor estruturação, pois cada supervisor pedagógico atende no máximo a cinco escolas em cada turno no decorrer do ano letivo, o que possibilita um acompanhamento mais próximo e eficiente, conforme visto na Figura 3, a seguir, que apresenta o organograma da Coordenadoria.

Figura 3 - Organograma da estruturação das CDE e CRE



(A) - 1 Supervisor Pedagógico para até 5 escolas por turno e nível de ensino. Fonte: Amazonas (2015a).

É importante destacar que, na estruturação da CDE/CRE, existe uma coordenação de reeducação do abandono escolar, um psicólogo e um assistente social, profissionais que podem ajudar os alunos das turmas do Projeto Avançar necessitados de acompanhamento por profissionais específicos no atendimento aos casos de infrequência e de vulnerabilidade social.

A coordenadoria é fundamental no incentivo às escolas na formação de novas turmas de aceleração, realizando o levantamento e a identificação dos alunos com

distorção idade-ano que estão matriculados no Ensino Fundamental, tendendo a corrigir o fluxo escolar nas escolas e proporcionar ao aluno o resgate da autoestima, à aprendizagem de conhecimento, à ressignificação de condutas sociais, na perspectiva de uma nova inserção, reintegrando-os ao percurso comum com chances de sucesso.

No ano letivo de 2014, as Coordenadorias Distritais de Educação alocadas no município de Manaus acompanharam através de seus supervisores pedagógicos 140 turmas de aceleração. Os dados apresentados na tabela 6, a seguir, estão organizados por coordenadoria, de acordo com a oferta das fases dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Tabela 6 Projeto Avançar - Atendimento das Coordenadorias – 2014

Coordenadorias	Total		Anos Iniciais				Anos Finais			
	Turmas	Alunos	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4	
	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A
CDE 1	11	202	-	-	3	44	3	48	5	110
CDE 2	17	448	2	52	5	133	3	71	7	192
CDE 3	12	318	2	73	6	162	-	-	4	83
CDE 4	47	990	1	20	4	112	14	273	28	585
CDE 5	24	569	-	-	3	94	4	57	17	418
CDE 6	20	461	1	48	9	231	2	46	8	136
CDE 7	9	232	-	-	4	128	1	23	4	81
GERAL	140	3220	6	193	34	904	27	518	73	1605

Fonte: Amazonas (2015a).

No decorrer do ano letivo de 2014, visualizamos o atendimento de 3.220 alunos. A fase 4 é a que atende ao maior número de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, totalizando 1.605 matrículas.

Vale evidenciar que os sujeitos das coordenadorias responsáveis pelo acompanhamento das ações nas escolas, que são os supervisores pedagógicos, precisam encontrar-se capacitados para ajudar a enriquecer o trabalho desenvolvido pelas escolas e incentivar a equipe gestora, professores e alunos nessa reconstrução e novo direcionamento educacional, que é a atuação nas turmas de aceleração. Para atuar como Supervisor Pedagógico é solicitado experiência profissional na educação como professor ou pedagogo que devido à formação, espera-se que tenham ponto de vista e opiniões que precisam estar alinhados ao objetivo central da política.

1.2.2.3 Processo de implementação do Projeto Avançar junto às escolas

Na instituição escolar, o gestor tem um papel importante de integrar o Avançar ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, favorecer o trabalho do educador, estimular os educandos, acompanhar os resultados e buscar o apoio das famílias da comunidade escolar com vistas à eliminação da cultura da repetência e do abandono escolar.

Com base no documento orientador do programa, o professor tem como propósito desenvolver o trabalho interdisciplinar e promover uma aprendizagem significativa para o aluno. Assim sendo, dentre suas características, busca-se um educador que: evidencie postura de comprometimento com o sucesso escolar dos educandos; acredite na capacidade de aprendizagem de seus alunos; busque novas informações e autoformações; vivencie relações bem-sucedidas com os alunos; demostre dinamismo na prática pedagógica; manifeste interesse em trabalhar no programa; vise à melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem (AMAZONAS, 2005).

Para lidar com todas essas exigências se faz necessário a realização de formações aos professores, para que eles provindos de mais conhecimentos sobre o Projeto Avançar, dos problemas que envolvem o contexto social dos alunos e estratégias de ensino, possam contribuir e realizar uma educação equalitária, justa e mais dinâmica.

1.2.3 Resultados alcançados pelo Projeto Avançar do Amazonas

Para uma melhor compreensão do Programa e entendimento sobre como ele se apresenta, buscamos alguns resultados que foram apanhados no período de 2008 a 2014, sistematizados pelo SIGEAM, que nos conduz a uma investigação mais profunda que possa responder questionamentos referentes à efetividade e ao acompanhamento do Avançar enquanto uma política pública educacional implementada na rede estadual de ensino.

Para isso, buscamos os indicadores de rendimento escolar que correspondem às informações referentes ao aproveitamento e à frequência dos alunos. Eles são importantes sinalizadores no monitoramento das ações aos gestores da instituição escolar e macroinstitucionais. Tendo em vista a relevância desses dados como

resultantes de uma Política Educacional significativa na redução do abandono escolar, os indicadores de rendimento do Projeto Avançar permitem entender o processo de sua evolução no decorrer de sua trajetória.

A seguir, apresenta-se a Tabela 7 com a evolução dos resultados do Programa de Correção de Fluxo Escolar, Projeto Avançar, gerados no período de 2008[17] a 2014 no Estado do Amazonas e o público atendido a cada ano.

Tabela 7 – Resultados Projeto Avançar Geral - Aprovação 2008 a 2014

ANO	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS	APROVAÇÃO	
		%	Nº DE ALUNOS
2008	5740	55,42	3184
2009	5711	61,01	3484
2010	8042	65,41	5620
2011	7267	66,31	4819
2012	11798	66,73	7873
2013	7708	61,52	4742
2014	5029	61,56	3096

Fonte: Amazonas (2015a).

Referente ao índice de aprovação evidenciados na Tabela 7, podemos expor que o programa ainda não atingiu o seu objetivo principal que é a correção do fluxo escolar de seu público alvo, que está na sala de aula de aceleração. Observa-se que nos anos de 2013 e 2014, os índices de reprovação mantiveram-se estáveis, em torno de 61%. Resultado este limitado para um programa de aceleração, portanto, faz-se necessária uma avaliação da implementação da política, para a inserção de novos procedimentos.

Conforme o documento base oficial do projeto no que se refere à prática pedagógica:

> (...) é importante criar novas alternativas para oportunizar ao aluno novas formas de desenvolver nas atividades propostas suas habilidades e competências para que busque melhores condições de aprendizagem (AMAZONAS, 2005, p.11).

Setúbal (2000) ao refletir sobre a política de correção de fluxo voltada para o enfrentamento do fracasso escolar e à construção de uma escola democrática e inclusiva, destaca três pontos. Primeiro, não é possível pensar sobre políticas educacionais descontextualizadas das realidades. Segundo, a modernização e

[17] Os resultado do Avançar de 2008 estão inseridos os municípios de Maués, Japurá e Itacoatiara.

articulação do sistema educacional com vistas a uma educação de qualidade para todos exige do Estado uma atuação mais ágil e flexível, que possa contar com a contribuição mais efetiva de amplos segmentos da população, na formulação e no acompanhamento das política públicas. E, por fim, a escola como um espaço onde as relações entre o local, o nacional e o global, entre o cotidiano e o histórico, tornam-se possíveis e imprescindíveis.

No que diz respeito à reprovação e abandono no Projeto Avançar, os índices apresentados são expressivos, estes estão presentes na tabela 8, a seguir.

Tabela 8 - Resultados Projeto Avançar Geral – Reprovação e Abandono de 2008 a 2014

ANO	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS	REPROVAÇÃO		ABANDONO	
		%	Nº DE ALUNOS	%	Nº DE ALUNOS
2008	5740	22,91	1315	21,67	1244
2009	5711	19,79	1130	19,21	1097
2010	8042	15,43	1241	19,16	1541
2011	7267	13,86	1007	19,83	1441
2012	11798	12,52	1477	20,75	2448
2013	7708	12,56	968	25,92	1998
2014	5029	14,93	751	23,50	1162

Fonte: Amazonas (2015a).

Com base nos dados, observa-se que a reprovação teve um crescimento perceptível em 2014 (14,93%) se comparada com o ano de 2013 (12,56%), significa que mesmo matriculados na classe de aceleração, os alunos não tiveram sucesso no pleito escolar.

No tocante ao abandono, observa-se que nos últimos anos 2012, 2013 e 2014 o índice ficou acima de 20%. Desde 2008, é observável índices elevados de abandono, superando a reprovação.

Mazzotti (2003) ao referir-se ao abandono escolar, elenca alguns determinantes, são eles: a perda do sentido da escola, a inadequação dos conteúdos, o deslocamento familiar, o sentimento de fracasso em detrimento das repetidas reprovações, o sistema econômico excludente, o trabalho infanto-juvenil e a pobreza.

Além disso, destaca três aspectos importantes a considerar no abandono escolar. Mesmo sabedor das repercussões negativas de uma reprovação, que levam ao “fracasso escolar” os professores não conseguem decidir e escolher o contrário.

O professor não se identifica como parte do processo nem como parte das causas que levam ao abandono e à reprovação escolar. A relação ao reconhecimento da falta de sentido da escola, os seus conteúdos desinteressantes e a necessidade de mudança por parte da escola para que ela se torne mais atrativa aos estudantes.

Vale ressaltar que o público de estudantes inseridos no Projeto Avançar tem de 15 a 21 anos de idade, seus anseios e expectativas são diferenciados. Deve-se, então, de fato uma política de inclusão social e escolar.

Freitas (2007) aponta uma possiblidade para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, que pode contribuir tanto para os resultados do fluxo quanto para os dados de desempenho acadêmico dos alunos/escola. Segundo ele:

> (...) as políticas da equidade devem ser associadas às politicas de redução e eliminação das desigualdades sociais, fora da escola. Isso implica continuar a produzir a crítica do sistema social que cerca a escola, além da introduzir a importância do nível socioeconômico como variável relevante nas análises de avaliação do desempenho do aluno e da escola (FREITAS, 2007, p. 971).

Nesse entendimento, o enfretamento do abandono e da reprovação escolar precisa ser antes o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas que recaem também na escola, interferindo diretamente nos resultados de desempenho escolar do aluno.

Como já dito, os dados voltados ao abandono e reprovação dos alunos das turmas do Projeto Avançar é um sinalizador importante acerca da necessidade de uma (re)estruturação de sua Proposta, já que estamos lidando com um público mais velho e que busca, na escola, novas perspectivas de superação do ambiente escolar e do contexto social.

Na Tabela 9, a seguir, apresentam-se os dados do Projeto Avançar por nível de escolaridade, 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, conforme exposto no SIGEAM. Estes indicadores dão visibilidade ao desafio que o Programa enfrenta desde o início de sua implementação que, ao invés de promover a aceleração de estudos dos alunos, efetiva a exclusão e o isolamento das classes dentro da própria escola.

Já os resultados de desempenho dos alunos pertencentes ao projeto demonstram a existência de uma fragilidade nas expectativas de aprendizagens,

reproduzindo resultados ainda preocupantes de reprovação e abandono no próprio Programa.

Tabela 9 - Resultados do Projeto Avançar - Geral/Amazonas 2007

ANO	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS	APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO		ABANDONO	
2007		%	Nº DE ALUNOS	%	Nº DE ALUNOS	%	Nº DE ALUNOS
1ª a 4ª	4518	59,26	2677	24,39	1102	16,36	739
5ª a 8ª	912	80,48	734	14,04	128	5,48	50

Fonte: Amazonas (2015a).

Observa-se que os dados da Tabela 9 demonstram que, desde 2007, já se evidenciava altas taxas de reprovação e abandono que totalizavam 40,66% do resultado expresso na etapa de 1ª a 4ª série e de 20,52% na etapa final que atendia da 5ª á 8ª série. É importante ressaltar que boa parte das crianças dos primeiros anos não eram alfabetizadas, o que pode justificar o grande índice de permanência nos Anos Iniciais.

Nesse sentido, atender aos alunos com distorção idade-ano nas suas necessidade e especificidades é possibilitar a equidade, que é a palavra-chave das reformas educacionais, mesmo conduzida de forma diferente, no processo a favor da inclusão social e da aprendizagem.

Os referidos indicadores apresentados nesta subseção, mostram que tanto a melhoria da aprendizagem quanto a redução da distorção não têm sido alcançadas em nível satisfatório no Projeto Avançar, visto que o Projeto produz, em sua trajetória, elevadas taxas de reprovação e abandono, contrapondo o seu objetivo, que se sustenta no desenvolvimento de uma ação pedagógica junto aos alunos. Uma das interferências prováveis capaz de provocar os efeitos verificados nas aprendizagem dos alunos, conforme constatado nas entrevistas e pesquisas apresentadas, provavelmente está relacionada à competência do professor em lidar com as turmas de aceleração, o que causa até mesmo um desconforto ou resistência na implementação do Programa na escola.

No capítulo seguinte será realizado um diálogo com alguns referenciais teóricos no que diz respeito ao modelo de política pública e formação de professores, em especial no exercício de sua função em salas de aceleração. Por meio da concepção e prática profissional dos atores envolvidos na SEDUC/AM, participantes desta pesquisa.

1.2.4 Síntese da problematização do caso de gestão estudado

A Secretaria de Educação de Estado do Amazonas, em 2005, iniciou o Projeto Avançar com adesão das escolas públicas da Rede Estadual da cidade de Manaus. Atualmente, são 22 municipios do Amazonas que possuem escolas desenvolvendo o Projeto. Nota-se que, mesmo aquelas escolas que aderiram a ele desde a sua criação, ainda enfrentam dificuldades na sua implementação. Além da finalidade de promover em um ano o avanço de estudos aos jovens com distorção idade-ano, o projeto tem como estratégia reparar lacunas de aprendizagem e melhorar o desempenho dos alunos e contribuir na qualidade da educação local.

Trata-se de um política educacional importante na correção do fluxo escolar na Rede Estadual de Ensino, porém o que se percebe é uma limitação do programa em atender ao seu objetivo principal. Os dados produzidos, até então, com índices elevados de reprovação e abandono, fortalecem a necessidade de examinar como está acontecendo sua operacionalização na macroinstituição, no incentivo e melhoria das escolas no contexto pedagógico, que é o condutor principal do programa. Nesse sentido, buscamos entender o papel da Secretaria, das coordenadorias e das escolas na formação dos professores atuantes no Projeto Avançar.

Diante disso, é que propusemos nesta pesquisa uma reflexão sobre as ações que envolvem a prática pedagógica, mediante alguns questionamentos: Será que o professor que atua na sala de aula de aceleração está “preparado” para lidar com a metodologia proposta? A equipe diretiva da escola (gestor e pedagogos) são capacitados para subsidiarem seus professores? Há o apoio operacional na execução do projeto quanto à distribuição do livro didático, capacitação dos atores atuantes nas coordenadorias e escolas? Qual o olhar da Secretaria para o Projeto Avançar?

Partindo dessas questões, a análise que se propõe tem como foco especifico as ações adotadas pela SEDUC/AM na condução da implementação desse projeto, evidenciando o aspecto pedagógico e a capacitação do professores.

2 O PROJETO AVANÇAR E SUAS IMPLICAÇÕES: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA

Este Capítulo tem como o objetivo analisar e discutir a operacionalização e implementação do Projeto Avançar no Estado do Amazonas e sua relação com a formação de professores, partindo do referencial teórico que embasou a pesquisa bibliográfica para a análise dos dados. Por fim, com base na interpretação do *corpus* de dados, apresentou-se a discussão dos resultados dos dados coletados por meio da entrevistas com roteiro semiestruturado aplicadas aos atores envolvidos na operacionalização e implementação desta política na Secretaria de Educação. Dados esses, categorizados, a saber, por: acompanhamento do projeto, material didático e formação de professores, que representam os aspectos principais para efetivação do programa, tendo como objetivo fornecer mais subsídios para a formulação de uma proposta interventiva por meio do Plano de Ação Educacional.

Com o objetivo de tecer as discussões apontadas, dividimos este Capítulo em quatro seções. Na primeira seção será trazida a concepção teórica dos autores Condé (2012), Mainardes (2006), Lück (2000), Gatti (2010), Nóvoa (1992), Candau (1997) e Prado (2000). Na segunda seção, será posto o percurso metodológico, descrevendo as etapas necessárias para a realização deste trabalho, dos instrumentos de pesquisa e dos motivos que nos levaram a optar por eles. Na terceira seção, para melhor compreensão, será apresentado uma análise do Projeto Avançar mediante o modelo de avaliação de políticas públicas. Na quarta seção, são apresentadas as análises da intepretação dos dados.

2.1 Concepções teóricas

Em relação às concepções teóricas desta dissertação, busca-se evidenciar o pensamento de cada um dos autores, neste sentido, busca-se entender a o Projeto Avançar como uma política importante e necessária no atendimento de um público estudantil que precisa de um ensino que permita a superação das dificuldades e a inclusão social. A partir deste contexto, a formação de professores ganha relevância, visto que a prática pedagógica é um dos pilares do Projeto.

Buscamos em Condé (2012) as concepções que tratam do processo das políticas através das ideias de agenda, formulação, implementação e avaliação,

permitindo a compreensão geral do campo das políticas, que é importante para entender o Projeto Avançar como uma política educacional de grande relevância na correção do fluxo da Rede Estadual de Ensino, favorecendo uma visão panorâmica e as possibilidades de (re)desenhar e (re)avaliar as ações propostas no decorrer do ciclo. No mesmo sentido, Mainardes (2006), ainda referente às políticas educacionais brasileiras, traz uma reflexão sobre suas possibilidades e a análise com a abordagem do "ciclo de políticas" e evidencia que no contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e à recriação. Assim, fica evidente que o professor exerce um papel significativo na política aqui posta, pois a maneira que ele pensa e que acredita, influencia diretamente o processo de implementação, com isso ele poderá atender ou contrapor aos objetivos propostos pela política.

Abordamos também Lück (2000), que destaca a escola como uma organização que sempre precisou mostrar resultados - o aprendizado dos alunos, porém nem sempre eles são positivos. A sua defesa ao estímulo da gestão compartilhada em diferentes âmbitos da organização escolar, nos remete ao entendido, que nasce um ambiente favorável ao trabalho educacional, que valoriza os diferentes talentos e faz com que todos compreendam seu papel na organização e assumam novas responsabilidades.

Parafraseando com Gatti (2010) a respeito de formação de professores, entende-se a insuficiência da formação oferecida para subsidiar a atuação profissional docente na educação básica, no sentido de que, nem todas formações iniciais oferecem um suporte didático-pedagógico na atuação em sala de aula, o que interfere diretamente na prática docente. além de Gatti (2010), Nóvoa (1992) comenta da necessidade de construir uma nova profissionalidade docente, o autor destaca que o desafio é decisivo, pois não está apenas em causa a reciclagem dos professores, mas também a sua qualificação para o desempenho de novas funções, administração e gestão escolar, orientação escolar e profissional, educação de adultos, e outros desafios postos no cotidiano escolar.

No caso proposto nesta pesquisa, o que está em questão é o desempenho docente para uma educação diferenciada, que é o atendimento a um grupo de alunos com distorção idade-ano, caso, muitas vezes, não é debatido nos bancos das faculdades. Para atender a este público com suas necessidades próprias e limitações, devido às lacunas existentes de aprendizagem e insucessos

consecutivos na escola, é importante ir além dos conhecimentos propostos nos programas atuais de formações de professores.

Candau (1997), ao refletir sobre os processo de formação docente, afirma a necessidade de se formar o professor, tendo em vista, que ele é o principal agente de transformações do processo educacional e por isso a importância de investimento neste campo da formação. Nesse sentido, a formação continuada passa a ser significativa quando realimenta a formação inicial e se volta à prática cotidiana do professor, por isso não pode ser vista de forma isolada, mas com base no contexto escolar e de sua cultura.

Dessa forma, a pesquisa buscou a observação no campo macroinstitucional, no sentido de subsidiar os professores que atuam no programa com mais recursos e preparo. Como já foi apresentado, existe uma organização e corresponsabilidade maior, que também interfere na efetividade do projeto, que está no gerenciamento. A seguir, será apresentado o percurso metodológico da pesquisa, os recursos, os instrumentos e os atores envolvidos.

2.2. Percurso metodológico

Na pesquisa realizada, é proposto uma metodologia de natureza qualitativa, classificada como descritiva, visto que tem como objetivo elucidar um problema. Conforme Vieira (2004):

> A coleta de dados é feita num determinado período, trata-se de um procedimento necessário para permitir e esclarecer o passado à luz da situação presente. (VIEIRA, 2004, p.21).

Ainda, no que diz a respeito à pesquisa qualitativa, Minayo (2003) destaca que:

> A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 16-18).

Gil (1999) corrobora dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais” (GIL, 1999, p.94).

Com relação à escolha da metodologia qualitativa nesta pesquisa, considerou-se, em princípio, a sua adequação ao objeto de estudo, a operacionalização e implementação do Projeto Avançar com o foco na formação de professores, na medida em que esse modelo metodológico possibilita o acesso à realidade pesquisada e a apreensão das múltiplas interpretações e significados que são atribuídos pelos atores entrevistados ao objeto de estudo. Assim, considera-se a pesquisa qualitativa apropriada, pois agrega a coleta, ordenação, descrição e interpretação de dados suscitados de entrevistas, observações ou documentações. Em suma, a pesquisa qualitativa procura interpretar e compreender os significados dos fenômenos, das crenças, dos valores e dos hábitos para o indivíduo e para o coletivo.

A pesquisa de campo, tendo em vista as questões levantadas na descrição do caso, no Capítulo I, foi desenvolvida com a finalidade de observar os fatos como eles ocorrem. Para tanto, foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados como um dos instrumento da coleta de dados, estas entrevistas foram direcionadas aos atores que atuam diretamente no Projeto Avançar no âmbito da Secretaria de Educação, que estão no DEPPE, que é o setor responsável por planejar, orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar o processo de formulação e implementação das políticas para a educação básica na Rede Estadual de Ensino do Amazonas, e os que atuam no Centro de Formação Padre José de Anchieta (CEPAN), que é o órgão que executa as formações continuadas de professores na SEDUC/AM.

Foram entrevistados dois gerentes e técnico institucional da GENF, gerência em que o programa de correção de fluxo escolar é coordenado, e a diretora do CEPAN. Como descrito no Capítulo I, mesmo sendo um programa sistematizado, algumas etapas previstas no documento norteador não acontecem, comprometendo de tal modo, a sua aplicabilidade e sustentabilidade na escola, onde, de fato, se aplica a política.

A modalidade de entrevista com roteiro semiestruturado[18] foi escolhida em virtude de ter um roteiro pré-definido, mas por permitir um diálogo livre com o entrevistado, flexibilidade, observação de sua opinião e da possibilidade de comparação das respostas. As entrevista foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, consistiu num conjunto de perguntas previamente elaboradas com o posterior registros das respostas, por meio da sua transcrição.

Considerando-se a entrevista como roteiro semiestruturo, técnica de investigação realizada nesta pesquisa, de acordo com Duarte (2004), esta permite ao pesquisador obter informações sobre os modos como cada um dos sujeitos percebe e significa sua realidade, possibilitando descrever e compreender a lógica que preside nas relações estabelecidas no interior do grupo investigado, algo mais difícil de realizar com outros instrumentos de coleta de dados. As entrevistas aconteceram no dia 20 de outubro de 2015, na Secretaria de Educação, em que foi gravada e depois transcritas, conforme consta nos Apêndices B, C, D e E desta dissertação.

A seleção dos sujeitos que compuseram o universo de investigação se deveu ao fato de estarem ligados diretamente não só ao gerenciamento do programa estudado, como também ao órgão responsável pela formação de professores no âmbito da SEDUC/AM.

A entrevista foi elaborada e compilada em quatro categorias, assim representados: (1) Trajetória profissional – na busca de informações sobre a formação e tempo profissional dos pesquisados na SEDUC, e as suas experiências no programa; (2) Acompanhamento do projeto – na obtenção de relatos referentes a alguns procedimentos com relação à seleção das escolas na adesão do programa, a orientação à coordenadoria quanto à implementação, e como se dá o acompanhamento das ações e dos resultados; (3) Material Didático – com relação ao processo de escolha do livro didático: prazo e participação do professor, o atendimento às escolas, e à capacitação ao uso do material; (4) Por fim, a Formação do Professor, seleção e capacitação para atuar no programa, a responsabilidade e sobre a identificação da demanda para uma formação específica.

O conjunto dessas informações proporcionou uma análise mais consistente sobre como ocorre a operacionalização e implementação do Projeto Avançar nas

[18] Os roteiros das entrevistas constam como apêndices desta dissertação.

visões e experiências dos pesquisados e se essas informações são equalizadas de forma convergente ou divergente entre estes atores pesquisados.

Para uma melhor análise do objeto de estudo proposto nesta pesquisa, na visão dos professores, gestor e pedagogo da escola, também foram utilizados os dados concedidos pelos mestrandos Maria Francisca Andrade[19] e Raimundo José Pereira Barbosa[20] da turma de 2013 do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Estes dados são relevantes para que possamos conhecer e entender como o Projeto Avançar é implementado e quais as suas limitações na escola, em especial, na atuação do professor mediante suas estratégias de ensino para atender aos alunos com defasagem. Outro ponto importante, trata-se do papel da Coordenadoria Distrital no acompanhamento das ações das escolas e na competência da formação continuada de professores.

A pesquisa visa realizar uma análise da realidade vivida pelos atores pesquisados na implementação do Projeto Avançar no atendimento de seu objetivo principal, na correção do fluxo escolar, evidenciando os aspectos pedagógicos, os percalços existentes que prejudicam a prática docente. Na próxima seção, será feita a análise do Projeto Avançar enquanto uma politica pública.

2.3 Análise do programa de correção de fluxo escolar – Projeto Avançar mediante modelo de avaliação de políticas

Nesta seção, será apresentada uma análise do Projeto Avançar criado no ano de 2005 no Amazonas, tomando como referência aquilo que a política anuncia, o que ela pretende, as suas finalidades, as suas orientações e as concepções que diz defender com a contextualização da prática vivenciada pelos atores envolvidos na presente pesquisa. Na análise do programa enquanto uma política educacional será observado o modelo de avaliação proposto por Condé (2011).

A análise de uma política educacional é importante para que possamos ampliar a compreensão sobre a dimensão micropolítica (implementação) e a

[19] Maria Francisca Andrade é psicóloga e teóloga, atua no apoio pedagógico na EE Júlia Bittencourt, sua pesquisa tem como o tema – Uma Proposta de Intervenção Pedagógica para Correção de Fluxo Escolar na Escola Estadual Júlia Bittencourt.

[20] Raimundo José Barbosa é pedagogo, atua na supervisão pedagógica dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Coordenadoria Distrital de Educação 04, sua pesquisa tem como tema – Projeto Avançar: Os desafios da implementação em uma coordenadoria distrital de educação da SEDUC/AM.

dimensão micropolítica (elaboração), além de perceber em que medida a linguagem e a subjetividade, como dimensões próprias da propagação das políticas, afetam a sua implementação. É importante ressaltar que a política não é implementada sem conflitos, envolve valores, ideologias políticas, cultura de uma comunidade, intenções e ponto de vista de seus atores.

Como já foi apresentado, o Projeto Avançar tem como finalidade desenvolver a política de correção de fluxo escolar na Rede Estadual de Ensino, cujo objetivo é regularizar a vida escolar da população estudantil de 15 a 21 anos de idade do Ensino Fundamental com distorção idade-ano. Assim, como uma política voltada a fins educacionais, tem como desígnio corrigir rumos ou propor alternativas na direção de sua solução. Observa-se, então, que ela surge como um modelo *top-down* – de cima para baixo, que segue uma vertente positivista com a influência do pragmatismo da escola norte-americana. Esse modelo implica a existência de um momento anterior à ação que abarca o processo de formulação e tomada de decisão pela autoridade.

Conforme Condé (2011, p.81), as políticas públicas "emanam de uma autoridade que tem legitimidade para sua implantação ou para delegá-la a outrem", neste caso, a SEDUC/AM torna-se responsável por gerir a implantação e implementação da política educacional de correção de fluxo através do Projeto Avançar. As políticas operam em torno de questões públicas e em torno de bens públicos, não é feita apenas por vontade, ela também faz-se por limitação.

A compreensão do Projeto Avançar, remete à abordagem das fases de políticas conforme elaborado por Condé (2012), apresentado no quadro 5, a seguir, que traz as fases e elementos centrais de uma Política Pública.

Quadro 5 - Políticas Públicas – Fases e Questões

Fases	**Questões**
O problema	Qual o problema? Como se apresenta?
As informações sobre o problema	Quais os elementos centrais do problema? Qual seu alcance? Quais variáveis preciso observar? Quais as alternativas a considerar para a solução?
O desenho	Qual(is) a alternativa(s) utilizada(s)? Quais os objetivos? Qual a finalidade? Para quem? Com qual financiamento? Com que alcance?
O ensaio – o ex ante	Como se manifestaram as alternativas?
A implementação	Iniciar
Monitoramento	Acompanhar
Avaliação – ex post	O que aconteceu? E como? Quais os resultados no tempo, no custo, na vida das pessoas? Enfim, na implementação em geral?

Fonte: Condé (2012), mas sob inspiração inicial de Regonini (2001).

As fases e os elementos centrais de uma Política Pública, apontados por Condé (2012), permitem uma visão panorâmica da política proposta, deste modo, é possível acompanhar todo o seu desenvolvimento, que vai do problema, desenho, implementação, passando por monitoramento e avaliação, visando atingir o objetivo sugerido. As informações inseridas nas fases são importantes para realizar um bom diagnóstico efetivo da questão pública em tela. É um mecanismo que pode ser, ao mesmo tempo, descritivo e analítico, desde que compreendido.

No Quadro 6, a seguir, buscamos transpor a ideia da Política de Correção de Fluxo Escolar, Projeto Avançar, conforme definidas nos Documentos Orientadores para o modelo de Condé(2012).

Quadro 6 - Fases do Projeto Avançar

Fases	Questões
O problema	- Distorção idade-ano no Ensino Fundamental.
As informações sobre o problema	- Altas taxas de distorção idade-ano na Rede Estadual de Ensino evidenciado em resultados estatísticos, de 2003, que aproximava a 64,1% dos alunos inseridos na Rede Estadual. - Desperdício de recursos públicos.
O desenho	- Salas de aceleração. - Alternativas pedagógicas fundamentadas em aprendizagem significativa a partir do Currículo Básico e no fortalecimento da autoestima do aluno. - Oferta de livro didático específico. - Finalidade de promover, em um ano, o avanço de estudos aos estudantes. - Público estudantil do Ensino Fundamental com idade de 15 a 21 anos e atraso escolar, no mínimo, de dois anos. - É uma Política Educacional do Governo Estadual. - Atende às escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Amazonas. -Iniciou atendendo ao município de Manaus. Atualmente é aplicado em 22 municípios.
O ensaio – o ex ante	- Apresentação do documento orientador do programa, Proposta Curricular do Programa de Correção de Fluxo Escolar.
A implementação	- Implantação como plano piloto em 20 escolas de Manaus, em 2005, atendendo a 600 alunos em 20 turmas do programa.
Monitoramento	- Acompanhamento bimestral, através dos dados gerados no SIGEAM e relatórios encaminhados pelas escolas e coordenadorias à Gerência do Ensino Fundamental da SEDUC/AM.
Avaliação – ex post	- As escolas inseridas no Projeto Avançar têm reduzido a distorção idade-ano. - Os alunos são oportunizados a regular sua vida acadêmica, com isso, conseguem concluir o Ensino Fundamental e até mesmo obter promoção para a 1ª série do Ensino Médio. - Significa mudanças de vida e elevação da autoestima para o aluno. - Em 2014, o programa obteve um resultado de 61,56% de aprovação de alunos que conseguiram avançar na etapa escolar.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados nos documentos norteadores do programa.

Mediante o quadro apresentado, obtemos uma visão geral do Projeto Avançar enquanto uma política pública. Seu objetivo frente ao problema da distorção idade-

ano, seu desenho inicial, sua finalidade (intenção), onde foi implantado, como ocorreu e se dá o processo de implementação, monitoramento e avaliação. A descrição de cada fase fornece informações importantes para uma análise mais consistente do próprio programa no contexto atual.

Para Mainardes (2006), em relação à abordagem do ciclo de políticas, constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais, que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais, desde a sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. Essa abordagem adota uma orientação pós-moderna, enfatiza os processos micropolíticos[21] e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local.

Neste sentido, uma abordagem analítica da implementação do Projeto Avançar permitirá ao gestor público conhecer melhor os contextos institucionais e seus atores, assim como as dimensões que afetam, moldam e determinam os resultados. Essa abordagem, num referencial analítico, contribui diretamente na tomada de decisões visando à melhoria dos resultados e à efetividade do programa na escola.

Vale ressaltar que o processo de formulação da política se dá em contínuas relações com uma variedade de contextos. Por isso, nem sempre o que se planeja ou pensa na esfera macroinstitucional é condizente com a realidade da escola.

O monitoramento e a avaliação são processos importantes que não podem se restringir à responsabilização apenas de um técnico institucional, porém necessita de criação de uma equipe que possa trabalhar no acompanhamento das ações e perceber as nuances que implicam no processo da implementação. O conjunto e a imparcialidade promovem uma melhor visão, mais ampla e real do contexto, possibilita enxergar possíveis falhas ou problemas que possam ameaçar seu sucesso.

Tendo como finalidade garantir uma política de correção de fluxo escolar que ofereça aos alunos condições adequadas para o seu desenvolvimento, espera-se que o sistema de monitoramento esteja comprometido, fornecendo subsídios para a gestão das ações e dos recursos necessários para uma educação de qualidade, assim como para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico.

---

[21] Processo Micropolíticos – Produzido na análise institucional, desvelando o processo de subjetivação.

2.4 Análise e interpretação dos dados

Nesta seção, será apresentada a análise dos dados obtidos nesta pesquisa. Propõe-se, então, uma reflexão sobre as ações que subsidiam e envolvem a prática pedagógica do Projeto Avançar. Partindo desta questão, serão feitas abordagens sobre as visões dos atores que integraram esta pesquisa.

Inicialmente, buscou-se organizar a pesquisa de campo por quatro categorias a considerar, (A) a trajetória profissional, (B) o acompanhamento da política, (C) o material didático e (D) a formação de professores, que interligadas darão um cenário da dimensão operacional do programa no atual contexto. Posteriormente, fez-se análise dos depoimentos dos entrevistados por categoria de respostas, instante em que foram comparados, tendo como objetivo verificar as semelhanças e divergências, confrontadas com a proposta do programa, assim como uma análise pautada na visão de estudiosos em políticas públicas e formação de professores, e no próprio conhecimento empírico da autora.

2.4.1 A Trajetória Profissional e o Projeto Avançar

Foram entrevistados, nesta pesquisa, os gerentes institucionais e o técnico institucional da GENF, gerência onde são realizadas a adoção e tomada de decisões em caráter operacional do Projeto Avançar e da Formação de Professores na Secretaria. Neste bloco de questionamentos, buscamos conhecer melhor cada sujeito envolvido na entrevista com relação à sua formação, função, tempo de serviço na Secretaria de Educação, e sobre sua atuação na implementação e operacionalização do Projeto Avançar.

Somente para a diretora do CEPAN que a entrevista atendeu somente a duas categorias: trajetória profissional e processo de formação de professores.

O Gerente Institucional (GI1) é mestre em Educação Matemática e é coordenador do Grupo de Trabalho[22] (GT) do DEPPE, ele assumiu a gerência dos anos finais do Ensino Fundamental há dez meses. Anteriormente, trabalhava na coordenação dos simulados e da formação continuada de matemática. A sua atuação na implementação e operacionalização no Projeto Avançar, devido ao

[22] Grupo de Trabalho (GT) – Equipe de Professores que atuam na formação continuada, produção de materiais e acompanhamento nas escolas.

pouco tempo em que está a frente da gerência, ainda é elementar. No entanto, informou que existe uma técnica que coordena o programa e que durante esse período na gerência percebeu algumas necessidades na política.

> [...] nós percebemos que a correção de fluxo necessita de várias ações em relação à formação de professores, ao material didático que precisa ser disponibilizado, à carga horária dos professores, que deve ser diferente. Em minha opinião, deveríamos ter professores exclusivos para atuar no Avançar. (Gerente Institucional entrevistado no dia 20/10/2015).

O Gerente Institucional tem graduação em Pedagogia, atua na SEDUC/AM há 23 anos no gerenciamento dos trabalhos pedagógicos do Ensino Fundamental, participou do processo de implantação do Projeto Avançar na Secretaria. Segundo seu relato, o Projeto Avançar foi pensado em 2005, no término de uma política que fazia com o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (CETEB), como havia uma falta de atualização dos materiais didáticos pedagógicos, se pensou em não mais adquiri-los. Referente à criação do Projeto Avançar destacou que:

> Passamos a criar uma nova proposta, pensamos num projeto com o nome de Avançar no Ensino Fundamental desde as séries iniciais até as séries finais. E aí juntamente com as nossas coordenadorias que na época foram implantadas na Rede Estadual, pensamos numa proposta pedagógica, que foi apresentada para o MEC e que aceitou e propôs para Rede um financiamento para a formação desses professores e compra de material didático. Como implantamos gradativamente como projeto piloto, foi implantado somente em 20 escolas na Rede Estadual de Ensino com o material e a proposta pedagógica (Gerente Institucional entrevistado no dia 20/10/2015).

O Técnico Institucional é formado em Pedagogia e Especialista em Metodologia do Ensino Superior, atua há 9 anos como assessor pedagógico dos anos inicias do Ensino Fundamental, acompanhando as ações que são desenvolvidas na gerência, dentre elas, o programa de correção de fluxo escolar. Sobre o Projeto Avançar, o técnico disse que o Programa surgiu devido à demanda dos alunos que já saiam dos anos iniciais e adentravam nos anos finais com distorção. Como a distorção já era apresentada em um número elevado, foi pensado na época, em 2005, com incentivo do Plano Plurianual (PAR) oferecido para que todas as secretarias implantassem a correção de fluxo, que na época, representava um público grande, conforme relatado.

A Diretora do CEPAN é Mestra em Educação com foco na Formação e Práxis do Professor, atua como professora e pedagoga há 33 anos na Rede Pública de Ensino, sempre desempenhou o papel de docente. Há 12 anos está como diretora do Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta – CEPAN. Referente à formação de professores da Rede, ela informou que são desenvolvidas várias ações atendendo às solicitações da Secretaria e do MEC com os programas direcionados a este fim. Com relação ao Projeto Avançar informou que a formação de professores é de responsabilidade da Gerência do Ensino Fundamental.

Mediante ao questionamento sobre a atuação do pesquisado na implementação e operacionalização do Projeto Avançar foi observado que todos os entrevistados não responderam à questão de forma clara e direta. Alguns relataram suas experiências e expectativas, mas não informaram sobre a sua participação nesses processos, o que fazem e o que planejam, já que são elementos que atuam diretamente com o programa no âmbito da Secretaria de Educação.

Entende-se que, pela relevância do Projeto Avançar e por suas contribuições na correção do fluxo escolar e melhoria na qualidade de ensino da Rede Estadual, como uma política, ele deve ser bem definido e executado. Mainardes (2006) corrobora no sentido de compreender a abordagem do ciclo de políticas, em que apresenta questões para a análise das etapas de desenvolvimento dos programas.

> [...] a abordarem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos (MAINARDES, 2006, p.48).

No que consiste ao questionamento, evidencia-se a ausência de um planejamento com estratégias e ações bem definidas para que sejam aplicadas no decorrer de um determinado período.

2.4.2 Acompanhamento do Projeto Avançar

Neste Tópico, será demonstrado como se procede o acompanhamento do Projeto Avançar, na visão dos entrevistados. Será discorrido sobre a seleção das escolas, a orientação prestada às Coordenadorias e às escolas quanto à implementação, ao acompanhamento das ações e de seus resultados.

Em se tratando da seleção das escolas para a adesão ao programa, o Técnico Institucional, que é o coordenador do Projeto Avançar e o Gerente Institucional 02 citaram que as escolas selecionadas são as que evidenciam maior índice de distorção idade-ano.

> A priori, com base no censo escolar, onde as escolas fazem o censo e os dados são encaminhados e publicados no MEC, e as escolas que aparecem com alto índice de alunos com distorção idade-ano escolar é feito o convite para que estas escolas implantem o programa, é assim que se procede tanto na capital quanto no interior (TÉCNICO INSTITUCIONAL, entrevistado no dia 20/10/2015).

Como a adesão ao programa é realizado sem obrigatoriedade, a resistência das escolas para a organização das turmas do Projeto Avançar é também um problema observado, pois muitas escolas que enfrentam o problema da distorção idade-ano resistem à implementação do Projeto.

Quanto à orientação para as coordenadorias e para as escolas referentes à implementação do Projeto Avançar, segundo o Gerente Institucional 01, a gerência é voltada à formação das turmas e orientação curricular que é definida pelos segmentos, e que é feito também pelas Coordenadorias para que as escolas possam desenvolver suas ações.

Ainda no que diz respeito à orientação da SEDUC/AM sobre a implementação às coordenadorias, o Gerente Institucional 02, elucida o papel da coordenadoria:

> Cada coordenadoria tem três coordenadores pedagógicos, sendo que, cada um é responsável por cada etapa, anos iniciais, anos finais e ensino médio. Na nossa gerência que é do fundamental I e II, orientamos as coordenadorias trabalharem com a proposta do programa e trabalhar com o professor sobre a metodologia diferenciada, a pedagogia visando o sucesso desses alunos que estão no fracasso escolar, os professores no programa inicial passaram por uma formação, e são políticas que nós temos que definir no futuro com relação a recursos (GERENTE INSTITUCIONAL, entrevistado no dia 20/10/2015).

O Técnico Institucional corroborou afirmando que a orientação da SEDUC/AM às coordenadorias e às escolas quanto à implementação é realizada com base na demanda do público estudantil com distorção idade-ano.

> A Secretaria orienta que a implantação ocorra no ano anterior, chegando no final do ano, no mês de setembro ou outubro que a escola já verifique a demanda para o ano seguinte.Com base na demanda, a escola já pense no espaço físico e quantas turmas irá oferecer o programa. Nas fase 3 atende

> a alunos do 6º e fase 4 do 7º e 8º ano e na fase 1 e 2 alunos dos anos iniciais (TÉCNICO INSTITUCIONAL 01 - entrevistado no dia 20/10/2015).

Estes relatos confirmam que há uma orientação às Coordenadorias e às escolas sobre a implementação, porém, percebe-se a falta do envolvimento dos professores num diálogo sobre a importância de implementar as turmas de aceleração, a sua estruturação, a especificidade da metodologia adotada, considerando que eles estarão à frente, na sala de aula, de fato implementando o programa.

No que se refere ao acompanhamento das ações e dos resultados na SEDUC, os pesquisados GI01, GI02 e TI01, pronunciaram que os resultados são vistos e acompanhados através de relatórios com os dados do rendimento escolar construídos pelas escolas e coordenadorias e encaminhados à Secretaria, também são utilizados os dados obtidos no SIGEAM.

No tocante ao acompanhamento das ações, o Gerente Institucional 01 mencionou que são realizadas algumas reuniões periódicas:

> O acompanhamento é feito com os resultados das avaliações do processo de ensino. Conforme vem as avaliações, são realizadas reuniões com as coordenadorias, professores e alunos que tem certa idade que pode ser conversado e orientamos as coordenadorias a fazer isso com as escolas. Na ausência da Secretaria, as coordenadorias se fazem presente no acompanhamento (GERENTE INSTITUCIONAL 01, entrevistado no dia 20/10/2015).

O Técnico Institucional elencou que:

> Com os dados é solicitado às coordenadorias que verifiquem nas turmas que estão apresentando baixo desempenho e criem para estas turmas um programa de intervenção pedagógico (TÉCNICO INSTITUCIONAL 01, entrevistado no dia 20/10/2015).

Nesse caso, pode-se observar o quanto é importante a atuação das coordenadorias não apenas no processo de acompanhamento, mas também no processo interventivo nas escolas.

2.4.3 Material Didático

Nesta subseção foram realizadas alguns questionamentos aos pesquisados da SEDUC/AM sobre o material didático, em especial o livro didático, devido ser um

suporte vinculado à proposta pedagógica do programa de caráter formativo para o professor e de sua relevância para auxiliar na aprendizagem dos alunos do Projeto Avançar, levando-se em consideração os aspectos metodológicos diferenciados nas turmas de aceleração.

Nesta categoria, sobre o material didático, foram identificados como se dá o processo de escolha do material e a participação dos professores neste processo, o procedimento da SEDUC para atender às escolas, prazo de utilização e a capacitação docente para o uso do material.

De acordo com GI2 e TI1, a aquisição do livro didático é através de licitação, é um livro diferenciado que pode ser construído e por isso apresenta-se dificuldade de aquisição, até por ter custo alto, diferente dos livros didáticos adotados pelo PNLD que tem um custo diferenciado, mais em conta. Existe uma equipe técnica na GENF que faz a análise do material se atende à proposta do Projeto Avançar.

O Gerente Institucional 02, que acompanha o programa desde a sua implantação na Secretaria, relatou que, no início, os professores participaram da elaboração do projeto base na aquisição do livro didático, depois da construção de um material de apoio, devido à falta do livro, por fim, apenas por uma representatividade de professores para a análise do material disponível ao processo licitatório. Conforme relato:

> No início do projeto, quando elaboramos a proposta específica para o projeto Avançar, nós fomos com os professores para trabalhar com esse currículo, todos eles participaram, partindo daí, elaboramos o projeto básico para aquisição dos livros, solicitado conforme estava na proposta. Já no decorrer dos outros anos, as coisas não se deram dessa forma como fizemos na fase inicial. Tivemos dificuldades, as empresas não se candidataram no processo licitatória, e até mesmo veio o fracasso do projeto, e orientamos as escolas até a utilizarem um pouco o livro didático (PNLD), conforme os conteúdos e trabalhos que têm na proposta pedagógica. [...] No primeiro momento eles participaram da construção no projeto inicial. Porém no decorrer dos anos, para a licitação dos livros eles não participaram. Por falta do livro, eles participaram da construção de um material para dar subsídio pedagógico no processo dele em prática em sala de aula. No segundo momento, eles participaram, com uma representatividade dos professores (GERENTE INSTITUCIONAL 02, entrevistado no dia 20/10/2015).

Ainda sobre a participação dos professores no processo de escolha do Livro Didático do programa, o GI1 expôs sua opinião dizendo que:

> Deveríamos fazer o processo inverso, que possa realizar uma discussão com os professores na ampliação e elaboração, quanto a esse material pode contribuir na prática do professor e para o aluno. Não há participação dos professores no processo de escolha (GERENTE INSTITUCIONAL 01, entrevistado no dia 20/10/2015).

Nesse viés, compartilhando o pensamento do Gerente 01, da importância da participação do professor nesse processo, acreditamos que não deveria ser somente da escolha do material, mas sim de sua construção, incorporando-o à seleção de saberes essenciais de todas as áreas de conhecimentos, através da triagem de conteúdos elementares e importantes em todas as disciplinas, os fundamentos teóricos e metodológicos. Selecionar o que é fundamental para que os alunos aprendam é a base do projeto, já que é apresentada uma condensação de conteúdos.

Segundo Ball (2007) *apud* Mainardes & Marcondes (2009), políticas públicas não são impermeáveis, são influenciadas e modificadas no contexto da prática. Portanto, na absorção das ideologias, interesses, propósitos e concepções, próprio da subjetividade dos diversos atores. Assim, a participação dos professores deveria acontecer na (re)elaboração do material, o que permitiria a sua valorização enquanto partícipe do processo, mudando o seu posicionamento e até mesmo eliminando a resistência ao material e ao programa, buscando uma melhor adequação às necessidades dos alunos.

Foi identificado, nos relatos, que não existe material didático à disposição das escolas. No entanto, é solicitado aos professores que utilizem os livros do PNLD e sites pedagógicos em suas atividades. A última escolha foi realizada em 2009 no atendimento da capital e dos demais municípios do estado que têm o programa. Esse material, quando é adquirido, tem prazo de utilização de três anos, o mesmo prazo dos livros adotados através do PNLD.

Com relação à capacitação de professores para o uso do material didático, o Técnico Institucional descreveu que:

> Todas as vezes que é adquirido o material didático é solicitado uma formação. Em 2009, conseguimos atender tanto à capital como ao interior e de lá pra cá nós temos feito encontros pontuais em cada coordenadoria, mas não abrangendo a todos os colegas de todos os componentes curriculares (TÉCNICO INSTITUCIONAL, entrevistado no dia 20/10/2015).

Mais uma vez, é evidenciado na fala do Técnico Institucional, que na ausência do material, que é a atual realidade, é repassado aos professores somente a orientação pedagógica posta no documento orientador.

Assim sendo, no programa de correção de fluxo, que tem uma característica própria, o material didático deve ser bem estruturado para ser uma ferramenta para auxiliar os professores a atuar nas classes do Projeto de Correção de Fluxo, de modo a propiciar aos alunos experiências de atividades bem sucedidas que os leve a retomar seu percurso no ensino regular.

2.4.4 Formação de Professores

Nesta subseção, serão apresentadas as visões dos pesquisados da SEDUC/AM que foram obtidas por meio de quatro perguntas feitas na entrevista, com relação à seleção do professor para atuar nas turmas do Programa, à capacitação dos professores do Programa, da periodicidade de sua realização e, por fim, indagamos os pesquisados sobre a identificação por alguma demanda por formação específica para o projeto. Será apresentada ainda, uma análise dos fragmentos das entrevistas realizadas pelos mestrandos Maria Francisca Andrade e Raimundo José Pereira, referenciados na introdução desta dissertação, tratando da visão dos professores sobre a temática da formação continuada.

A formação de professores, seja inicial ou continuada é crucial para que ele consiga dar melhores respostas ao programa, através de novas estratégias de ensino e de conhecimentos mais profundos do contexto escolar.

a) Visão dos gerentes e do técnico institucional da SEDUC/AM

O primeiro questionamento feito aos pesquisados da SEDUC/AM foi sobre a seleção do professor para atuar no projeto. Os pesquisados GI2 e TI1 afirmaram que solicitam às escolas que procure um professor que se identifique com as classe de aceleração, e GI01 afirmou que não existe um critério pré-definido, visto que, muitos professores assumem as turmas de acordo com a carga horária definida.

> [...] é feita uma orientação ao gestor da escola que procure aquele professor que se identifique a trabalhar com esses alunos, porque são aqueles que vivem à margem de uma sociedade. Se recebe um professor que não tenha

> essa compreensão com esse alunos, com outros tratos ou descaso, o aluno cada fez mais vai ficando pra traz, largado ao longo do processo. Portanto, nós orientamos que esse professor realmente se identifique com a ação, tenha o compromisso com essas classes, para que o projeto tenha sucesso e o aluno também (GERENTE INSTITUCIONAL 02, entrevistado no dia 20/10/2015).

> Sugerimos às Coordenadoria que oriente às escolas de buscar aquele professor que realmente tenha um olhar ao aluno, seja uma pessoa capaz, para que ele possa se envolver nesse processo, ajudar o aluno a superar suas dificuldades. Então é nesse foco que solicitamos das coordenadorias. Para que o professor tenha esse olhar (TÉCNICO INSTITUCIONAL 01, entrevistado em 20/10/2015).

Ainda referente à seleção de professores, o Gerente Institucional 02, expressou o seu ponto de vista dizendo que, esse processo deveria ser planejado, o professor deveria ser selecionado, ser informado sobre como funciona as turmas do Projeto Avançar e depois ser lotado.

Na questão referente à capacitação de professores para atuação no programa observamos que ocorre de forma pontual para esclarecimentos.

> Ao professor que vai atuar pela primeira fez é feita toda uma orientação pedagógica, informando que tipo de público ele vai receber, como teve se comportar com os alunos, principalmente dos anos finais que são alunos já estão nas fases da adolescência e adulta, orientamos que seja feita uma convivência harmoniosa em sala com eles. [...] o Centro de Formação entra com a parte metodológica de cada componente curricular (GERENTE INSTITUCIONAL 02, entrevistado em 20/10/2015).

> Não há uma capacitação. Ele já é indicado para aquela escola. O que se faz, é depois que as coordenadorias já montaram as turmas, reúnem-se os professor para dar a orientação de como trabalhar como Programa (TÉCNICO INSTITUCIONAL, entrevistado em 20/10/2015).

Nesse sentido, acreditamos que a participação do professor no desenvolvimento da política educacional de correção de fluxo escolar é essencial e ao mesmo tempo desafiador, por ser ele o protagonista no processo de implementação. De tal modo, que se percebe a importância de investimento na formação de professores, já que o sucesso do projeto está intrinsicamente relacionado ao processo de qualificação dos professores para que possam atuar de forma reflexiva e com mais conhecimentos sobre o público atendido e o Programa.

Nóvoa (1992), ao tratar de formação continuada de professores, destaca que o desafio é decisivo, pois não está apenas em causa a reciclagem dos professores, mas também a sua qualificação para o desempenho de novas funções,

administração e gestão escolar, orientação escolar e profissional, educação de adultos e outros. No caso proposto, nesta pesquisa, o desempenho de uma educação diferenciada a um grupo de alunos com distorção idade-ano, que não é debatido nos bancos das faculdades. Em síntese, para atender a este público com suas necessidades próprias e limitações, devido às lacunas existentes de aprendizagem e insucessos consecutivos na escola, é importante ir além do conhecimentos propostos nos programas atuais de formações de professores.

Por fim, ao serem indagamos se os atores identificam alguma demanda por formação específica no âmbito do projeto. As contribuições são:

> Identifico várias formações específicas para esses professores periodicamente, montar um cronograma de atendimento a esses professores não somente em conteúdos e metodologias, mas também formações específicas de relacionamento para lidar com esses alunos, de outros assuntos que poderiam contribuir de forma direta na melhoria da qualidade do ensino. Eu percebo, nas escolas visitadas, que muito desses alunos precisam ser mais orientados, se sentirem pessoas queridas, ter autoestima naquilo que fazem, se sentirem úteis na escola, possam desenvolver um trabalho comunitário, uma integração, possam a partir de então, ter um projeto de vida, saber o que vão fazer, vão pensar, que o tempo na escola é precioso para o futuro, que está se preparando para ser um cidadão, que vai precisar daqueles conhecimentos para a vida dele e possa ser uma pessoa diferente, que tenha autonomia, ser uma pessoa crítica, uma maneira diferente de pensar o mundo (GERENTE INSTITUCIONAL 01, entrevistado em 20/10/2015).

> Sim. Por se tratar de um projeto que está trabalhando com alunos com idade avançada, sabemos que já tem um conhecimento, mas precisa que esse conhecimento passe para o formal, e ai essa formação específica é para entender o nosso aluno que muitas vezes são alunos “especiais” que vão para dentro do programa, então deve-se ter habilidade para lidar com essas peculiaridades. Essa formação deveria ser específica para o educador de como atender o nosso aluno com esse problema (GERENTE INSTITUCIONAL 01, entrevistado em 20/10/2015).

> Precisava ter ações mais pontuais. Há necessidade de professores. Quanto mais você capacita o professor mais condições ele tem de melhorar sua pratica pedagógica (TÉCNICO INSTITUCIONAL, entrevistado em 20/10/2015).

Na pesquisa, também foi sinalizado pelos gerentes e pelo técnico institucional que a formação de professores no sentido metodológico é de responsabilidade do Centro de Formação Padre José de Anchieta, que é feito um plano de ação para que a formação seja realizada no início do ano, porém, diante da dificuldade de realização, devido ao planejamento do Centro de Formação, sempre acontece no segundo semestre do ano.

Devido a essa evidência que buscamos algumas informações referente à realização das formação pela diretora do CEPAN/AM.

Segundo dados apresentados pela diretora, Em 2014, a SEDUC/AM por meio do Centro de Formação Padre José de Anchieta (CEPAN) que tem como objetivo primordial, coordenar o processo de definição, implementação, execução e avaliação das políticas de formação inicial e continuada para os profissionais da educação e demais servidores, realizou várias ações, programas e projetos dentre eles: Programa de Formação Continuada em Lato Senso em Nível de Especialização; Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica; Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar; Pós- Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental; Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Pobreza e Diversidade Social; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC/MEC; Programa Nacional Formação Continuada PROGESTÃO; Formação pela Escola; PROFUNCIONÁRIO; Curso de Formação Pedagógica habilitar professores educação infantil; Formação Continuada na área de tecnologias educacionais PROINFO/MEC; Pacto Nacional do Ensino Médio; Formação Continuada, em serviço para os professores.

Estes cursos são propostos aos professores e demais profissionais da educação visando ao crescimento pessoal em termo de conhecimento e aprimoramento profissional.

Ao ser questionada como os departamentos e gerencias da SEDUC/AM solicitam ao Centro de Formação as suas demandas para formação de professores, a Diretora respondeu que não evidencia essa prática, que “infelizmente, o que temos são demandas oriundas do gabinete do Interior, das escolas, e das secretarias municipais de educação” (DIRETORA DO CEPAN, entrevista realizada em 20/10/2015).

Assim como, ao ser indagada quanto à realização da última formação aos professores do Projeto Avançar, foi dito que a responsabilização desta formação está sob a responsabilidade do DEPPE/GENF através da técnica institucional que coordena o Projeto na SEDUC/AM.

Foi constatado, na pesquisa, pelos entrevistados da SEDUC/AM que no momento, não há uma formação voltada aos professores do Projeto, o que há, são encontros ou reuniões pontuais para esclarecimentos sobre a proposta curricular, objetivos, critérios avaliativos e o contexto metodológico do Projeto Avançar. Ao

indagar de como é feita a capacitação dos professores para atuação no programa, a técnica educacional nos informou que:

> Não há uma capacitação, o professor já é indicado para àquela escola. O que se faz, é após a organização das coordenadorias, com as turmas formadas, reúne-se os professor para dar a orientação de como trabalhar o programa (TÉCNICA EDUCACIONAL 01, entrevistada em 30/10/2015).

As formações, na realidade, nunca foram sistemáticas. De acordo com esclarecimento da coordenadora do programa, a técnica 01, elas chegaram depois que os professores já tinham iniciado as aulas e já estavam utilizando o material, mesmo sem conhecê-lo, os encontros eram sempre atrasados devido aos trâmites burocráticos à sua realização. Desse modo, as capacitações, enquanto ações de formação continuada ficam a desejar.

A última capacitação ou formação realizada pela SEDUC/AM de grande proporção que atendeu aos professores da capital e dos municípios foi realizada em 2009. Isso ocorreu devido à aquisição de novos livros didáticos. Posteriormente, somente foram realizados os encontros pontuais em cada coordenadoria, mas não foi abrangente a todos os educadores de todos os componentes curriculares.

Ainda, para afirmar esse procedimento de formação realizada pela SEDUC/AM, buscamos na fala do Gerente Institucional 02 como ocorre essa capacitação pontual.

> Fazemos a formação com esses professores, mas somente a orientação pedagógica, o uso da formação específica pra ele, e a formação se faz pelo Centro de Formação Padre José de Anchieta que é responsável pela formação desse professor dentro do programa (GERENTE INSTITUCIONAL 02, entrevistado em 20/10/2015).

A ausência de um programa de formação aos professores e profissionais do Projeto Avançar na Secretaria talvez seja uma das variáveis que esteja contribuindo nos resultados oficiais que vimos no capítulo 1. Um programa que desenvolve uma proposta curricular e metodológica própria com materiais didáticos específicos para atender às necessidades dos seus alunos, necessita de um estudo específico e profundo das problemáticas inerentes à situação de distorção idade-ano.

Segundo Nóvoa (1992), a formação de professores pode desempenhar um papel na configuração de uma “nova” profissionalidade docente, estimulando a

emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas.

Acredita-se, então, que a formação inicial e continuada de um programa de correção de fluxo escolar, bem articulado e pensado, não apenas subsidia o professor a desempenhar a sua profissão com mais competência, mas cria na escola uma nova dinâmica cultural.

b) Visão dos professores, gestor e pedagogo da EE Júlia Bitencourtt

As falas utilizadas nesta subseção foram usadas das pesquisas já mencionadas de Andrade (2015) e Barbosa (2015), que entrevistaram professores que lecionam no Projeto Avançar.

Quando questionado como foi realizada a capacitação dos professores para atuarem no Projeto Avançar, o professor 02, descreveu que não houve e nem há capacitação para os professores que atuam no programa.

> No início do trabalho com o Avançar tive dificuldade grande, porque não conhecia nada do projeto, comecei a trabalhar de uma forma mais tradicional, fazia trabalhos, provas e cobrava rendimento dos alunos, mas percebi que este não era o caminho, uma vez que o Projeto Avançar tem uma modalidade diferenciada de ensino, em que o aluno é valorizado em todos os sentidos. Então, aos poucos fui me adaptando, valorizando a participação do aluno, a frequência, a interação sócio-afetiva (PROFESSOR 2, atua na turmas do Avançar, lecionando a disciplina de matemática).

Além disso, foi dito pelo professor 05 que, no início, aconteceu uma formação para todos os professores do Projeto Avançar na outra escola que atuava, e lá passaram todas as orientações de como trabalhar e depois dos encontros foram feitos por coordenadorias educacionais.

Na visão da pedagogo da escola, os professores deveriam ser mais treinados para trabalhar com o Projeto Avançar, porque observa-se o seguinte “ver o projeto é lindo, maravilhoso, tu lendo a proposta, mas o professor tem que ter o perfil [...] não tem a seleção e o professor não tem o devido treinamento”(Pedagogo da Escola entrevistado).

Quanto ao posicionamento do professor em relação, se as formações atendem às sua necessidades no exercício em sala de aula, o professor 3 expõe que:

> Capacitação não teve, foi feito uma oficina com duração de três horas para divulgar alguns informações referente a continuidade do Projeto pra quem já estava na escola, mas capacitação não, só informações, [...] são meramente burocráticas, não veem a realidade de cada escola nem dos alunos, trata o projeto Avançar como se fosse homogêneo, mas ele é heterogêneo. Então, precisaria que cada escola tivesse suas análises e intervenções, mas nas oficinas eles fazem tudo generalizado (PROF03).

É importante destacar o quanto a formação docente é fundamental ao crescimento profissional e à mudança de uma cultura escolar, principalmente quando se tem a frente uma política educacional, seja essa formação continuada integrada à formação inicial, continuada no contexto da formação em serviço, e até mesmo da formação profissional através de cursos de especialização e outros ofertados pelos órgãos governamentais.

Outro ponto interessante a dar ênfase na pesquisa é referente aos atores atuante na formação contínua na escola, gestor e pedagogo, eles precisam estar preparados e capacitados para legitimar junto aos professores uma nova concepção ou até mesmo outra cultura institucional. A limitação pode ser traduzida em relatos da pedagoga 01, sinalizada na pesquisa de Andrade (2005), refere-se à orientação recebida para atuar como pedagogo(a) nas turmas do Projeto Avançar.

> A orientação que recebi foi pra acompanhar e orientar o Planejamento dos professores, realizar a parada técnica, acompanhar a frequência e o rendimento dos alunos, acompanhar na medida do possível a aprendizagem dos alunos e manter contato com a família quando o aluno estivesse faltando muito as aulas, e outras atividades inerentes à função do pedagogo (PED. 01).

Com relação aos professores, se eles apresentavam algum tipo de resistência ou insatisfação ao trabalhar com Projeto Avançar, a pedagoga 01, ressalta que:

> [...] eu acho que eles apresentam quase todo dia, mas é aquela reclamação do professor de que o aluno não quer nada, tu sabes disso, né? São aqueles alunos que já vem com problemas de defasagem, quando chegam na escola, eles não sabem, e isso dificulta para o professor, por que os alunos não estão preparados para entender o assunto que é ministrado, eles chegam sem base nenhuma (PED01).

As fragilidades postas na escola são, na verdade, a dissociação da prática pedagógica com o contexto social dos alunos. Entre o professor e o aluno existe uma lacuna que precisa ser preenchida, isso somente vai ocorrer se houver um

melhor entendimento das causas que levam ao desinteresse dos alunos. Trata-se de um ensinar descontextualizado da realidade, o que fez aumentar o fracasso escolar.

Numa sala de aceleração, como do Projeto Avançar, é notório a presença de alunos com grandes dificuldades, que estavam afastados da escola e perderam o ritmo de aprendizagem, sem conhecimentos prévios, trabalhadores, e sem vontade de estudar. Para mudar essa realidade somente uma reflexão coletiva com base teórica, para que todos percebam que é uma realidade sim, mas que pode ser transformada. Daí o papel de uma formação voltada a esses profissionais que estão à frente da gestão pedagógica e lidam com a formação no contexto escolar.

Assim, acreditamos que o próprio local de trabalho deve constituir de um espaço de formação através de momentos que possibilitem a reflexão sobre o trabalho escolar e a construção de novas estratégias e ações que tenham como finalidade a melhoria da aprendizagem e, consequentemente, a melhoria dos resultados do programa.

Para Gatti (2010), a formação de professores profissionais para a educação básica tem que partir de seu campo de prática e agregar a este os conhecimentos necessários selecionados como valorosos, em seus fundamentos e com as mediações didáticas necessárias, sobretudo, por se tratar de formação para o trabalho educacional com crianças e adolescentes. Nesse sentido, é preciso integrar essa formação em currículos articulados, a partir da função social própria à escolarização, ensinar às novas gerações os conhecimentos e consolidar valores e práticas à vida social.

No geral, os depoimentos dos professores expressam que, no contexto da prática, o trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido pela escola está desvinculado da proposta do projeto.

A escola tem uma função social extraordinária de contribuir no desenvolvimento da cidadania e na transformação de vidas, de garantir as habilidades e o conhecimento necessários para a compreensão do mundo. Isso exige em seu interior a construção de novos conhecimentos, principalmente diante das mudanças que ocorrem no mundo contemporâneo, o que não é uma tarefa muito fácil, no campo educacional, porque impõe ao professor a necessidade de se renovar constantemente, estudar e refletir a sua prática em função desses avanços.

Nesse sentido, o trabalho não pode ser isolado, principalmente na construção de um projeto educativo, como é proposto no Projeto Avançar. Acredita-se, que se

faz necessário que as formações tenham a função de sensibilizar, estimular e instrumentalizar todos os professores para a efetivação de um projeto coletivo visando à formação dos alunos.

c) Visão do supervisor pedagógico da Coordenadoria de Educação 04

Em relação ao alcance e relevância das formações oferecidas pela equipe da coordenadoria distrital 04 , foi percebido que embora que a grande maioria dos docentes tenham participado das formações oferecidas, verifica-se que 48% dos docentes, não demostraram satifação com essas formações.

> [...]a maioria dos gestores, pedagogos e supervisores pedagógicos que receberam a formação, mais de 30% que não consideraram a formação suficientemente relevante para sua atuação. Do total dos entrevistados 30% não receberam a formação (BARBOSA, 2015, 46)

Segundo os dados da pesquisa desenvolvida na CDE04, é necessário que se pense em alguma estratégia que garanta a participação da maioria de docentes e técnicos na formação do Projeto Avançar. Quanto à percepção dos atores, relativa à relevância dessas formações, para melhoria de sua prática pedagógica, verfica-se que a grande maioria dos pesquisados, se disse pouco satifeito ou insatisfeito com as formações oferecidas.

Em se tratando de Projeto Avançar, essa formação se torna primordial, para que todos possam enriquecer sua prática através de alternativas de ação, dando maior clareza à proposta pedagógica e ao material. Nesse sentido, a formação não se limita ao tempo e ao espaço dos encontros, implica integrá-la a um contexto mais amplo, supondo condições de continuidade no próprio local de trabalho, com a convicção de que “trabalhar e formar não são atividades distintas” (NÓVOA, 1992, p.29).

Os professores integrados ao projeto, participam de formações oferecidas no contexto geral a todos os demais professores, porque atuam nas salas regulares, como ocorreu no ano em curso, nas formações sobre orientações metodológicas das avaliações em larga escala, que participaram somente os professores de Língua Portuguesa e Matemática, por ser os componentes curriculares contemplados nas provas. Essas orientações atingiram também 61 municípios do interior do Estado do Amazonas por meio do Centro de Mídias com o sistema de videoconferência

interligado a todas as salas de recepção distribuídas em vários pontos de cada município.

É importante destacar que os alunos do Projeto Avançar não participam das avaliações externas, Prova Brasil e SADEAM, que é outro problema que causa um certo desconforto à gestão das escolas com turmas de aceleração, em relação à política de bonificação da rede pública que não contempla essa categoria, ou seja, não há uma política de incentivo voltado à escola que oferece o Programa e aos seus professores e funcionários envolvidos no processo educacional das turmas de aceleração.

Algumas escolas, na busca de resultados para obtenção do prêmio Escola de Valor, que atingiu o valor de até R$ 50.000 por etapa de ensino e inserção do 14º e o 15º salários aos professores e funcionários, motiva a exclusão desses alunos com baixo desempenho ou com distorção idade-ano a sair da escola, por meio de transferência, gerando o aumento de turmas nas escolas que ofertam o projeto, inclusive recebendo alunos de outras localidades, tornando-se praticamente um polo com muitas turmas de aceleração.

Concluída a exposição e análise das questões propostas nos instrumentos de coleta de dados, foi possível constatar que, de fato, há uma carência de liderança pedagógica no programa, principalmente na Secretaria de Educação. Podemos perceber que no âmbito da SEDUC/AM, a formação de orientações metodologias foi realizada em 2009 devido à aquisição do livro didático, e as reuniões são pontuais, apenas para esclarecimentos da proposta do Projeto. No âmbito da coordenadoria, a formação é realizada no decorrer do ano letivo de forma pontual e instrutiva. E, no âmbito da instituição escolar, são realizadas apenas reuniões com a finalidade de verificar o desempenho e a infrequência dos alunos, observa-se, então, a ausência de formação em serviço.

Em geral, foi possível perceber, nos depoimentos, que a ausência de uma política de formação continuada na secretaria referente ao programa de correção de fluxo, impacta na atuação do professor na classe de aceleração que tem um propósito diferente, no fortalecimento da autoestima do aluno e no atendimento a um contexto pedagógico específico que venha a possibilitar o prosseguimento dos estudos e a inserção social do aluno.

Passe-se, então, à análise conclusiva deste Capítulo, em que são retomadas as principais evidências da pesquisa, conforme consta no Capítulo I, que trata das

ações que envolvem a prática pedagógica: O professor que atua no projeto está “preparado” para lidar com a metodologia proposta? A equipe diretiva da escola (gestor e pedagogo) é capacitada para subsidiar seus professores na competência pedagógica? Há o apoio operacional na execução do projeto, quanto à oferta e à distribuição do livro didático? Há capacitação dos supervisores da coordenadorias para o assessoramento direto nas escolas?

2.5 Análise Conclusiva

A discussão analítica dos resultados da pesquisa permite concluir que o Projeto Avançar não tem sido implementado de acordo com o que propõe seus documentos oficiais.

O gerenciamento do Projeto Avançar incide sob a responsabilidade de apenas uma técnica institucional. Em decorrência disso, não há um planejamento de ações ao programa e um acompanhamento conciso de sua implementação.

Ainda, em relação ao acompanhamento das ações e dos resultados do programa na GENF, é restrito à análise de relatórios oriundos das coordenadorias e escolas. Os dados do SIGEAM são vistos após o seu fechamento, que ocorre muito depois do término de cada bimestre letivo. Constatou-se, também, que há uma preocupação em atribuir o acompanhamento do Projeto Avançar às coordenadorias.

O currículo proposto, como citado no Capítulo I, que inclui o trabalho interdisciplinar, metodologia e prática docente específica ao atendimento dos alunos com distorção idade-ano é posto de forma ineficiente por falta de uma proposta de formação inicial e continuada do Projeto Avançar na Secretaria.

Com isso, os professores que atuam no projeto não possuem uma formação específica suficiente para trabalhar com a proposta do projeto. A efetividade da implementação desta proposta requer muito estudo e conhecimento teórico e prático, mas, acima de tudo, demanda reflexão sobre o processo de aprendizagem contínua e sua relação com a prática docente, com seleção e ensino de conteúdos e com a proposta numa avaliação que possibilite ao aluno a aquisição de uma aprendizagem na perspectiva de continuidade do processo educacional.

Observou-se, ainda, que os professores envolvidos no Projeto Avançar são postos nas turmas de aceleração inicialmente sem conhecer a sua proposta

curricular e sem competências para lidar com turmas de aceleração, não há uma seleção prévia e capacitação destes profissionais.

A ausência dos livros didáticos é outro aspecto negativo apresentado na pesquisa, por se tratar de um dos recursos pedagógicos que servirão de subsídios para o professor no desenvolvimento de sua práxis, conforme elucidado no documento orientador do programa. A última distribuição dos livros didáticos do programa na rede foi em 2009. Devido ao tempo sem aquisição dos livros didáticos do Projeto Avançar, não há mais reserva técnica na Secretaria. Na tentativa de amenizar a situação, foi proposto aos professores, o uso dos livros didáticos do ensino regular fornecidos pelo PNLD sob uma ótica elementar para um projeto que exige dinâmica metodológica.

Diante das evidências expostas, pode-se concluir que o Projeto Avançar não possui uma organização gerencial que atenda às dimensões operacionais e pedagógicas, refletindo em todo o processo enquanto uma política educacional. Uma vez que o Projeto Avançar não é ainda uma proposta institucionalizada na escola, funcionando como mais um projeto imposto pela Secretaria, uma vez que não é realizado uma integração com o programa e de seus atores principais da implementação, que são os professores.

Intencionando atender às necessidades evidenciadas na pesquisa na melhoria da operacionalização e implementação do Projeto Avançar e de seus resultados educacionais nas escolas, é proposto um Plano de Ação Educacional contemplando ações que possibilitem o preenchimento das lacunas verificadas na Dimensão Pedagógica do programa. As ações previstas no PAE são descritas no Capítulo III desta dissertação.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar um Plano de Ação Educacional (PAE) a ser trabalhado durante a vigência do Projeto Avançar com todos atores envolvidos na operacionalização, acompanhamento e implementação do Programa com vistas à melhoria da práxis pedagógica. A intenção é oferecer propostas que visem melhorar, principalmente, a atuação do professor na instituição escolar, por se tratar do chão da escola, o local do teste da política.

3.1 Retomada da questão: achados e propositivos

Conforme abordado nesta dissertação, o objetivo principal consiste em analisar a operacionalização e implementação desta política educacional enfatizando o aspecto pedagógico e a formação do professor que atua no Projeto Avançar na Rede Pública Estadual de Ensino do Amazonas.

O interesse em investigar o tema proposto nesta pesquisa surgiu da experiência da pesquisadora que, desde de 2010, trabalha no Projeto Avançar, com o assessoramento pedagógico nas escolas e gerenciamento do programa na coordenadoria em que percebeu as diferentes práticas pedagógicas executadas nas escolas, muitas delas estavam incoerentes com a proposta, por falta de entendimento ou conhecimento, o que reflete na sala de aula em baixo rendimento, elevada infrequência e abandono dos alunos no programa, comprovados nos dados gerados na sua trajetória. E, na Secretaria, observa-se uma limitação dos procedimentos operacionais, que nos levou a intuir a falta de apoio ao trabalho docente.

Diante dessa situação, propusemos uma análise das ações que envolvem a prática pedagógica do programa, tendo como base a confirmação de que o Projeto Avançar não tem atingido seus objetivos em função da inadequação de sua implementação em decorrência: da (1) ausência de um equipe de gerenciamento; (2) desconhecimento dos documentos norteadores do projeto pelos atores atuantes na escola; (3) falta de formação específica para os professores que atuam no programa.

Portanto, para um melhor entendimento de como o Projeto Avançar vem sendo operacionalizado, foi feito um estudo aprofundado da atuação dos

profissionais envolvidos no programa na Secretaria e as indagações dos atores que lidam diretamente na escola.

No Capítulo I, o caso de gestão foi descrito, sendo apresentada a política estudada, o Projeto Avançar, com sua estruturação organizacional, aspectos pedagógicos, seus pressupostos e principais objetivos, destacando a atribuição e atuação da SEDUC/AM, Coordenadorias e Instituições Escolares na sua implementação. Tendo em consideração a questão apontada inicialmente nesta pesquisa e o objetivo a que se propõe, na investigação da efetividade do Projeto Avançar, atribuindo maior enfoque às ações operacionais da Secretaria visando a identificar na prática como esta implementação é conduzida no contexto escolar, e como o professor está sendo preparado para assumir e acompanhar suas turmas de aceleração.

Também foram apresentados os resultados alcançados no decorrer da trajetória do programa no Amazonas, que foram coletados no SIGEAM no período de 2008 a 2014 e conduziram a uma investigação mais intensa sobre a efetividade do programa com os indicadores de rendimento escolar que correspondem às informações referentes ao aproveitamento e ao abandono dos alunos nas turmas do Projeto Avançar na Rede Estadual de Ensino. Resultados esses que revelam altos índices de reprovações e abandonos presentes no programa, o que se faz necessário um olhar clínico das ações que envolvem a implementação da política e de sua avaliação.

No Capítulo II, os dados obtidos na pesquisa foram apresentados, analisados e discutidos com o aporte teórico de autores cujas contribuições foram cruciais para a conclusão da análise discursiva acerca da questão posta, do Projeto Avançar enquanto uma política essencial na correção do fluxo escolar da Rede de Ensino, o que requer uma mudança conceitual e da prática pedagógica dos profissionais envolvidos. Os atores que compuseram o universo desta pesquisa de campo, por meio dos depoimentos de gerentes e do técnico institucional, contribuíram aos achados interessantes propostos à analise.

Dentre os achados, foi possível descobrir a inexistência de um processo operacional, na Secretaria, do Projeto Avançar o que interfere diretamente na execução do programa na escola, na sala de aula, na prática cotidiana do professor. Foi possível identificar, ainda, falta de oferta do livro didático, o que dificulta ainda mais os professores, o uso da metodologia proposta no Programa.

Também foi percebida a inexistência de um programa de formação inicial e continuada aos professores que atuam nas salas de aceleração na intenção de promover a competência pedagógica.

Além disso, ficou claro que algumas reuniões são realizadas pontualmente pela equipe da GENF na explicação da proposta curricular. A formação específica sobre orientações metodológicas do programa, atendendo aos professores da capital e interior ocorreu no ano de 2009 devido à última aquisição dos livros didáticos.

Esses resultados desanimadores também foram percebidos nas pesquisas de Barbosa (2015) e Almeida (2015) respectivamente, ao reportarem a atuação da coordenadoria na formação dos professores que é limitada e não agrada aos participantes na sua maioria; e, na escola, o gestor, pedagogo e professores ainda têm dificuldades em executar o programa, devido a não estarem capacitados e por falta de um melhor entendimento da estrutura e dinâmica pedagógica do projeto.

Mediante todos esses resultados negativos identificados na pesquisa, faz-se necessário destacar que o Projeto Avançar é necessário para atender a um público específico que já vem à escola desacreditado por causa das multirrepetências e que precisa de um atendimento com equidade e qualidade. Assim, a função determinante do professor como o principal ator da implementação desta política requer mais atenção pelo órgão dirigente do programa, a SEDUC. Além disso, a relevância atribuída à SEDUC/AM na cooperação técnica junto às coordenadorias e escolas.

Na próxima seção serão apresentadas as principais ações propostas como um Plano de Ação Educacional (PAE) viável e que pode contribuir de forma significativa para a continuidade do Projeto Avançar com melhores resultados.

3.2 Ações propostas para melhor implementação do Projeto Avançar – Plano de Ação Educacional

A elaboração das ações propostas foram estruturadas de acordo com a pesquisa documental, aportes teóricos, dados de pesquisas sobre o Projeto Avançar e informações obtidas por meio das entrevistas com os profissionais da SEDUC/AM, o que tornou-se perceptível algumas fragilidades e limitações da política de correção de fluxo escolar desenvolvida pela SEDUC/AM.

Vale ressaltar que, as sugestões aqui apresentadas levam em consideração, não somente as proposições da política em voga mas resulta também de um posicionamento dos atores envolvidos no processo de acompanhamento e implementação, como vimos no Capítulo II, que ofereceram indicadores importantes na análise da proposta do programa oficial em relação à prática docente.

A intenção principal é mostrar que, para melhoria da qualidade de sua implementação e alcance dos resultados desejados, o articulador principal do Projeto Avançar, que é a SEDUC/AM, por meio de seus representantes, deve fazer valer a sua política através de uma otimização do processo interno que, consequentemente, venha a atender e a subsidiar as instituições implementadoras, que são as coordenadorias e escolas.

Sendo assim, ao (re)pensar a prática do professor em uma sala de aceleração, dispõe-se sobre ações que envolvem o contexto gerencial e pedagógico do programa, bem como a inserção de dispositivo que permita a possibilidade de uma melhor competência deste profissional. Dessa forma, serão propostas dez ações para serem sistematizadas no decorrer do curso desta política.

1) Implantação de uma estrutura gerencial ao Projeto Avançar na Secretaria de Educação.
2) Criação da cartilha digital de orientações pedagógicas.
3) Formação Inicial de Professores para atuar no Programa.
4) Capacitação de Gestores e Pedagogos das escolas na realização da formação continuada dos professores do Projeto Avançar.
5) Capacitação de Supervisores Pedagógicos das Coordenadorias Distritais e Regionais na formação profissional dos professores.
6) Otimização da operacionalização do Projeto Avançar na Secretaria.
7) Avaliação das escolas com o Projeto Avançar.
8) Criação da rede de troca de experiência das escolas com o Projeto.
9) Ampliação do Grupo de Trabalho (GT) da SEDUC/AM.
10) Realização de Seminário sobre Correção de Fluxo Escolar.

As propostas de intervenção apresentadas neste plano foram organizadas em estratégias que envolvem detalhamento da ação, comunicação de prazos e responsabilidades a serem exercidas pela SEDUC/AM como apoio às coordenadorias e às escolas que aderiram ou que estão aderindo ao Projeto Avançar.

A construção do Plano de Ação foi realizada através da ferramenta 5W2H que trata de um modelo de gestão muito utilizado nas organizações, por sua simplicidade, objetividade e orientação à ação. Este plano, consiste em uma série de perguntas direcionadas ao processo e permite identificar as rotinas mais importantes, detectando seus problemas e apontando soluções. A sigla 5W2H origina-se nas letras iniciais das perguntas que devemos realizar, o conceito por trás do termo significa que uma ação é influenciada por sete circunstâncias e que, ao elaborar um plano de ação, devemos responder, de modo formal, às seguintes questões: *What* (o que será feito?); *Why* (Por que será feito?); *Where* (Onde será feito?); *When* (Quando será feito?); *Who* (Por quem será feito?); *How* (Como será feito?) e *How Much* (Quanto custará?).

Para melhor exposição da proposta de intervenção, a seguir, serão apresentadas dez subseções com ações pedagógicas de exequibilidade imediata a serem implementadas pela SEDUC/AM originando a formação inicial, continuada e profissional de professores que atuam no Projeto Avançar.

3.2.1 Implantação de uma estrutura gerencial ao Projeto Avançar na Secretaria de Educação

Como foi observado na pesquisa de campo, na GENF tem somente um técnico institucional responsável pela coordenação do programa, não há uma estrutura gerencial. A falta de uma equipe faz imperar a subjetividade que prejudica na análise consistente da situação atual apresentada.

Portanto, não há uma equipe na SEDUC/AM que subsidie às coordenadorias distritais e regionais de educação no supervisionamento e às escolas na dimensão pedagógica, e principalmente no gerenciamento institucional voltado no acompanhamento dos resultados e na elaboração de estratégias de ensino e construção de materiais para apoio e diagnóstico de alfabetização de alunos na situação de distorção idade-ano. A expansão do Projeto aos demais munícipios do Estado do Amazonas exige um melhor monitoramento e avaliação desta política educacional voltada a correção de fluxo escolar da rede estadual de ensino.

A sugestão é que esta equipe seja criada na SEDUC/AM no Departamento de Politicas Públicas Educacionais, na Gerência do Ensino Fundamental dos Anos Finais onde o Projeto Avançar é proposto. Considerando também, a continuidade do

programa com base na Resolução nº 01/2015 do CEE/AM (AMAZONAS, 2015b), com a prorrogação do seu funcionamento até o ano de 2019 e da expansão de adesão do Projeto.

O Quadro 7 apresenta o Plano de Ação da criação da Estrutura Gerencial do Projeto .

Quadro 7 - Plano de Ação sobre a Estrutura Gerencial do Projeto na Secretaria

Etapa	Detalhamento
O que será feito? (etapas)	Montar uma equipe que realize o acompanhamento do Avançar na Secretaria. Contratação de técnicos educacionais e professores para que possam subsidiar pedagogicamente o programa na capital e no interior do Estado.
Por que será feito? (justificativa)	Para que o acompanhamento seja mais intensificado.
Onde será feito? (local)	Gerência do Ensino Fundamental II, que foi implantada, em 2015, no atendimento da etapa de 6º ao 9º ano.
Quando será feito? (responsabilidade)	No primeiro semestre de 2016.
Como será feito? (método)	Otimização das tarefas da equipe GENF.
Quanto custará fazer?	Sem base de cálculo. Com o recurso previsto ao Projeto Avançar no PADEAM.

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.2 Criação da Cartilha Digital de Orientações Pedagógicas e Metodológicas do Projeto Avançar

A pesquisa de campo comprovou que as reuniões pontuais realizadas com os professores são para esclarecimentos básicos sobre a proposta curricular, mas que se faz necessário uma melhor divulgação. Por conta disso, propõe-se a criação de uma cartilha com orientações pedagógicas do Projeto Avançar aos professores, alunos e interessados que atuam no programa, como um referencial ao trabalho em sala de aula.

A sugestão é que a cartilha busque orientar as pessoas sobre o Programa e dissimar conhecimento sobre o perfil do programa, metodologia proposta, concepções de currículo e avalição. Que ela possa ter um *link* no Diário Digital do professor e ser disponibilizado também no sítio oficial da Secretaria para a comunidade escolar ou pessoas interessadas.

Esse material seria útil para divulgação do Projeto Avançar de uma forma mais clara no trabalho de formação na escola. O Quadro 8 apresenta o Plano de Ação da criação da cartilha.

Quadro 8 - Plano de Ação da criação da cartilha digital de orientações pedagógicas para adesão do Projeto Avançar

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Elaborar uma cartilha digital com as orientações pedagógicas com o link no diário digital, portal da secretaria e da gerência do ensino fundamental.
Por que será feito?	Divulgação do Projeto Avançar. Esclarecimento sobre o contexto operacional e metodológico.
Onde será feito?	Na Secretaria de Educação.
Quando será feito?	Início de 2016.
Por quem será feito?	Equipe da GENF II e de divulgação.
Como será feito?	Divulgação nas reuniões pedagógicas juntos aos professores e supervisores das coordenadorias. para o estudo e análise dos documentos norteadores do programa e atualização da proposta curricular. Disponibilizar no portal da SEDUC/AM.
Quanto custará fazer?	Sem previsão de custo.

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.3 Formação Inicial de Professores para atuar no Programa de Correção de Fluxo Escolar

A pesquisa de campo demonstrou a ausência da formação inicial do professor que ingressa nas turmas do Projeto Avançar, isso reflete na implementação do programa na escola. Os professores são postos nas turmas de aceleração sem conhecer a sua proposta curricular e sem as competências para lidar com turmas de aceleração, não há uma seleção prévia e capacitação destes profissionais.

Vale ressaltar que a grande diferença nas turmas de aceleração em relação às turmas regulares está na metodologia de ensino. Portanto, os professores precisam estar preparados para lidarem com um grupo de alunos que precisam de motivação para superar as dificuldades e defasagens na vida escolar.

Nesse sentido, a metodologia deve ser proposta para a sala de aula respeitando a especificidade de cada área de conhecimento visando à participação intensa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Acredita-se também, que a formação de professores é importante tanto na integração do grupo, quanto no surgimento de uma nova cultura posta através do diálogo entre a teoria e a prática.

O Quadro 09 demonstra o plano de ação da capacitação dos gestores:

Quadro 9 - Plano de Ação da Formação de Professores para atuar no Programa de Correção de Fluxo Escolar

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Formação de professores sobre orientações metodológicas e o uso do livro didático do Projeto Avançar.
Por que será feito?	Necessidade de formar professores para atuarem no Projeto Avançar.
Onde será feito?	No Centro de Formação José Padre Anchieta. (CEPAN) da Secretaria de Educação.
Quando será feito?	No início do ano letivo ou nova contratação de professores para atuarem com turmas de aceleração.
Por quem será feito?	Grupo de Trabalho (GT) e Técnicos da GENF
Como será feito ?	Formação com duração de 20 horas
Quanto custará fazer?	Sem previsão. Gasto com a estrutura operacional do evento: alimentação e material de apoio aos participantes.

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.4 Capacitação de Gestor, Pedagogo e Apoio Pedagógico das escolas

As informações coletadas na pesquisa de campo trouxeram à tona que as escolas recebem apenas algumas informações, incluindo a equipe gestora, isso limita o trabalho pedagógico.

A equipe da escola, precisa de uma capacitação para promover estudos que resultam em momentos mais consolidados e de reflexão sobre a prática pedagógica, dada a atenção devida podem influenciar significativamente de forma positiva, a prática docente na turmas do projeto e, consequentemente, a melhoria da qualidade de sua aplicação e o alcance de bons resultados. Devido aos trabalhos burocráticos e à agenda comprometida, pensamos na realização de uma capacitação mais extensa, porém realizada de a distância com encontros mensais.

O Quadro 10 expõe o Plano de Ação da Capacitação dos atores que formam a Equipe Gestora das escolas:

Quadro 10 - Plano de Ação da Capacitação de Gestores e Pedagogos das escolas

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Formação para gestor, pedagogo e apoio pedagógico.
Por que será feito?	Ausência de capacitação pedagógica.
Onde será feito?	Plataforma/CEPAN.
Quando será feito?	Início do Ano Letivo.
Por quem será feito?	Centro de Formação Padre José de Anchieta / GT.
Como será feito?	Por módulos.
Quanto custará fazer?	Sem previsão. Gasto com a estrutura operacional do evento, para quatro encontros presenciais e a disponibilidade de um tutor para atuar por 10 horas/semanal.

Fonte: Elaboração Própria.

Realização de um curso com abordagem para estudos, com previsão total 192 horas, sendo que 160 horas em EaD com temas relacionados à (A) gestão do currículo escolar e gestão do cotidiano escolar, (B) gestão participativa e compartilhada, (C) educação inclusiva, (D) metodologias diferenciadas, todos os temas serão tratados com foco intrínseco na dimensão pedagógica da escola e na implementação do Projeto Avançar, além disso, teremos 32 horas de encontros presenciais.

Os textos e videoaulas referentes a cada tema serão postados na plataforma de aprendizagem para estudos durante um mês, com atividades quinzenais e fóruns de debate e discussão. Cada mês será desenvolvido um bloco de estudo com 40 horas. E ao final de cada bloco, será realizado um encontro presencial com carga horária de 8 horas perfazendo 48 horas. No encontro presencial, as atividades serão conduzidas por tutores que retomarão os temas, e se fará a introdução do tema de estudo do próximo bloco. O quadro 11 apresenta o cronograma desta capacitação:

Quadro 11 - Cronograma da Capacitação para Gestores, pedagogo e apoio pedagógicos

Período de realização	Tema	EAD Carga Horária	Presencial Carga Horária
Bloco 1 – Março	A	40 horas	8 horas
Bloco 2 – Maio	B	40 horas	8 horas
Bloco 3 – Julho	C	40 horas	8 horas
Bloco 4 – Setembro	D	40 horas	8 horas
Total da Carga Horária		160 horas	32 horas

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.5 Capacitação da CDEs e CREs

Na pesquisa foi evidenciada que as coordenadorias contribuem significativamente no acompanhamento e na formação *in loco* dos professores. Considerando a importância do apoio às escolas na sustentação do projeto que indicamos este Plano de Ação.

O quadro 12 apresenta o plano de capacitação para os supervisores pedagógicos das Coordenadorias:

Quadro 12 - Plano de Ação para capacitação de Supervisores Pedagógicos das Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação do Amazonas

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Capacitação da Equipe Pedagógica das Coordenadorias Distritais e Regionais.
Por que será feito?	Necessidade de capacitar coordenadores e supervisores pedagógicos no melhor acompanhamento das ações pedagógicas nas escolas com o Projeto Avançar.
Onde será feito?	SEDUC
Quando será feito?	No início do ano letivo.
Por quem será feito?	Pela equipe da GENF, GT e CEPAN
Como será feito?	Será organizada a capacitação na GENF.
Quanto custará fazer?	Sem base de cálculo. Uso de recursos disponibilizados ao Projeto Avançar através do PADEAM.

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.6 Criação da Rede de Comunicação Formativa do Projeto Avançar

Esta ação surge como complemento das estratégias anteriores. A intenção é ser adotado o Portal do Ensino Fundamental Anos Finais com o veículo capaz de promover a interação entre as escolas. E nele, criar um ícone específico do Projeto Avançar contendo todas as informações sobre a estrutura curricular, textos vinculados às experiências exitosas em classes de aceleração, orientações metodológicas por componente curricular, propostas de atividades.

Utilizar esse espaço para a publicação das diversas experiências e ações desenvolvidas nas escolas da Rede Estadual do Amazonas que desenvolvem o Projeto Avançar.

Outro ponto interessante é construir um espaço para diálogo entre os educadores expressarem suas opiniões e sugestões.

O Quadro 13 demostra o plano de ação para a realização desta estratégia.

Quadro 13 - Criação da rede de experiênica das escolas com o Projeto Avançar

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Criação da rede de troca de experiências das escolas com o Projeto Avançar.
Por que será feito?	Necessidade de divulgar as ações, compartilhar experiências e conhecimentos.
Onde será feito?	Na SEDUC com a participação das escolas do Projeto Avançar.
Quando será feito?	No início de 2016.
Por quem será feito?	Escolas, CDE e SEDUC.
Como será feito?	Com a participação das escolas, Coordenadorias na divulgação dos trabalhos no Portal do Ensino Fundamental. Integração entre os profissionais das escolas.
Quanto custará fazer?	Sem custo

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.7 Ampliação do Grupo de Trabalho (GT) do DEPPE

Esta ação surge para complementar as estratégias referentes às formações inicial e continuada dos professores, da equipe gestora e coordenadorias para atuarem no Programa de Correção de Fluxo Escolar.

O Grupo de Trabalho do DEPPE é o responsável pelas formações atuais de orientações metodológicas em Língua Portuguesa e Matemática. A intenção da ampliação é formar uma equipe de profissionais especialistas de todas as áreas de conhecimentos que integram à proposta curricular do Ensino Fundamental dos anos finais, para atuarem nas formações, na elaboração de materiais e acompanhamento das escolas e coordenadorias que são integradas ao Projeto Avançar.

A equipe também poderá ajudar na elaboração de cadernos de atividades de apoio ao aluno e ao professor.

O Quadro 14, traz o plano de ação da ampliação do Grupo de Trabalho para realização de formação de professores e apoio metodológico aos professores e pedagogos que atuam com turmas do Projeto Avançar.

Quadro 14 - Plano de Ação da ampliação do Grupo de Trabalho (GT)

Etapa	**Detalhamento**
O que será feito?	Contratação de profissionais especialistas em Geografia, História, Ciências, Arte, Língua Portuguesa, Matemática e Língua Estrangeira.
Por que será feito?	Para compor o Grupo de Trabalho. Necessidade de realizar as formações, auxiliar os docentes e acompanhar as escolas.
Onde será feito?	Na SEDUC/AM.
Quando será feito?	No início do ano.
Por quem será feito?	Gerência de Lotação / DEPPE / SEDUC.
Como será feito?	Seleção de profissionais no DEPPE/GENF.
Quanto custará fazer?	Contração de professores.

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.8 Realização de um seminário sobre Correção de Fluxo Escolar aos professores do Projeto Avançar

Esta ação tem por objetivo promover um momento de reflexão com palestras proferidas por professores de universidades e estudiosos de temáticas que envolvem os programas de fluxo escolar, situação de distorção idade-ano. Será também um momento de integração dos profissionais envolvidos no Projeto Avançar

e de relatos de práticas exitosas desenvolvidas ao longo do ano. O seminário será realizado nas coordenadorias que aderiram ao Projeto Avançar.

Quadro 15 - Plano de Ação realização de um seminário sobre Correção de Fluxo Escolar aos professores do Projeto Avançar

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Seminário Anual do Projeto Avançar.
Por que será feito?	De caráter formativo, divulgação de práticas exitosas, integração dos profissionais envolvidos no Projeto Avançar.
Onde será feito?	Coordenadorias / SEDUC.
Quando será feito?	No final do Ano Letivo.
Por quem será feito?	SEDUC, Coordenadorias e escolas.
Como será feito?	Serão convidados palestrantes e professores para os relatos de experiências “práticas exitosas” e realizações de exposições de banners das escolas com as atividades e projetos desenvolvidos no Projeto Avançar.
Quanto custará fazer?	Sem base de cálculo.

Fonte: Elaboração Própria.

As ações elencadas neste PAE visam contribuir no processo operacional e de implementação desta política educacional, na busca de melhores práticas pedagógicas no contexto escolar, elucidando a formação inicial e continuada de professores como uma estratégia na busca de resultados positivos no Projeto Avançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a operacionalização e implementação da política de Correção de Fluxo Escolar do Amazonas – Projeto Avançar, com ênfase no contexto pedagógico, com relação à formação de professores atuantes nas salas de aceleração. Para tanto, optou-se por uma metodologia de análise documental, pesquisa qualitativa e entrevistas com roteiros semiestruturados, que possibilitaram uma análise dos fatos e da concepção dos atores envolvidos na pesquisa.

O Projeto Avançar, existente desde 2005, destina-se às escolas com um índice significativo de alunos com distorção idade-ano, e baseia-se em uma concepção pedagógica inclusiva. Dentre seus objetivos propostos, busca contribuir para a correção do fluxo escolar na Rede Estadual de Ensino e na melhoria da qualidade da educação, através de uma aprendizagem significativa que leve em consideração os interesses e expectativas dos adolescentes e jovens na aceleração de estudos, além da inclusão social.

No decorrer da pesquisa, observou-se a desarticulação entre a proposta do documento orientador do Projeto Avançar e o que vem sendo posto em prática pela Secretaria de Educação e as escolas que aderiram ao programa. A SEDUC/AM por não cumprir com adoção de procedimentos e a tomada de decisões de caráter operacional, importantes para a implementação da política, e as escolas por se distanciarem do objetivo principal proposto pela política.

Mediante as análises realizadas a partir dos depoimentos obtidos por meio das entrevistas aplicadas aos pesquisados e dados coletados, ficou evidenciado a ausência de um programa de formação de professores, a falta do livro didático e a ineficiência no acompanhamento do Projeto Avançar no âmbito da Secretaria de Educação por falta de uma organização e estruturação gerencial, o que limita a efetividade desta política na instituição escolar com eficácia.

No âmbito das dificuldades da exequibilidade pedagógica, destacam-se: falta de integração dos setores responsáveis pela formação dos professores que atuam no programa, a ausência de um planejamento integrado da SEDUC/AM com as coordenadorias e com as escolas; limitação na divulgação do programa para toda a Rede Estadual de Ensino, principalmente, às escola dos municípios que aderiram à

política, no sentido de que a proposta seja entendida pelos atores que lidam diretamente na prática com o projeto.

Diante de tais constatações, pode-se afirmar que o Projeto Avançar necessita de atenção especial do gestor *master* da política, no sentido de avaliar o programa, o que foi feito até o presente momento, para melhorar o desempenho escolar do aluno com distorção idade-ano, o que precisa ser consolidado ou ajustado através de estratégias e metas bem definidas para que sejam alcançadas com objetividade, clareza e prazo de execução.

No contexto pedagógico, é necessário que atenda aos requisitos do perfil do professor para atuar nas classes de aceleração através de uma seleção que possibilite formar profissionais para lidar com as estratégias de ensino diferenciadas propostas no programa e se integrem ao programa por mais tempo.

Na sugestão do Plano de Ação Educacional, foram elencadas algumas ações de melhoria para o Projeto Avançar no contexto pedagógico, que envolvem principalmente a formação de professores, pela sua relevância, em especial, na implementação da política no cotidiano escolar, possibilitando ao professor flexibilidade, capacidade de criar e inovar no fazer pedagógico.

O Projeto Avançar é um programa importante na educação do Amazonas, visto que, aponta para a correção do fluxo escolar, conforme exposto nas pesquisas oficiais, essa problemática chega a atingir 39,1% dos alunos matriculados no ensino fundamental, na Rede ública. É importante que o programa seja executado de forma integrada, com os professores, buscando alternativas pedagógicas de intervenção, com os diretores, estimulando suas equipes a um novo pensar e atuar num clima escolar de cooperação e crescimento profissional, e contando, ainda com o envolvimento da família. É uma tarefa coletiva que envolve não somente as escolas, mas as Coordenadorias Distritais e Regionais com o subsídio da Secretaria de Educação, principalmente na institucionalização de práticas participativas inovadoras que sejam capazes de romper a dinâmica atual predominante.

Desta forma, tendo em vista a relevância do projeto, destacamos que o governo local tem não apenas a sua participação, mas a sua responsabilização com essa política que atende a um público que precisa de incentivos para não desistir dos bancos escolares, com isso irá proporcionar um bem comum a essa população estudantil.

A ênfase na formação do professor, proposta nesta pesquisa, tem o objetivo de favorecer o trabalho em sala de aula, na relação interpessoal, na superação das deficiências e construção de novos saberes. Assim, percebe-se que para alcançar os objetivos de uma política, precisa-se de uma visão mais ampla das possibilidades de intervenção dos diversos atores atuantes no campo macroinstitucional e na instituição escolar.

É importante ressaltar que, as reflexões levantadas, ao longo desta dissertação, constituem-se em recomendações para futuras pesquisas sobre o Projeto Avançar devido à sua relevância no âmbito educacional e como uma política na correção de fluxo escolar da rede estadual de ensino do Amazonas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Proposta Pedagógica do Programa de Correção de Fluxo Escolar:** Projeto Avançar. Manaus, AM, 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação**.** Resolução nº 83, de 24 de julho de 2007. **Aprova o Programa de Correção de Fluxo: Projeto Avançar.** Manaus, AM, 2007.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Gerência de Estudos, Pesquisas e Informações Educacionais. Sistema de Integração de Gestão Educacional do Amazonas. **Dados Educacionais – 2010**. Manaus, AM, 2010.

_____. Conselho Estadual de Educação**. Resolução nº 20**, de 05 de março de 2013. Manaus, AM, 2013. (2013a)

_____. Conselho Estadual de Educação**.** Resolução **nº 07/2013 (2013b)**

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Regimento Geral das Escolas Estaduais do Estado do Amazonas**. Manaus, Am, 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Gerência de Ensino Fundamental. Sistema de Integração de Gestão Educacional do Amazonas. **Dados Educacionais – 2015**. Manaus, AM, 2015. (2015a)

_____. Conselho Estadual de Educação**. Resolução nº 01 AD REFERENDUM**, de 16 de janeiro de 2015. Manaus, AM, 2015. (2015b)

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 48 AD REFERENDUM, de 27 de março de 2015. **Aprova a emenda nº 03 ao Regimento Geral das Escolas Públicas do Amazonas – Capital e Interior no que se refere ao Título VI e Capítulos I e III que trata do processo de avaliação do ensino e aprendizagem e da recuperação final.** Contém detalhe sobre o processo de aviação dos níveis e etapas de ensinos da Educação Básica: Ciclo I e II dos anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental, projeto avançar, ensino médio e educação de jovens e adultos. Manaus, AM, 2015. (2015c)

ANDRADE, M.F. **Uma Proposta de Intervenção Pedagógica para Correção de Fluxo Escolar na Escola Estadual Júlia Bittencourt.** UFJF, MG, 2015.

BARBOSA, R.J. Projeto Avançar:**Os desafios da Implementação em uma Coordenadoria Distrital de Educação da SEDUC/AM**. UFJF, MG, 2015.

BARROS, R. S. M.de. Fundamentos da Educação. In: Meneses, J.G. de C. **Educação básica: políticas, legislação e gestão**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BOTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismo. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n.92, p.777-798. Volume Especial, out. 2005.

BOURDIER, P.A. Escola conservadora: as desigualdade frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A; CATANI. A (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRANDÃO, Z. et al. **Evasão e repetência no Brasil:** a escola em questão. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).** Brasília, DF, 2005.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Brasília, DF, 2007.

_____. Instituto Nacional de Pesquisa. **Taxa de distorção idade-série – 2013.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>. Acesso em: 19 abr. 2014

_____. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, DF, 2014.

_____. Instituto Nacional de Pesquisa. **Taxa de distorção idade-série – 2015.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>. Acesso em: 20 abr. 2015

BROOKE, Nigel (Org.) **Marcos históricos na reforma da educação**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério:** construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONDÉ, E.S. Abrindo a Caixa: elementos para melhor compreender a análise de políticas públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação** – Programa de Pós Graduação Profissional/Gestão e Avaliação de Gestão Pública/UFJF. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78-100, jul/dez 2012.

DUARTE, R.. Entrevista em pesquisas qualitativa. **Educar**, Curitiba, PR, n.24, p 213-225, Editora UFPR, 2004

FREITAS, L.C. Eliminação adiada: o acaso das classes populares no interior da escolar e a ocultação da (má)qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas,SP, v. 28, nº 100 – Especial, p. 965-987, out 2007. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08 jul. 2013.

GATTI, B. A. Formação de Professores no Brasil: características e Problemas. Educação e. Sociedade. Campinas, SP,v.31, n.133. p. 1355-1379, out-dez, 2010.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAJOLO, M.Livro Didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 16, n.69, jan./mar. 1996.

LAWAN, M.. Os professores e a fabricação da identidades. **Currículo sem fronteiras**, v.1. n.2, p. 117-130, jun/dez, 2001.

LÜCK, H. Perspectiva da Gestão escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Revista Em Aberto**. Brasília, DF, v. 17, n.72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

MAINARDES, J. A promoção automática em questão: argumentos, implicações e possibilidades. **Revista Brasileira Estudo Pedagógico**,Brasília, DF, v.79, n.192, 1998.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v.27, n 94, p. 47-69, jan/abr 2006.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisas e políticas educacionais. **Educação e . Sociedade.** Campinas, SP, v. 30, n.106, p. 303-318, jan./abr., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2013.

MAZZOTTI, A.J.A. “Fracasso escolar”, representações de professores e de alunos repetentes. In: **TRABALHO APRESENTADO NA REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26ª**, GT 20. Poços de Caldas, MG, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reuniões/26/trabalhos/aldajudithalvesmazzotti.rft>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MENEZES, E.T. de; SANTOS, T. H. dos. Correção de fluxo escolar (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=170>. Acesso em: 24 out. 2014.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2003.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NOVOA, A. (coord.). **Os professores e sua formação**. Publicações Dom Quixote, Instituto e Inovação Educacional. Lisboa, 1992: p.13-33.

OLIVEIRA, J.B. A. **A pedagogia do sucesso:** uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência. São Paulo, SP: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais:** um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2010.

PRADO, I. G. de A.. LDB e políticas de Correção de Fluxo Escolar. **Revista Em Aberto**, Brasília, DF, v.17, n. 71, p.49-56, jan. 2000.

REALI, Aline Maria M.R e col. Classe de Aceleração: Diferentes Vozes e visões de alunos egressões e professores (Mesa Redonda). In: **Seminário Internacional de Sociedade Inclusiva**, III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG ANAIS..., 2004. Disponível em <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/sem3/lenise_ribeiro_ortega.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2014.

SAMPAIO, M. das M. F. Aceleração de Estudos: uma intervenção pedagógica. **Revista Em Aberto**, Brasília, DF, v.17, n. 71, p.57-73, jan. 2000.

SETÚBAL, M.A. Os Programas de Correção de Fluxo no contexto das políticas educacionais contemporâneas. **Em Aberto**, Brasília, DF, v.17, n.71, p.9-19, jan. 2000.

VIEIRA, M. M. F. V. Introdução à pesquisa qualitativa em administração: questões teóricas e epistemológicas. In: VIEIRA, M. M. F. V. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA C. D. de; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.** Ano 1, n.1, p.01-15, jul. 2009.

APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GERENTE E TÉCNICO INSTITUCIONAL

Prezado(a)
Certamente, essas informações contribuirão bastante para o desenvolvimento de minha pesquisa do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela instituição CAEd/UFJF. Sua participação envolve uma entrevista semiestrutura que será gravada e transcrita. O objetivo de conhecer como ocorre a Formação de Professores. Agradeço sua colaboração. Abraços Simone de Souza Lima

Bloco 1 – Trajetória Profissional

1.1 Qual é a sua formação?

1.2 Quais as funções que você exerce na SEDUC? Há quanto tempo?

1.3 Fale um pouco sobre sua atuação na implementação e operacionalização do Projeto Avançar.

Bloco 2 – Acompanhamento do Projeto Avançar

2.1 Como acontece a seleção das escolas para participarem do Projeto?

2.2 Como se dá a orientação às Coordenadorias e escolas quanto a implementação do Projeto Avançar?

2.3 Descreva um pouco como é feito o acompanhamento das ações e dos resultados do Projeto na SEDUC?

Bloco 3 - Material Didático

3.1 Como ocorre o processo de escolha do material didático do Projeto Avançar? Como se dá a participação dos professores nesse processo?

3.2 Quando foi feita a última escolha dos livros para o Projeto Avançar? Os livros disponibilizados estão atualizados? Qual é o prazo de utilização do livro?

3.3 Qual o procedimento feito pela Secretaria para atender às escolas com o material didático do Projeto Avançar?

3.4 Como é feita a capacitação do docente para o uso do material didático?

Bloco 4 – Formação de Professores

4.1 Como acontece a seleção do professor para atuar nas turmas do Projeto?

4.2 Como é feita a capacitação dos professores para atuação no programa?

4.3 Quem oferece essa capacitação e em que periodicidade ela costuma ser realizada?

4.4 Você identifica alguma demanda por formação especifica no âmbito do projeto?

APÊNDICE B

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Prezado(a)

Certamente, essas informações contribuirão bastante para o desenvolvimento de minha pesquisa. Agradeço a colaboração. Abraços Simone de Souza Lima

Bloco 1 – Trajetória Profissional

1.1 Qual é a sua formação?

1.2 Qual a função que você exerce atualmente na SEDUC? Há quanto tempo?

1.3 Há quanto tempo atua na educação? Quais a(s) funções desenvolvidas por você anteriormente?

Bloco 2 – Processo de Formação na Secretaria de Educação

2.2 Existe um período para solicitação das formações?

2.2 Como os departamentos/gerencias solicitam ao Centro de Formação as suas demandas?

2.3 Quem define o período da realização?

2.4 Quando foi realizada a última formação aos professores do Projeto Avançar?

2.5 Qual foi o assunto tratado na formação

2.6 Já foi realizado antes alguma formação especifica ao uso do material didático utilizado no Projeto Avançar?

APÊNDICE C

FRAGMENTOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO GERENTE INSTITUCIONAL (GI1) (Continua)

Bloco 1 - Trajetória Profissional	
a) Qual é a sua formação?	Licenciado em Matemática e Mestre em Educação Matemática.
b) Quais as funções que você exerce na SEDUC? Há quanto tempo?	Gerente do Ensino Fundamental Anos Finais e Coordenador do Grupo de Trabalho de Matemática da Secretaria. Coordenava os simulado de matemática e a formação continuada de matemática.
c) Fale um pouco sobre sua atuação na implementação e operacionalização do Projeto Avançar.	Em relação ao Avançar. Estou na gerência há 10 meses já pequei o Projeto Avançar sendo desenvolvido. É Coordenada pela professora Nilza. Durante o pouco período na gerência, nós percebemos que a Correção de Fluxo necessita de várias ações em relação a formação de professores, ao material didático que precisa ser disponibilizado, a carga horária dos professores deve ser diferentes. Temos alguns problemas de professores do ensino professores. A minha devíamos ter professores exclusivos para atuar no avançar.
Bloco 2 - Acompanhamento do Projeto Avançar	
d) Como acontece a seleção das escolas para participarem do Projeto?	Por adesão, a escola encaminha a secretaria a sua demanda, ao público com distorção idade-ano, a partir daí é oferecido esse projeto na escola. O encaminhamento é feito para a gerência do ensino fundamental e a partir da gerência é dada todas as orientações de como pode ser feitos as demandas.
e) Como se dá a orientação às Coordenadorias e escolas quanto a implementação do Projeto Avançar?	As orientações que são dadas são sobre a formação das turmas, orientação curricular que definida pelos segmentos. Também por parte das Coordenadorias Distritais para que as escolas possam desenvolver suas ações e os alunos consigam avançar em seus estudos, este é o objetivo principal.
f) Descreva um pouco como é feito o acompanhamento das ações e dos resultados do Projeto na SEDUC?	Acompanhamento dos indicadores do projeto é feito através de relatórios e dados que as escolas enviam à Secretaria (Aprovação, Reprovação e Abandono) e dados extraídos no SIGEAM. Acompanhamento é feito algumas reuniões periódicas. Para 2016 se planeja uma pauta somente para o Avançar e possa ter planejamento período com as escola envolvidas nesse processo.
Bloco 3 - Material Didático	
g) Como ocorre o processo de escolha do material didático do Projeto Avançar? Como se dá a participação dos professores nesse processo?	Existe uma equipe técnica na GENF que faz análise do material se ele está comtemplado na proposta feita para o Projeto Avançar, e faz um parecer deferindo ou indeferindo a compra desse material, depois é encaminhando para que escola possa verificar e que seja possível ou não adquirir (comprar o material). Em minha opinião deveríamos fazer o processo inverso, que possa realizar uma discussão com os professores na ampliação e elaboração, quanto esse material pode contribuir na prática do professor e para o aluno. Não há participação dos professores no processo de escolha.

FRAGMENTOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO GERENTE INSTITUCIONAL (GI1) (Conclusão)

h) Qual o procedimento feito pela Secretaria para atender às escolas com o material didático do Projeto Avançar?	Não existe material especifico para atender o Projeto Avançar. O que existe e o uso do material distribuídos nas turmas regulares para trabalhar. Na opinião deveria ter material específico para esse público.
i) Quando foi feita a última escolha dos livros para o Projeto Avançar? Os livros disponibilizados estão atualizados? Qual é o prazo de utilização do livro	Não há informação com exatidão em relação a última consulta ou compra. É um programa coordenado pela professora Nilza.
j) Como é feita a capacitação do docente para o uso do material didático?	Não se faz a capacitação especifica para o professor que programa.
Bloco 4 – Formação de Professores	
k) Como acontece a seleção do professor para atuar nas turmas do Projeto?	Não existe uma seleção pré-definida para seleção do professor. Os professores assumem as turmas conforme suas cargas. No meu ponto de vista deveria ser planejado o professor deveria ser selecionado, ser informado sobre como funciona as turma e depois ser lotado.
l) Como é feita a capacitação dos professores para atuação no programa?	
m) Quem oferece essa capacitação e em que periodicidade ela costuma ser realizada?	GENF e CEPAN. Nos últimos anos a partir do GT do DEPPE. Não há um período determinado.
n) Você identifica alguma demanda por formação especifica no âmbito do projeto?	Identifico várias formações especificas para esses professores periodicamente, montar um cronograma de atendimento a esses professores não somente em conteúdos e metodologias, mas também formações específicas de relacionamento para lidar com esses alunos, de outros assuntos que poderiam contribuir de forma direta na melhoria da qualidade do ensino. Eu percebo nas escolas visitadas, que muito desses alunos precisam ser mais orientados, se sentirem pessoas queridas, ter autoestima naquilo que fazem, se sentirem uteis na escola, possam desenvolver um trabalho comunitário, uma integração, possam a partir de então, ter um projeto de vida, saber o que vão fazer, vão pensar, que o tempo na escola é precioso para o futuro, que está se preparando para ser um cidadão, que vai precisar daqueles conhecimentos para a vida dele e possa ser uma pessoa diferente, que tenha autonomia, ser uma pessoa crítica, uma maneira diferente de pensar o mundo..

APÊNDICE D

FRAGMENTOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO GERENTE INSTITUCIONAL (GI2) (Continua)

Bloco 1 - Trajetória Profissional	
Qual é a sua formação?	Pedagoga
Quais as funções que você exerce na SEDUC? Há quanto tempo?	Estou na SEDUC há 23 anos na função de coordenar os trabalhos pedagógicos na Gerência Ensino Fundamental
Fale um pouco sobre sua atuação na implementação e operacionalização do Projeto Avançar.	Foi pensado 2005, termino de uma política que nós fazíamos com a CETEB, como havia uma falta de atualização dos materiais didáticos pedagógicos pensamos em não mais adquiri-los. Passamos a criar uma nova proposta, pensamos num projeto com o nome de Avançar no ensino fundamental desde as séries iniciais até as séries finais. E aí juntamente com as nossas coordenadorias que na época foram implantadas na Rede, pensamos numa proposta pedagógica, que foi apresentada para o MEC e que aceitou e propôs para rede um financiamento para a formação desses professores e compra de material. Como implantamos gradativamente como projeto piloto, foi implantado somente em 20 escolas na rede estadual de ensino com o material e a proposta pedagógica.
Bloco 2 - Acompanhamento do Projeto Avançar	
Como acontece a seleção das escolas para participarem do Projeto?	As que participam do projeto, são aquelas que o índice de defasagem idade-ano escolar dos alunos apresentam um número elevado, aqueles alunos por alguma situação social ficaram com defasagem. As escolas são selecionas conforme o seu índice de distorção idade-ano escolar.
Como se dá a orientação às Coordenadorias e escolas quanto a implementação do Projeto Avançar?	Cada coordenadoria tem três coordenadores pedagógicos, responsáveis pelos anos iniciais, anos finais e ensino médio. Na nossa gerência que é do fundamental I e II, orientamos as coordenadorias trabalharem com a proposta do programa e trabalha como o professor com a metodologia diferenciada, a pedagogia visando o sucesso desses alunos que estão no fracasso escolar, os professores no programa inicial passaram por uma formação, e são política que nós temos que definir no futuro com relação a recursos.
Descreva um pouco como é feito o acompanhamento das ações e dos resultados do Projeto na SEDUC?	O Acompanhamento é feito com os resultados das avaliações do processo de ensino. Conforme vem as avaliações, são realizadas reuniões com as coordenadorias, professores e alunos que tem certa idade que pode ser conversado e orientamos as coordenadorias a fazer isso com as escolas. Na ausência da Secretaria, as coordenadorias se fazem presente no acompanhamento.

FRAGMENTOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO GERENTE INSTITUCIONAL (GI2) CONTINUIDADE (Continua)

Bloco 3 - Material Didático	
Como ocorre o processo de escolha do material didático do Projeto Avançar? Como se dá a participação dos professores nesse processo?	No início do projeto quando elaboramos a proposta pedagógica para o programa, especifica para o projeto Avançar, nós fomos com os professores para trabalhar com esse currículo, todos eles participaram, partindo daí, elaboramos o projeto básico para aquisição dos livros, solicitado conforme estava na proposta. Já no decorrer dos outros anos as coisa não se deram dessa forma como fizemos na fase inicial. Tivemos dificuldades empresas não se candidataram no processo licitatória, e até mesmo veio o fracasso do projeto, e orientamos as escolas até utilizarem um pouco o livro didático (PNLD) conforme os conteúdos e trabalhos que tem na proposta pedagógica. No primeiro momento eles participaram da construção no projeto inicial. Porém no decorrer dos anos, para a licitação dos livros eles não participaram. Por falto do livro, eles participaram da construção de um material para dar subsídio pedagógico no processo dele em prática em sala de aula. No segundo momento ele participaram, com uma representatividade dos professores.
Qual o procedimento feito pela Secretaria para atender às escolas com o material didático do Projeto Avançar?	Quando se tem o material na reserva (pedagógica) fazemos o atendimento. Quando não tem o material no depósito, tentamos fazer o remanejamento entre as escolas, se esse trabalho. Quando não pra atender com o material específico do programa, o professor utiliza os livros didáticos do PNLD para trabalhar com a proposta
Quando foi feita a última escolha dos livros para o Projeto Avançar? Os livros disponibilizados estão atualizados? Qual é o prazo de utilização do livro?	Duração de 3 anos de utilização (igual do PNLD) Última aquisição do livro didático se deu em 2010. Daí todo o processo licitatório é fracassado, as empresas não se candidatam, e aí fica difícil a aquisição desse material devido a parte burocrática. Para ser feita uma compra direta de materiais é preciso que o processo tenha fracassado por três vezes, e dá o direito de ser feito uma compra direta. Porém, no decorrer do ano letivo devido a burocracia da aquisição termina o ano e tem que ser arquivado o processo por não adquirir o material.
Como é feita a capacitação do docente para o uso do material didático?	Fazemos a formação com esses professores, mas somente a orientação pedagógica, o uso da formação específica pra ele é a formação se faz pelo Centro de Formação Pe. José Anchieta ele é responsável pela formação desse professor dentro do programa.

FRAGMENTOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO GERENTE INSTITUCIONAL (GI2) CONTINUIDADE (Conclusão)

Bloco 4 – Formação de Professores	
Como acontece a seleção do professor para atuar nas turmas do Projeto?	A seleção de professores, é feita uma orientação ao gestor da escola que procure aquele professor que se identifique a trabalhar com esses alunos, são aquele que vivem à margem de uma sociedade. Se recebe um professor que não tenha essa compreensão com esse alunos, com outros tratos ou descaso, o aluno cada fez mais vai ficando pra traz, largado ao longo do processo. Portanto, nos orientamos que esse professor realmente se identifique com a ação, tenha o compromisso com essas classes, para que o projeto tenha sucesso e o aluno também.
Como é feita a capacitação dos professores para atuação no programa?	O professor que vai atuar pela primeira fez é feito toda uma orientação pedagógica, informando que tipo de público ele vai receber, como teve se comportar com os alunos, principalmente dos anos finais que são alunos já estão na fase da adolescência e adulta, orientamos que seja feita uma convivência harmoniosa em sala com eles com eles. São alunos que vem de mundo de exclusão. Portanto ao chegar na escola, o aluno precisa ser recebido com um olhar diferente, uma orientação que ele acredite nele, que diga eu posso vencer e eu vou conseguir, que o professor passe essa segurança ao nosso alunos. Essa são as orientações pedagógicas que realizamos aos educadores. O centro de Formação entra com a parte metodológica de cada componente de curricular.
Quem oferece essa capacitação e em que periodicidade ela costuma ser realizada?	Centro de Formação José Pe. de Anchieta. Nós passamos um planejamento das formação para que sejam realizadas no início do ano. Porem pela dificuldade da realização, devido ao planejamento deles, a formação acaba acontecendo pelo meio do ano ou no 3º e 4º bimestre. O setor de políticas que pensa na realização dessa ação no início do ano letivo.
Você identifica alguma demanda por formação especifica no âmbito do projeto?	Sim. Por se tratar de um projeto que está trabalho com alunos com idade avançada, sabemos que já tem um conhecimento, mas precisa que esse conhecimento passe para o formal, e ai essa formação específica é para o nosso aluno que muitas vezes são alunos “especiais” que vão para dentro do programa. Se o professor não tiver habilidade para lidar com essa peculiaridades. Essa formação deveria ser especifica para o educador de como atender o nosso aluno com esse problema.

APÊNDICE E

FRAGMENTOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO TÉCNICO INSTITUCIONAL (TI1) (Continua)

Bloco 1 - Trajetória Profissional	
Qual é a sua formação?	Pedagogia Especialista Metodologia do Ensino Superior
Quais as funções que você exerce na SEDUC? Há quanto tempo?	Assessora pedagógica dos anos iniciais acompanhando as ações que são desenvolvida na gerência, dentre elas a o programa de correção de fluxo. Na gerência estou há 9 anos
Fale um pouco sobre sua atuação na implementação e operacionalização do Projeto Avançar.	O programa surgiu devido a demanda dos alunos que já saiam dos anos iniciais e adentravam nos anos finais com distorção. Como a distorção já era apresentado em um número elevado foi pensado na época em 2005 com incentivo do Plano Plurianual (PAR) oferendo para que todas as secretarias implantassem a correção de fluxo, que na época representava um público grande devido ter uma demanda do público dos anos inicias.
Bloco 2 - Acompanhamento do Projeto Avançar	
Como acontece a seleção das escolas para participarem do Projeto?	A priori com base no censo escolar, onde as escolas fazem o censo e os dados são encaminhados e publicados no MEC, e as escolas que aparecem com alto índice de alunos com distorção idade-ano escolar é feito o convite para que as escolas implante o programa, é assim que se procede tanto na capital quanto no interior.
Como se dá a orientação às Coordenadorias e escolas quanto a implementação do Projeto Avançar?	Com base na demanda de distorção. A secretaria orienta que a implantação ocorra no ano anterior, chegando no final do ano, no mês de setembro ou outro que a escola já verifique a demanda para o ano seguinte.Com base na demanda, a escola já pense no espaço físico e quanto turmas irá oferecer o programa. Nas fase 3 atende alunos do 6º e fase 4 do 7º e 8º ano e na fase 1 e 2 alunos dos anos iniciais.
Descreva um pouco como é feito o acompanhamento das ações e dos resultados do Projeto na SEDUC?	Pela Seduc não tem um acompanhamento. Se consegue acompanhar através dos relatórios enviados pelas coordenarias à SEDUC com os dados do rendimento escolar desses alunos, a cada bimestre. Com os dados à solicitados às coordenarias que verifique nas turmas que estão apresentando baixo desempenho e crie para estas turmas um programa de intervenção pedagógico.

FRAGMENTOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO TÉCNICO INSTITUCIONAL (TI1) CONTINUIDADE (Conclusão)

Bloco 3 - Material Didático	
Como ocorre o processo de escolha do material didático do Projeto Avançar? Como se dá a participação dos professores nesse processo?	Aquisição do material didático é através de licitação porque é um livro diferenciado que é possível ser construído e por isso apresenta-se dificuldade de aquisição, até por sair um custo alto, não como o livro adquiro pelo PNLD que sai um preço mais em conta. A participação, a priori, nos convocamos as coordenadorias. Na época a coordenadoria 3 foi a que mais contribuiu através de seus professores de cada componente curricular, baseado no nosso currículo que eles pudessem fazer um currículo para o Avançar mais enxuto para atender os alunos com distorção. E assim é que nós estamos com esses conteúdos aos quais utilizamos para a editoração desses livros.
Qual o procedimento feito pela Secretaria para atender às escolas com o material didático do Projeto Avançar?	O que temos sugerido para que os professores através do currículo busquem complementar com os livros do PNLD com sites pedagógicos. É o temos recomentado na falta de material nas escolas.
Quando foi feita a última escolha dos livros para o Projeto Avançar? Os livros disponibilizados estão atualizados? Qual é o prazo de utilização do livro	A última escolha foi realizada em 2009. Não há livros disponíveis. O prazo de utilização de 2 anos (o mesmo tempo do PNLD)
Como é feita a capacitação do docente para o uso do material didático?	Todas as vezes que é adquirido o material didático é solicitado uma formação. Em 2009 conseguimos atender tanto capital como interior e de lá pra cá nós temos feito encontros pontuais em cada coordenadoria, mais não abrangendo a todos os colegas de todos os componentes curriculares.
Bloco 3 – Formação de Professores	
Como acontece a seleção do professor para atuar nas turmas do Projeto?	Sugerimos as Coordenadoria que oriente às escolas de buscar aquele professor realmente tenha um olhar que o aluno seja uma pessoa capaz para que ele possa se envolver nesse processo, ajudar o aluno a superar suas dificuldades. Então é nesse foco que solicitamos das coordenadorias. Para que o professor tenha esse olhar.
Como é feita a capacitação dos professores para atuação no programa?	Não há uma capacitação. Ele já é indicado para àquela escola. O que se faz, é após as coordenadorias já fez as turmas, reúne-se os professor para dar a orientação de como trabalhar como programa.
Quem oferece essa capacitação e em que periodicidade ela costuma ser realizada?	Não foi feita a pergunta.
Você identifica alguma demanda por formação especifica no âmbito do projeto?	Precisava ter ações mais pontuais. Há necessidade de professores. Quanto mais você capacita o professor mais condições ele tem de melhorar sua pratica pedagógica.